



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 90.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 23 de agosto de 2012, às 09:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cypriem, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Amilton Serri Vasconcelos, Presidente Suplente da URC Alto
2 São Francisco; Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do Estado
3 de Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação
4 das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de
5 Minas Gerais – FEDERAMINAS; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do
6 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA;
7 Marcelo Ferreira Guimarães, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
8 dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Francisco de Assis Braga, representante
9 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Edécio José
10 Cançado Ferreira, representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
11 Minas Gerais – FAEMG; Mauro Ferreira Ellovitch, representante Ministério Público;
12 Roberto Soares Nogueira, representante Comitê da Bacia Três Marias; Anaximandro
13 Lourenço Azevedo Feres, representante Pontifícia Universidade Católica – PUC Minas
14 – Arcos/Divinópolis; Lucélio Nativo Assunção, representante da Secretaria de Estado
15 de Desenvolvimento Econômico - SEDE; Rodrigo César Silva, representante da Polícia
16 Militar de Minas Gerais – PMMG; Mário da Silva Oliveira, representante Conselho
17 Municipal de Meio Ambiente – Codema – Pains; Marcos Antônio Vilela, representante
18 Grupo Ar; Eurípedes Guerra, representante Secretaria Estadual de Desenvolvimento
19 Regional e Política Urbana – SEDRU; Wellington Dias Silveira, representante da
20 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Joaquim
21 Ferreira Alves, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado
22 de Minas Gerais – FETAEMG. A Reunião foi presidida pelo Superintendente da
23 Superintendência Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas, Amilton Serri
24 Vasconcelos. Às 09h11minhs deu-se início à 90^a Reunião Ordinária da URC SUPRAM
25 Alto São Francisco do Conselho de Política Ambiental. - Amilton Serri Vasconcelos -
26 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – “*Eu gostaria, antes de começar os*
27 *trabalhos de me apresentar aos conselheiros. Meu nome é Amilton. Estou como*
28 *superintendente da SUPRAM Sul de Minas. O Luciano que era Superintendente foi*
29 *para Belo Horizonte. Ele foi chamado para fazer parte de um núcleo de projetos*
30 *prioritários do Governo. Ele pediu até para falar com vocês que ele gostaria de ter*
31 *vindo para poder despedir e conversar com vocês. Ele não pôde. Passou isso para eu*
32 *poder agradecer vocês pelo trabalho que vocês fizeram com ele. Eu agora, a partir de*
33 *hoje começo a presidir aqui. Espero que nós façamos um bom trabalho. Vamos dar*
34 *início com o Hino Nacional.*” – **Item 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.** Em
35 seguida passou ao item 3. – **Item 3. Comunicado dos Conselheiros.** – Anaximandro –
36 Representante PUC Minas – “*Desejando um bom trabalho aqui agora nessa URC.*
37 *(chiado) Fazer votos pelo sucesso também do Dr. Luciano na sua nova vida. Já falando*



38 como Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco. Eu queria
39 deixar aqui com esse conselho, não sei se é um pedido ou uma solicitação. Estranhou
40 muito. Não sei se vocês se lembram aqui da apresentação do estudo feito sobre o
41 patrimônio espeleológico das cavernas na região de Pains e Arcos realizados pela
42 UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto. Esses eventos sobre a apresentação
43 desses estudos que foram realizados se realizaram em Ouro Preto. Meu colega Mário
44 esteve lá presente. Outros representantes. Não sei se o Dr. Mauro, mas foi convidado,
45 não pôde ir. Eu gostaria de solicitar aqui ao IBAMA, ao Ministério Público, que façam
46 uma apresentação desses estudos em Pains ou Arcos. Certamente, já deixo aqui a
47 disposição em Arcos. Temos outros locais que podem receber um evento de grande
48 porte ali na nossa região, que efetivamente as pessoas que moram na região e
49 trabalham na questão ambiental, espeleológica e hidrográfica da região possam estar
50 cientes também desses estudos. Obviamente vão contribuir, contribuem sobremaneira
51 sobre a questão desse patrimônio na região e nós gostaríamos mesmo de vê-los
52 apresentados na região e não em Ouro Preto, embora tenha sido feito naquela
53 Universidade. Gostaria só de deixar esse pedido aqui no conselho. Obrigado.” –
54 Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – “Vou levar isso ao núcleo de
55 licenciamento do IBAMA em Belo Horizonte. Foi quem conduziu os trabalhos por
56 parte do IBAMA. Foi uma parceria firmada entre o Ministério Público, IBAMA e a
57 Universidade de Ouro Preto. Estarei levando o conhecimento (Ruído) assim que tiver
58 uma posição eu passo para o conselho aqui. Como nós conversamos lá fora. Eu acho
59 louvável. Tem que ser apresentado na região aqui que é a maior interessada em
60 conhecer o trabalho que foi feito. Em nome de todos os conselheiros queria dar as boas
61 vindas ao nosso novo Presidente que tenha sucesso na nova empreitada.” – Isabela –
62 SUPRAM ASF – “Bom dia a todos! Só fazer dois comunicados. Primeiro, justificar a
63 ausência do representante do DNPM por motivo de greve. Comunicar também que a
64 reunião do COPAM de setembro acontecerá no dia 27/09/2012 e não no dia 20/09
65 como constava no calendário.” Não havendo mais comunicados passou ao item 4. –
66 **Item 4. Exame da Ata da 89ª RO de 26/07/2012.** - Amilton Serri Vasconcelos -
67 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em votação e a ata foi
68 **APROVADA**. Após a votação o conselheiro Roberto Nogueira solicitou correção. –
69 Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de
70 Três Marias – “Nas linhas 371 e 627 eles colocam a senhora Rosângela como
71 representante da COPASA, no entanto, ela representa aqui a Secretaria de
72 Desenvolvimento Humano, SEDRU. Eu gostaria que fosse corrigido. Aliás, eu chamei a
73 atenção disso no dia e na ata infelizmente veio. Não estou tirando o mérito dela de ser
74 da COPASA não, mas ela aqui está representando a Secretaria.” - Amilton Serri
75 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esclareceu ao
76 conselheiro que a ata é transcrita. “Fica registrado. Vamos para o item 5 da pauta. Nós
77 vamos pular os itens 5, 6, 7, 8 e 9 da pauta que se tratam de retorno de vistas e retorno
78 da baixa em diligência. Nós já vamos partir para os itens 10 e 11. Vamos fazer a leitura
79 em bloco dos itens.” – **Item 10. Processos Administrativos para exame da Licença**
80 **de Operação Corretiva: 10.1 José Otacílio Vilela/ José Vilela Comércio e Indústria**
81 **Ltda. - EPP. Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos,**
82 **bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.) - Itaúna/MG - PA/Nº**
83 **20125/2011/001/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF.** – Destaque Comitê.
84 **10.2 Altino Rodrigues da Silva - ME. Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos**
85 **de barro cozido, exclusive de cerâmica e outras formas de tratamento ou de**



86 disposição de resíduos não listadas ou não classificados - Pará de Minas/MG -
87 PA/Nº 08305/2011/002/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Sem
88 destaque. 10.3 Marina Carvalho Indústria e Comércio Ltda. Fabricação de
89 calçados em geral - Nova Serrana/MG - PA/Nº 18483/2010/001/2011 - Classe 3.
90 Apresentação: Supram ASF. – Destaque Comitê e ABES. 10.4 Tecnocal Ltda.
91 Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta - Arcos/MG - PA/Nº
92 00419/2000/005/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Nenhum destaque.
93 11. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de
94 Operação: 11.1 Cerâmica Sagrado Coração de Jesus Ltda. - Fabricação de telhas,
95 tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica e Outras formas de
96 tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas -
97 Igaratinga/MG - PA/Nº 01195/2003/004/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram
98 ASF. - Nenhum destaque. 11.2 Artesanato de Fogos Pirocolor Ltda. Fabricação de
99 pólvora e artigos pirotécnicos - Lagoa da Prata/MG - PA/Nº 00186/2003/002/2012
100 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Sem destaque. – Mauro da Fonseca
101 Ellovitch – Representante Ministério Público – Solicitou registrar abstenção do item
102 10.4 pela atuação dele no inquérito civil no empreendimento. - Amilton Serri
103 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Registrou a abstenção
104 do representante do Ministério Público e colocou em votação em bloco os itens 10.2,
105 10.4, 11.1 e 11.2, destacando que os itens 11.1 e 11.2 eram pelo indeferimento e foram
106 APROVADOS conforme os pareceres da SUPRAM. - **Item 5. Processo**
107 **Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva: 5.1 Total**
108 **Agroindústria Canavieira S/A - Destilação de álcool; fabricação de fermentos e**
109 **leveduras e geração de bioeletricidade sucroenergética - Bambuí/MG - PA/Nº**
110 **10336/2006/005/2011 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**
111 **VISTAS pelos conselheiros Túlio Pereira de Sá, representante da FIEMG, Mauro**
112 **da Fonseca Ellovitch, representante da PGJ e Francisco de Assis Braga,**
113 **representante da ABES. – Túlio Pereira – Representante FIEMG** – Apresentou o
114 relatório: “*O parecer de vistas relativo ao exame de pedido de licença de instalação*
115 *corretiva do empreendimento Total Agroindústria Canavieira S/A. Trata-se de pedido*
116 *de Licença de Instalação Corretiva pelo empreendimento Total localizado no município*
117 *de Bambuí, para as atividades de Fabricação de fermentos e leveduras, Destilação de*
118 *álcool e Geração de Bioeletricidade Sucroenergética. Classe “5”. Em 15/12/2011, o*
119 *presente processo foi baixado em diligência para que fossem feitos maiores*
120 *esclarecimentos das informações descritas no parecer único SUPRAM nº*
121 *0849466/2011 e complementação dos estudos técnicos após apresentação de*
122 *EIA/RIMA devido a questionamentos por parte dos Conselheiros em relação ao efeito*
123 *sinérgico da ampliação das atividades. Em 13/01 foram protocolados o EIA/RIMA para*
124 *análise e parecer da SUPRAM esclarecendo os questionamentos dos Conselheiros. A*
125 *ampliação requerida pelo empreendimento vem devido ao ritmo de crescimento da*
126 *produção propiciando assim um impacto positivo. Fica caracterizado que por já se*
127 *tratar de um empreendimento já instalado, os possíveis impactos ambientais negativos*
128 *são minimizados, e que trará impactos na esfera da economia gerando efeitos em*
129 *atividades variadas do setor terciário. Face ao exposto, conforme parecer único da*
130 *SUPRAM, nos manifestamos favoráveis à concessão da Revalidação da Licença de*
131 *Instalação Corretiva do empreendimento. É o parecer.” – Mauro da Fonseca Ellovitch*
132 *– Representante Ministério Público* – Apresentou o relatório do parecer: “*O presente*
133 *procedimento trata da concessão da Licença de Instalação Corretiva do*



134 empreendimento Total Agroindústria Canavieira S/A, localizado na Fazenda Ajudas,
135 zona rural do Município de Bambuí, no que tange à ampliação das seguintes
136 atividades. Destilação de álcool, fabricação de fermento e leveduras e geração de
137 bioeletricidade sucroenergética. Objetivando regularizar a situação ambiental do
138 empreendimento, a Total Agroindústria Canavieira S/A deu início ao processo de
139 licenciamento para ampliação de suas atividades em 15 de fevereiro de 2011.
140 Apresentados os estudos ambientais PCA/RCA e prestadas as informações solicitadas
141 pela SUPRAM, o referido processo de licenciamento foi pautado para ir a julgamento
142 durante a 82ª reunião da URC Alto São Francisco. Durante o julgamento, o
143 representante do Ministério Público manifestou-se no sentido de que os estudos
144 ambientais apresentados deveriam ser elaborados em consonância com o EIA/RIMA
145 global a que estava condicionada a empresa em outro procedimento licenciatório,
146 havendo necessidade de sua verificação. Este também foi o entendimento dos demais
147 membros desta Nobre Unidade Regional Colegiada, decidindo pela baixa em diligência
148 do processo a fim de sanar as dúvidas suscitadas. Conforme folha 632. Em
149 continuidade à análise do processo de licenciamento, o empreendimento em foco
150 protocolizou a cópia do EIA/RIMA e prestou as informações que julgou necessárias em
151 face dos questionamentos formulados pelos conselheiros. Após estudo da
152 documentação apresentada pelo empreendedor, em que pese a excessiva generalidade
153 na previsão de medidas mitigatórias, não se vislumbra, prima facie, irregularidade
154 referente especificamente a esta LIC. Após a análise da documentação juntada e com
155 base no parecer único da SUPRAM, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais
156 manifesta-se favoravelmente à concessão da LIC a este empreendimento. É o parecer.”
157 – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Esclareceu: “Gostaria primeiro de
158 ressaltar o seguinte. Nós estamos diante de um desafio quando se faz pela primeira vez
159 uma determinada coisa ou se depara com uma determinada situação. Como todos nós
160 já sabemos esse empreendimento foi, vem sendo licenciado de forma parcelada, ou
161 seja, avaliou-se a unidade fabril isoladamente e depois também as áreas para cultivo
162 de cana. O licenciamento vem vislumbrando separadamente a unidade fabril foi cada
163 gleba que é submetida a um processo de avaliação e do licenciamento ambiental.
164 (Ruído) essa Unidade Regional Colegiada do COPAM viu a necessidade de se fazer um
165 estudo global que se vislumbresse o empreendimento como um todo e não apenas a
166 unidade fabril e cada área desse plantio. Seria de 50, 100, 200 hectares. Existe um
167 impacto sinérgico global em nível regional atingindo alguns municípios em decorrência
168 do funcionamento de um empreendimento maior que se chama Total Agroindústria que
169 tem uma parte de fabricação de álcool, uma unidade fabril e tem também as áreas de
170 plantio. O objetivo de solicitar esse EIA/RIMA, vamos chamar global, é exatamente
171 para tentar se vislumbrar qual é a condição regional em termos ambientais e quais os
172 passíveis aspectos e impactos ambientais (Ruído) da implantação de unidade fabril
173 mais 25 mil hectares de cana de açúcar. Não 50, 100, 25 pequenos trechos de unidade
174 de cana. Esse é o nosso desafio. Em função disso, foi solicitado que fosse feito o
175 EIA/RIMA. Na verdade, foi feito um trabalho volumoso. Nós tivemos a oportunidade de
176 analisar. Ele tem 1000 páginas. Dessas 1000 páginas está o nosso desafio de
177 responder. E daí? Eu fiz esse diagnóstico grande, elaborado, com 16 técnicos. Isso me
178 leva aonde? O que eu faço com as informações contidas nas 1000 páginas? Essa foi a
179 questão que eu levantei aqui no meu parecer de vistas. Se vocês quiserem colocar na
180 página 9 (Ruído) está assim. Considerações técnicas gerais sobre o EIA apresentado.
181 Eu me apoiei no autor. Nós temos poucas referências no Brasil de livros que tratam de



182 *avaliação de impactos ambientais. Um deles é esse que eu citei. Sanchez (2006). É uma*
183 *das poucas referências. Eu vou colocar entre aspas o que ele citou. Foi no 3º*
184 *parágrafo. “Um bom EIA, um bom Estudo de Impacto Ambiental não se faz somente*
185 *com um bom diagnóstico mas com um adequado balanço entre prognóstico e propostas*
186 *factíveis e eficazes na atenuação dos impactos adversos e valorização dos impactos*
187 *benéficos”. Se nós temos um diagnóstico (Ruído) como foi visto, há uma parte pequena*
188 *somente ao final do EIA que sinaliza possíveis ações mitigação, mas as ações, a meu*
189 *ver, são genéricas. Nós precisamos traduzir em ações concretas que contemplem*
190 *regionalmente o que nós devemos fazer a partir do diagnóstico. Todos nós sabemos que*
191 *normalmente a partir de um EIA. Nós aqui não estamos querendo onerar a empresa.*
192 *Nós estamos querendo chegar a um termo do que nós devemos fazer para que a*
193 *empresa se insira regionalmente de uma maneira ambientalmente adequada que*
194 *permita que ela funcione e que ao mesmo tempo os impactos sejam mitigados. Nosso*
195 *objetivo aqui é esse. Não é simplesmente atrapalhar o funcionamento da empresa em*
196 *nada desse tipo e sim ao contrário. Permitir que isso se dê de uma forma adequada.*
197 *Vejam bem. Normalmente (Ruído) de impacto ambiental ele é feito na primeira fase do*
198 *empreendimento e depois dele vem o que? Tem um plano de controle ambiental. Não é*
199 *isso? Nesse plano de controle ambiental o que se vislumbrou no EIA se contempla em*
200 *termo de ações ou proposições de ações para reduzir os impactos. Eu acho que é isso*
201 *que está faltando. A empresa apresentar e colocar na prática. Eu tenho um*
202 *empreendimento que atua basicamente com o raio de 30 km em torno da unidade fabril*
203 *que é economicamente mais viável. O que nós vamos trabalhar, ou o que a empresa vai*
204 *apresentar em termos de gestão ambiental de uma maneira geral, estradas,*
205 *minimização de poeira, impactos na cidade, escolas, a parte de saúde, a parte (Ruído)*
206 *aonde o pessoal vai morar? Tudo isso vai acontecer nessas cidades. Nós temos que*
207 *pensar nisso. Não posso, irresponsavelmente, não estou dizendo que isso foi feito, mas*
208 *nós não podemos irresponsavelmente colocar uma fábrica e depois ver no que dá e a*
209 *infraestrutura urbana que resolve os problemas. Nós precisamos pensar na colocação*
210 *dessa unidade fabril e da área agrícola e viabilizar o funcionamento das estradas*
211 *rurais, o tráfego de caminhões em área urbana. Tem que pensar em tudo isso. Na*
212 *minha opinião e na minha proposta o que está faltando para nós colocarmos seria isso.*
213 *Eu tentei resumir lá na conclusão. Página 11, por favor. Se você puder colocar lá. Eu*
214 *não vou repetir o que eu escrevi aqui no meu parecer, porque estava disponível para*
215 *todos lerem. Nós não vamos perder tempo com isso. Se quiserem depois eu posso*
216 *(ruído), mas eu coloquei. Diante do exposto, do que eu falei lá em cima e considerando*
217 *as medidas mitigadoras e potencializadoras apresentadas no EIA/RIMA, eu contornei*
218 *ela no parecer aqui. Fiz uma montagem, recortei, criei uma parte e coleí para todos*
219 *nós podermos ver quais são os impactos que estão previstos de uma maneira genérica,*
220 *mas estão listados. Essa ação me leva a esse impacto. A própria empresa propõe as*
221 *medidas mitigadoras. Tem a tabela lá. Considerando isso, sugere-se a inclusão de uma*
222 *condicionante nesse licenciamento que a empresa apresente um PCA, Plano de*
223 *Controle Ambiental global. Esse plano global de caráter de guarda chuva vai*
224 *contemplar quais são as ações previstas para cada situação ou atividade. Eu estava*
225 *comentando com o representante da empresa, o advogado representante da empresa*
226 *que essas questões podem até (Ruído) já nos PCA's, RCA, no EIA/RIMA e elas*
227 *precisam ser ajuntadas no plano global de gestão da empresa. Isso que nós estamos*
228 *querendo. Faz a estrada, faz o que? No estudo global vai falar. Não, quando eu estiver*
229 *trafegando nessa estrada nós vamos sinalizar, nós vamos fazer isso, fazer aquilo. Vai*



230 *ter um sistema de aspersão de área. Está faltando isso que seria um plano de gestão*
231 *ambiental global da empresa que contempla todas as ações que ela deveria fazer dentro*
232 *do espaço para que ela funcione ambientalmente adequada. A partir disso então, em*
233 *toda empresa grande precisa ser (ruído), eu tenho nos PCA`s menores, por exemplo,*
234 *cotejando aquelas questões que já estão previstas lá nesse PCA guarda chuva grande.*
235 *Aqui eu tenho um solo, é provisório o vermelho e o amarelo. Esse solo recomenda-se de*
236 *qual fertilizante, qual tipo de controle de erosão e coisa dessa natureza. Eu agora vou*
237 *trafegar nessas estradas, então quais são as medidas que serão adotadas (Ruído) com*
238 *segurança. É isto que eu pelo menos, estou sentindo falta. Eu estou aconselhando a nós,*
239 *por ser uma primeira vez que nós estamos fazendo a adoção disso. Até a própria*
240 *empresa. Não sei se já foi feita no Triângulo Mineiro ou em algum outro lugar um*
241 *Plano de Controle Ambiental global da atividade de agroindústria canavieira.*
242 *Certamente para outras empresas sim. Para outras atividades. Continuando lá no meu.*
243 *O PCA global da empresa deve apresentar as medidas mitigadoras e potencializadoras*
244 *de impactos positivos de controle e monitoramento dos aspectos dos impactos*
245 *ocorrendo na unidade fabril, principalmente da atividade de campo, porque eu acho*
246 *que a unidade fabril já foi bem contemplada com essa questão. Ao fazermos PCA`s,*
247 *RCA`s de pequenas unidades de plantio nós não estamos vendo a área totalmente*
248 *afetada pelo plantio de 25 mil (Ruído) é preciso nós colocarmos isso. Eu tenho 25 mil*
249 *hectares, eu não 250, nem 50, nem 100. São 25 mil que eu preciso gerenciar. Então,*
250 *vou colocar principalmente as atividades de implantação e formação de manejo de*
251 *exploração dos canaviais contemplando o rol de ações. Esse PCA global contempla.*
252 *Quais são as ações que nós fazemos? A serem adotadas no PCA em função das*
253 *condições ambientais específicas. Eu já sei o que eu faço. Para essa situação aplica-se*
254 *essa, essa e essa situação. No outro plantio, na outra região, na outra topografia eu*
255 *vou apresentar, adotar essas e essas medidas, porque a situação lá é essa. Eu acho que*
256 *a maneira de se contemplar isso é através de programas e planos. Quando se tem um*
257 *empreendimento de grande porte, normalmente trabalha com planos e programas.*
258 *Coloquei sugestão aqui. (Ruído) pegando o solo. Uso e conservação do manejo do solo.*
259 *Eu não vou ler o que estão escrito aqui. São sugestões minhas. Não quer dizer que tem*
260 *que contemplar o que eu escrevi aqui. Eu pensei que poderia ser contemplado. Quando*
261 *eu trabalho com um empreendimento desse o que eu vou olhar no solo? Até para mim é*
262 *importante. Qual a qualidade desse solo? Às vezes nós ficamos presos a parâmetros*
263 *químicos, mas aspectos físicos do solo. Eles são mais importantes na compactação do*
264 *solo, eu ver se esse solo está compactando do que a fertilidade dele simplesmente. Eu*
265 *posso, de repente, ter que fazer uma análise com penetrômetro. Anualmente. Como está*
266 *a compactação disso? Como que está o escoamento superficial? Tem que escrever aqui.*
267 *Qual é o plano de gestão e monitoramento de solo? O que eu vou analisar? O que eu*
268 *vou avaliar nos meus, nas minhas áreas de plantio para que esse solo se conserve e até*
269 *melhore. Entendeu? Depois eu tenho um programa de gestão da qualidade (Ruído)*
270 *trabalhando nessa região. Qual é a realidade das águas que eu tenho ali? Eu estou*
271 *usando vinhoto? Ele está contaminando? Tem que ter um plano de gestão e*
272 *monitoramento com conservação de solo e água. Quais as medidas que vou adotar?*
273 *cacimba, não sei o que. Vai estar aqui. Vai ter uma ligação com o solo. Continuando. O*
274 *programa de monitoramento de conservação de fauna. A Daniela já previa. Eu tenho*
275 *uma fauna lá. Eu implantei o canavial. Afetou? Teve algum problema? O que eu posso*
276 *fazer até, porque se eu tenho conservado a fauna e a flora eu tenho um controle*
277 *biológico de pragas e doenças que vai me ajudar a funcionar melhor. Eu vou depender*



278 *menos dos pesticidas químicos externos porque vai haver um controle ambiental*
279 *adequado se eu tenho as APP`s, se eu tenho a reserva legal, tenho tudo isso. Chama*
280 *agroecologia. Programa de infraestrutura. Eu não consigo funcionar se não tiver*
281 *estrada, se eu não tiver (Ruído) para atender a família do trabalhador, se ele não tiver*
282 *onde colocar o filho dele para estudar. Há a necessidade de uma interação, de uma*
283 *integração com o poder Público Municipal. Lá no EIA está sinalizado isso. Um anel*
284 *rodoviário que foi parcialmente asfaltado em parceria com o Estado. A empresa*
285 *precisa sinalizar isso para que eu possa trafegar com os meus caminhões, passar as*
286 *minhas máquinas de maneira que seja compatível a coexistências do cidadão com o*
287 *funcionamento da indústria. Eu listei um tanto de coisa que não sei se pode acontecer.*
288 *Programa de conservação da fauna. Foi citado lá programa de recuperação de APP,*
289 *regularização de reserva legal. Está completamente correto. É só pegar aquilo que está*
290 *previsto lá, colocar aqui nesse plano, mas como é que isso vai se dar? A recuperação*
291 *da cobertura vegetal em APP quem vai se dar? Como é que vai fazer? Vocês vão*
292 *comentar trabalho (Ruído) global para depois eu atuar na específica. Tem uma APP*
293 *naquela propriedade? Vai precisar isso? Então, já está aqui no plano. No PCA global o*
294 *que tem que fazer. Volto a dizer. Essas ações revertem em benefício do empreendedor,*
295 *porque se eu tenho um ambiente equilibrado o meu canal vai se desenvolver melhor*
296 *e vai gastar menos dinheiro para controle de pragas e doenças. Programas de*
297 *monitoramento e melhoria da qualidade do ar é. Eu tenho a fábrica funcionando eu*
298 *posso causar impacto. Eu tenho caminhões trafegando nas estradas? Nós temos que*
299 *olhar se tem um núcleo populacional e como é que essa poeira que está na população e*
300 *convivendo com o tráfego e a poeira gerada. Geralmente, um programa de*
301 *comunicação social, mas como que é isso? Quando se apresenta um RADA um dos*
302 *itens está lá. Qual é a interação (Ruído) tem com a comunidade? Ele vai falar assim,*
303 *nada. Não tem nada, porque não há um programa de integração e comunicação social*
304 *entre a empresa e a comunidade. Eles não se falam. Como que eu posso existir ou*
305 *funcionar num dado lugar sem diálogo por comunidade? Eu preciso ter esse canal*
306 *aberto de diálogo. Se a comunidade, se é um bairro que quer falar com a empresa vai*
307 *falar como? Com esse canal. Ele tem que existir. Programa de comunicação social.*
308 *Inclusive, a partir daí poderão ter parcerias de trabalhos integrados sociais. Vou citar*
309 *um exemplo aqui. Nós temos uma grande siderurgia em Divinópolis que tem. Faz*
310 *trabalho com as escolas. Faz trabalho de educação ambiental na escola. Trabalha*
311 *junto com a EMATER. O Técnico da EMATER pode afiançar isso. Faz um trabalho*
312 *naquela escola. Existe isso, mas eu tenho que ter esse canal aberto criando essa*
313 *possibilidade. (Ruído) eu não sei se estou me fazendo aqui entender, mas eu acho que é*
314 *isso que está faltando. Talvez tudo isso que eu estou dizendo talvez já está parcialmente*
315 *ou quase totalmente apresentado nos PCA`s e tudo. Precisam reunir isso. Organizar.*
316 *Colocar como ele vai acontecer. É isso que nós estamos cobrando aqui. Pensando que*
317 *seria o próximo passo. Está bem? Tem programa de educação ambiental. Nós podemos*
318 *ver o que pode ser feito. Tem a questão de risco e queima de canais. Enquanto isso*
319 *permanecer eu acho que a empresa tem que ter uma brigada, tem que ter um pessoal*
320 *treinado para que se houver algum tipo de acidente eu tenho que dar um jeito de*
321 *apagar esse incêndio.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério*
322 *Público – Agradeceu a explicação. “O esclarecimento dele para mim foi uma aula.*
323 *Realmente, (Ruído) com coisas que eu sem o conhecimento técnico quando olhei ao*
324 *EIA/RIMA já tinha, mas não conseguiria definir o que está faltando. Só pelo*
325 *conhecimento do professor Francisco que poderia definir. Na verdade, e o senhor me*



326 *desculpe a minha ignorância técnica, mas quando se pediu o EIA/RIMA global a minha*
327 *ideia é de que esse estudo fosse apresentado. Eu nem pensei, nunca cogitei, até porque*
328 *eu não sabia da responsabilidade técnica para falar em PCA global. Quando nós*
329 *condicionamos o EIA/RIMA global a minha ideia é de que esse estudo fosse*
330 *apresentado. Realmente eu senti falta, mas porque eu não manifestei nada em relação a*
331 *essa generalidade. Eu falo bem claro. Relativo a essa LIC. Eu senti falta nisso. Isso é*
332 *uma condicionante de um outro procedimento. Não, 10336/2006/004/2010 que foi de*
333 *uma LO e de uma outra LIC de cultura de cana. 190 (Ruído) 001/2010. Eu concordo*
334 *plenamente com essa necessidade de especificar mais esse EIA/RIMA. Ele está muito*
335 *genérico. Muito genérico, principalmente quanto a medidas produtivas, mas eu pensei.*
336 *Eu acho que valeria até nós ouvirmos o empreendedor dele fazer essa especificação*
337 *naquele procedimento que ele ficou de nos apresentar. Era uma LIC. Ele vai precisar*
338 *apresentar um EIA/RIMA. Foi condicionante. Para ele poder obter a LO naquele*
339 *procedimento ele vai ter que estar com o EIA/RIMA ok. Por isso que achei, mais por*
340 *questão de coerência, de ficar e não pedir esses ajustes porque eu não saberia o que*
341 *pedir tecnicamente. Agora que ele colocou ficou muito mais fácil. Eu pensei deles*
342 *fazerem realmente essa especificação, porque há uma condicionante e apresentarem*
343 *como cumprimento de condicionante naquele outro procedimento de LIC. Esse aqui,*
344 *por não ter uma relação direta e eu acho que não fica prejudicado (Ruído) seria*
345 *conforme parecer da SUPRAM, mas isso é a minha sugestão. Eu entendo. Reforço,*
346 *porque eu concordo com o professor Francisco. Todas essas medidas estão sendo*
347 *especificadas. Eu só acho que seria melhor como cumprimento de condicionante*
348 *naquela LIC 9180/2009 do que nesse procedimento especificamente.” – Francisco de*
349 *Assis Braga – Representante ABES – Argumentou: “Eu usei o raciocínio lógico em*
350 *quando se apresenta o EIA. Ele apresenta as possíveis medidas que poderiam ser mais*
351 *específicos, mas elas são detalhadas no PCA. Concordam? Lá são apresentados os*
352 *projetos dos planos e programas. Eles podem ser citados no EIA. Normalmente é assim.*
353 *O EIA substitui o famoso RCA. Por exemplo, relatório de controle ambiental, licença*
354 *prévia. Depois, tudo bem teve a instalação quando eu vou instalar (Ruído) prevê no*
355 *RCA eu detalho no PCA. Se eu já fiz com o EIA eu detalho da mesma maneira no PCA,*
356 *no Pano de Controle Ambiental. Talvez, seu raciocínio para nós podermos ter uma*
357 *noção mais ou menos do que fazer e não ficar solto. Eu pensei no PCA, mas pode estar*
358 *lincado lá o licenciamento o LIC na apresentação de PCA global.” – Marcos Vilela –*
359 *Representante Grupo AR – Solicitou esclarecimentos: “São 30 mil hectares não é isso*
360 *de plantio? Quanto? 25 mil. Desses 25 mil nós vamos ter as APP`s mais 20% de*
361 *reserva legal. Não? Como? Essas reservas legais e as APP`s estão dentro dessas áreas,*
362 *elas estão interligadas ou elas são fragmentadas? Eu gostaria de saber dos técnicos.” –*
363 *Daniela – SUPRAM ASF – Esclareceu que “As áreas de cultura da cana de açúcar são*
364 *propriedades que foram arrendadas. Cada reserva legal ou APP é particular da*
365 *propriedade. Todas elas foram regularizadas pelo licenciamento mesmo.” –*
366 *Anaximandro – Representante PUC Minas – Ressaltou: “Empreendimento Total causa*
367 *polêmica nesse conselho já há algum tempo. Lembro da reunião em Itaúna quando foi*
368 *votada a primeira (Chiado) do empreendimento. Dr. Mauro ainda não estava conosco.*
369 *Posso falar com alguma propriedade sobre o empreendimento, porque recebo alunos*
370 *de Bambuí, Iguatama e região na PUC Minas. Convivo com pessoas ali de Bambuí.*
371 *Atuo profissionalmente lá em alguns processos. Tenho parentes por afinidades em*
372 *Bambuí. Tenho acompanhado essa questão. Inicialmente, Marcos, já que você foi quem*
373 *falou acerca da APP e reservas legais. Nós podemos verificar, desde os primeiros*



374 processos que muito embora você passe a ter uma monocultura de grande extração e
375 grande produtividade na área, no que tange especificamente as APP's e as reservas
376 legais a atuação da empresa tem que ser de extremamente benéfica para o Meio
377 Ambiente. Muitas vezes o órgão ambiental tinha como cobrar de pequenos produtores
378 que estavam, muitos deles na bacia leiteira, pequenas plantações, exploração de leite
379 que não tinham condições de preservar APP ou averbar a (Ruído) o próprio Código
380 Florestal prevê que essas áreas sejam feitas continuamente, mas como que averba?
381 Como que define? Onde vai ser é o IEF, muitas das vezes eles vão encontrar obstáculos
382 da natureza até da topografia. Não converter a área nova para... às vezes já tem uma
383 área preservada, então é melhor eles manter aquela ali. Isso tem muitas vezes um
384 obstáculo técnico muito grande. O parecer do professor Francisco é muito interessante,
385 como já disse o Dr. Mauro, por abordar uma série de questões, mas eu entendo e
386 trazendo uma mensagem na memória aqui que muito do que ele colocou já está sendo
387 contemplado nos RCA's e PCA's. Eu acho que seria o caso de pedir ao empreendedor.
388 Eu não sei como que vai definir o andamento que nós vamos ter aqui. Principalmente
389 para consolidar o que em uma série de questões urbanas aqui, nós temos percebido e
390 posso falar (Ruído) nesse sentido um grande melhoramento na arrecadação e geração
391 de renda dentro do município. Obviamente, não vou discordar do que o senhor colocou
392 e falo sim na infraestrutura urbana, mas eu acho que penalizar exclusivamente o
393 empreendedor quando ele traz uma série de outros benefícios para a própria
394 administração pública municipal e isso tem que ser levado em consideração e
395 analisado com muita cautela perante a esse conselho. Não discordo das palavras do
396 senhor, mas eu acho que nós temos que pensar nisso com bastante cautela nesse
397 sentido." – Túlio – Representante FIEMG – Concordou com o conselheiro
398 Anaximandro. "A questão de (ruído) realmente é uma ideia boa. Nós vemos que as
399 propostas do Francisco também. O empreendimento está funcionando com o PCA dele.
400 Realmente tem muita coisa que já está fazendo. Também colocou um destaque em
401 relação ao ponto do parecer do Francisco. Ele diz que. Deixa eu achar aqui. (Ruído)
402 uma parte que você diz a respeito da obrigação da empresa estar mostrando e
403 aumentando a produção, porém, com a previsão de redução de funcionários. Está
404 citando aqui que não foi especificado no EIA. Eu acho que sim. Como uma das técnicas
405 estão sendo batidas que é a questão de terminar, ter ou não ter mais queima e
406 substituindo a mão de obra por maquinário, se não me engano, o pessoal da Total me
407 corrija, mas uma máquina substituir a mão de obra de 80 funcionários, isso é uma
408 questão normal. Realmente é uma tendência que vai acontecer. Até mesmo essa questão
409 dessa parte da infraestrutura que o Anaximandro citou, eu fiz uma visita ao
410 empreendimento e eles mostraram os investimentos que estão fazendo. Até mesmo essa
411 parte da infraestrutura, a parte de caminhões passarem dentro da cidade. O
412 investimento que a empresa teve na parte de asfalto (Ruído) Bambuí, Piumhi estão
413 preocupados com a infraestrutura é uma coisa que realmente já estão cumprindo.
414 Como disse o Anaximandro eu acho que restaria pegar realmente esses dados,
415 consultar e fazer uma apresentação. Eu acho que for exigentes em algumas questões
416 que já cumpriram fica um pouco complicado." – Daniela – SUPRAM ASF – Sugeriu:
417 "Ao invés de solicitar esse programa da forma como está eu escrevi uma condicionante
418 que vai ficar de acordo com o estabelecido na DN 164/2011 porque ela é específica
419 para esse tipo de atividade. Eu vou ler para vocês. Apresentar programa de
420 monitoramento das áreas superficiais e subterrâneas conforme ficou estabelecido da
421 DN 164/2011. Prazo 60 dias. Observação. Esse programa deverá ser iniciado no



422 próximo (Ruído) relatórios deverão ser apresentados no início de cada etapa conforme
423 estabelecido nessa DN.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –
424 Esclareceu ainda: “Todos nós sabemos que quando se apresenta um EIA/RIMA ou se
425 apresenta um Plano de Controle Ambiental existe normalmente um termo de referência.
426 Ou seja, o que nós vamos pedir que a empresa nos apresente. Nunca soube. Essas
427 colocações que foram postas aqui são pertinentes. Aqui nós não temos a intenção de
428 penalizar a empresa que ela construa outra Bambuí. Conserve as ruas da cidade. Nós
429 não estamos dizendo isso, mas é preciso interagir com o município para que os dois
430 funcionem adequadamente. Tem um equilíbrio nessa situação. Todas as questões que
431 foram postas aqui elas tem que ser pertinentes (Ruído) fazer o monitoramento das
432 águas. Vamos adotar a DN tal. Apresentar o plano de monitoramento conforme a DN
433 não sei das quantas. O monitoramento do ar conforme o não sei. Tem que ver cada
434 situação. O que será exigido depende do que será construído. Na minha opinião entre a
435 equipe técnica da SUPRAM e eu apresentei sugestões, porque eles já fazem e o que tem
436 que ser feito. Não há como apresentar um PCA genérico e falar assim. Faça-se. Não
437 tem isso. Nós temos uma situação específica que eu citei aqui. A partir de tudo que foi
438 relatado no EIA, para que vai servir o EIA. Eu fiz ele para que? Em função do que está
439 diagnosticado, pautar o custo e ir junto com o empreendedor o que ele vai apresentar.
440 Isso está construído. Eu não sou consultor técnico para fazer isso. Eu pensei (Ruído)
441 conjunto de coisas que ela tem que ser pautada e é pautado em PCA específico. Não é
442 isso que acontece? Existe um termo de referência para cada atividade, cada lugar é
443 uma determinada função com as características regionais e ambientais. Senão não tem
444 sentido eu apresentar um EIA.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de
445 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Fez um depoimento: “Eu fui vítima de
446 um acidente na saída de Bambuí há 2 anos atrás. Eu tinha ido participar de uma
447 reunião da Agenda 21 em Bambuí e na volta para casa, no fim da tarde, já escuro eu
448 vindo em direção a Divinópolis (Ruído) ao chegar num top ali onde tem o aterro da
449 cidade eu me deparei com duas carretas com 2 ou 3 reboques emparelhadas em baixa
450 velocidade num local absurdo. Eu freei o carro para não bater na carreta e o que vinha
451 na minha traseira era uma caminhonete de Arcos, bateu na traseira do meu carro. Nós
452 chamamos a polícia local que recusou a sair. A carreta inclusive evadiu. Aproveitou a
453 confusão na hora. Foi de muito estrago o meu carro e essa caminhonete. Nós fomos
454 para o acostamento e ele sumiu. Nós pedimos a polícia local que fosse atrás até aqui na
455 porta da Total porque ela estava indo para a Total e a polícia local se recusou dizendo
456 que estava sobrecarregado de trabalho e não quis (Ruído). Nós ficamos lá de umas seis
457 da tarde até meia noite naquele posto da entrada ali aguardando a Polícia Rodoviária
458 Federal. Quando eles vieram também se recusaram dizendo que o problema não era
459 deles, porque eles só cuidavam da rodovia federal. Eu quase falei sobre esse assunto na
460 reunião em que estive aqui o presidente da empresa, eu acho que é o senhor, não é?
461 Disse que isso estava sendo remediado através de um TAC assinado com o Ministério
462 Público. Não foi assinado? Mas no dia o senhor usou o termo TAC assinado com o
463 Ministério Público. Eu então fiquei tranquilo. O meu acidente eu resolvi. Tinha seguro.
464 Não tinha condição de ficar lá caçando policiais para fazer essa procura da carreta.
465 (Ruído) pelas declarações aqui. Eu me tranquilizei a respeito da segurança da estrada.
466 Realmente foi um acidente que poderia ter sido muito mais grave, muito pior e os danos
467 materiais. Eu fiquei sem o veículo por 37 dias. Para o senhor ter uma ideia dos
468 estragos que o meu carro sofreu lá no acidente. Eu acho que é pertinente o que o
469 conselheiro Marcelo chamou a atenção. Eu acho que a Total poderia perfeitamente



470 *cuidar também desses aspectos que são acessórios ao processo de fabricação de álcool,*
471 *de combustível, de cana.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante*
472 *FEDERAMINAS – Parabenizou ao conselheiro Francisco pelo trabalho realizado e*
473 *comentou: “Gostaria de ponderar com o colega (Ruído) o processo de licenciamento*
474 *desses anos todos vem caminhando. Ele vem evoluindo. Estamos alcançando*
475 *licenciamentos fantásticos. Tem pontos específicos, pontuais que vão deixar a desejar.*
476 *Isso não tenham dúvida, mas serão melhorados. Os senhores imaginam, isso que está*
477 *solicitando à Total não foi nem um décimo do que foi solicitado ali do lado que é de*
478 *Lagoa da Prata. O próprio licenciamento da usina de Lagoa da Prata com certeza nós*
479 *vamos apertar o cinto mais um pouquinho. Agora o que eu queria salientar também é*
480 *seguinte. Eu acho que não pode apertar tudo de uma vez não. Pelo seguinte. Nós*
481 *tínhamos uma usina aqui em Cláudio. Uma usina pequena que fechou porque ela não*
482 *deu conta de atender de uma vez tudo que foi solicitado. Lembrando que o alvo*
483 *principal do Meio Ambiente é o homem. Hoje, nós temos que ponderar, temos que*
484 *medir a água com o fubá, porque senão você (Ruído) vocês imaginam se hoje essa*
485 *usina sair lá de Bambuí. Como é que fica a prioridade do trabalhador e tudo? Agora,*
486 *esse plano da Total eu acho ele interessante, acho viável, mas lembrando que são*
487 *unidades pequenas. Quando o professor Anaximandro falou do benefício que isso está*
488 *trazendo para o Meio Ambiente, com certeza. Porque hoje, a grande maioria das*
489 *propriedades rurais não estão adequadas ambientalmente. Ao fazer o plantio da cana*
490 *esse reserva legal é demarcada e registrada, as APP`s são demarcadas, são*
491 *registradas. Você já tem o controle sobre uma área enorme. O que mostra ao fazermos*
492 *esse licenciamento nós tenhamos essa sensibilidade para olhar o Meio Ambiente e*
493 *olhar em parte também o lado da empresa.” – Wellington – Representante SEAPA –*
494 *Discordou do conselheiro em algumas partes: “Nós temos um centro de treinamento lá*
495 *em Bambuí. Eu acho que a Total tem muita coisa e potencializou tudo. Inclusive,*
496 *potencializou também as coisas ruins no caso de criminalidade por causa da migração.*
497 *Quando você volta a falar aquilo lá e se a Total sair? O Meio ambiente vai continuar a*
498 *mesma coisa. Eu acho que essa questão que nós sempre voltamos a falar. Se acontecer*
499 *eu vou sair, eu vou fechar, isso passou há muito tempo. Não vai sair e não são essas*
500 *questões que farão a Total mais rentável ou menos rentável. Claro que ela tem todo o*
501 *controle dela. Só nesse sentido falar que realmente nós temos que olhar não como você*
502 *falou o lado da empresa. Acho que não. Tem que olhar o lado do Meio Ambiente, o*
503 *lado social. A Total tem seus méritos também. Bambuí se tornou outra depois que a*
504 *Total chegou. Nós temos que olhar os dois lados (Ruído) muito preocupado quando*
505 *volta essa questão. Ah, se apertar muito a empresa não vai ficar. Vai ficar lá. Não vai*
506 *tirar aquela instalação toda e passar para outro lado. As confecções em Divinópolis*
507 *são todas (ruído) como se fosse. Eu acho que nós temos que começar a pensar nesse*
508 *lado também. Não nesse sentido de que vai ficar ou vai sair. Concordo muito com o que*
509 *você falou que realmente trouxe muito benefício, realmente trouxe, mas tem que se*
510 *adequar ao que é correto.” Estava inscrito para pronunciamento o representante da*
511 *empresa, João Paulo, que cedeu a palavra para o presidente, Sr. Paulo Soares. – Não*
512 *identificou – “Bom dia a todos! Inicialmente agradecer a contribuição do engenheiro*
513 *Francisco com o seu parecer que por mais que nós entendamos que estamos sempre no*
514 *caminho certo e fazendo o melhor possível, com certeza há o que melhorar. Eu entendo*
515 *que talvez tivesse aperfeiçoado (Ruído) o que precisa ser permanente para entidades*
516 *como o COPAM, aperfeiçoar o diálogo com a sociedade e incluindo aí os*
517 *empreendedores. Muitas das dúvidas teriam sido esclarecidas. Eu vou simplesmente*



518 *passar a combina-las e mais uma vez reiterar o convite que foi feito antes da Petrobrás*
519 *entrar para a sociedade, que é o senhor José Geraldo para que o senhor fosse ao local*
520 *do empreendimento para conhecer tanto a extensão do empreendimento na parte*
521 *industrial como na parte agrícola. Primeiramente, existe uma parceria público privada*
522 *com o Governo de Minas Gerais em que eu assumi o cargo de presidente da Total em*
523 *08 de fevereiro de 2010. No dia seguinte, após ser apresentado ao acionista privado,*
524 *me dirigi ao DER. Parece que não há aditivo essa PPP. Na época então, totalizava com*
525 *49 milhões de reais (Ruído) a duplicação da ponte sobre o Ribeirão Ajudas que já*
526 *contabiliza 37 mortes e que hoje diria aqui, olhando 50 anos para trás, já seria uma*
527 *aberração de engenharia, onde você tem uma estrada de duas pistas e passar por uma*
528 *ponte de pista única. Já está em fase final de conclusão. Ainda nessa PPP nós temos a*
529 *pavimentação asfáltica, a ligação de Bambuí que são 68 km. Ainda não começaram. A*
530 *pavimentação do anel rodoviário de Bambuí para evitar o tráfego de caminhões dentro*
531 *da cidade, porque quando chove por ser um anel rodoviário em terra os caminhões*
532 *ficam atolados. Em outro convênio o DER Minas, Prefeitura de Bambuí e Total para*
533 *recuperação de 134 km de estrada de terra (Ruído) por canaviais. Em execução desde o*
534 *ano passado. Nesse caso aqui é 80% custo do DER, que são estradas do DER. 10%*
535 *Prefeitura de Bambuí e 10% da Total. Segundo. Convênio. Desculpe, terceiro.*
536 *Convênio da IFMG, Campus Bambuí com a Total. A construção da ciclovia*
537 *Bambuí/IFMG para facilitar acesso de alunos, funcionários ao campus. Já pagamos 1*
538 *milhão e 200 mil pelo projeto e essa ciclovia já era para estar pronta desde o ano*
539 *passado, não está porque a Prefeitura não conseguiu desapropriar 2 terrenos por onde*
540 *vai passar a ciclovia. Assim que tiver essa desapropriação nós vamos pagar a*
541 *construção que deve ficar em torno de 2 milhões de reais. Quarto. Viveiro de mudas*
542 *para reflorestamento na IFMG - Campus de Bambuí que existe há 5 anos bancado pela*
543 *Total. (Ruído) Nesse viveiro, além do reflorestamento nós fazemos campanhas*
544 *educacionais. No Dia da Árvore para as escolas e no Dia Internacional do Meio*
545 *Ambiente em 5 de junho. Foi criado também o curso da Indústria de Açúcar e Alcool*
546 *pela IFMG em 2011 e os alunos fazem estágio e os nossos engenheiros, gerentes*
547 *agrícolas fazem parte do corpo como palestrantes e eles fazem estágio lá. Brigada de*
548 *incêndio. Hoje nós encontramos 94 brigadistas na indústria, 54 na agrícola e fazemos*
549 *parte do Plano de Auxílio Mútuo - PAM juntamente com a White Martins. Ainda na*
550 *linha do seu parecer, a questão de comunicação com a sociedade. No Dia Mundial da*
551 *Água trouxemos um advogado da Advocacia Geral da Agência Nacional de Água, de*
552 *Brasília, é a Shirley de Bambuí para fazer uma palestra no IFMG para os alunos do*
553 *IFMG, para alguns dos nossos funcionários e convidamos também arrendantes.*
554 *(Ruído) o treinamento dos motoristas, foi falado aqui pelo senhor conselheiro*
555 *envolvendo o acidente. Mais ou menos em agosto de 2010 eu estive na Polícia*
556 *Rodoviária de Bom Despacho e lá assinamos um "TAC", porque teve a formatação de*
557 *um TAC, mas não em termos jurídicos. Ficou uma iniciativa proativa para fazer. Nesse*
558 *TAC, além da colaboração no monitoramento pela Polícia Rodoviária nos nossos*
559 *caminhões e muitas vezes se confundem, não estou dizendo que tenha sido o seu caso*
560 *com caminhões da nossa coirmã de Lagoa da Prata, Louis Dreyfus. Uma hora acontece*
561 *um acidente com o caminhão da Louis Dreyfus e é imputado à Total. Normalmente*
562 *acontecem acidentes (Ruído) vez. Às vezes por não observar ao longo do que estava no*
563 *caminhão. Todo final de ano, com o início da entressafra, o Batalhão da Polícia*
564 *Rodoviária de Bom Despacho vai a Bambuí e nos brinda com uma reciclagem para os*
565 *nossos motoristas. Também colaboramos com 50 técnicos de segurança do trabalho,*



566 pela empresa de Bambuí, dos quais para conseguir o diploma, fazem estágio na usina.
567 Ainda nessa questão de segurança de tráfego. Todos os nossos veículos leves passaram
568 a ser monitorados por testes para monitorar as condições de uso, velocidade, direção
569 defensiva e agora nós estamos começando um processo para implantar nos caminhões
570 que transportam cana, que transportam linhaça e nos caminhões de combate a incêndio
571 (Ruído) essa parte informativa que eu gostaria e novamente reforçar o convite a todos e
572 alguns conselheiros que não estavam aqui na época de implantação de que houve a
573 visita do COPAM. Gostaria de ratificar esse convite para que vejam in loco que não é
574 papel, não é PowerPoint e sim a realidade da empresa. Passo a palavra aqui ao nosso
575 advogado ambientalista.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –
576 Ressaltou: “Nós dissemos que provavelmente muito do que nós falamos aqui já
577 poderiam estar sendo contemplado ou até estar nos PCA’s. Quando nós pensamos
578 nessa perspectiva global, eu gostaria que o senhor respondesse, se há uma
579 concordância por parte do empreendedor de que é necessário colocar esse conjunto
580 (Ruído) que estão sendo feitas, mas sim colocar isso formalizadamente em programas
581 e planos, entendeu? Isso que eu estou dizendo aqui na minha proposta. Eu desconheço
582 essa atividade. Eu não posso dizer. Eu falei a título de sugestão. Não. Falei dentro da
583 realidade sócio-econômico-ambiental da empresa relatado no EIA. Nós viemos com
584 essa proposta. Eu estou aproveitando para ver se o senhor em princípio concorda com
585 o que nós estamos apresentando aqui. Se há um acordo da parte de vocês que é
586 necessário colocar isso num guarda chuva global. Muitas das vezes isso até já existe, já
587 está até detalhado, já está sendo feito. Só que ele não está contemplado quando nós
588 temos essa noção de globalidade e gestão de aspectos e impactos ambientais. Isso que
589 quero que o senhor entenda. Eu só queria aproveitar a sua presença para saber se o
590 senhor concorda com isso. Depois nós vamos pensar (Ruído) no que vai ser pautado,
591 no que vocês vão apresentar.” – Não identificou – Respondeu: “Essa parte mais
592 estrutural, administrativa, jurídico ambiental eu gostaria que fosse feito por ele. Agora,
593 entendo o seu parecer, novamente entendo que foi feito de uma forma séria,
594 apropriada, íntegra do ponto de vista técnico de um representante do COPAM, porque
595 eu prossegui e posso hoje a tarde ir ver o documento, ratificando o convite para ver in
596 loco porque eu, com 34 anos e meio de profissão, eu nunca me deixei levar nem por
597 PowerPoint, planilha de Excel e nem Word. Toda vez que eu tinha dúvida ia no local
598 nem que tivesse que pegar o avião da Petrobrás no Rio e ir para o extremo do
599 Amazonas. Realmente, o que existe é verdade. Eu não estou sendo enrolado. Eu não
600 estou sendo enganado. É a minha reputação profissional que está em jogo. Há 34 anos
601 ela nunca foi questionada. (Ruído) certo? E não é agora que vai ser. Quando eu falo
602 alguma coisa eu vou lá e vejo antes de falar ou escrever e prejudicar o meu nome. O
603 maior patrimônio que eu tenho até hoje não é a empresa, é a minha credibilidade
604 profissional que é nacional e internacional. Até agora, faltando 9 meses para a me
605 aposentar não quero ser questionado e nem colocar em risco. Eu entendo
606 perfeitamente. Primeiro, a Total falhou, errou no seu plano de comunicação que o
607 senhor mencionou ao longo do seu parecer. Por falta desse plano de comunicação, ou
608 melhor, estamos muito preocupados em fazer independente se for obrigação legal ou
609 não, mas não informa o que fez. Um ou outro que convive conosco no dia a dia vê o que
610 está sendo feito, mas quem não está em Bambuí não sabe o que nós fizemos. Nem em
611 Belo Horizonte, nem em Divinópolis. É uma falha, um erro que eu assumo a
612 responsabilidade. Eu estou presente aqui (Ruído) eu entendo que nós temos que colocar
613 para trazer informações.” – Não identificou – “Inicialmente eu gostaria de agradecer



614 a todos a oportunidade que nós estamos tendo de manifestar e a liberalidade desse
615 conselho dentro da sua natural soberania de poder estar promovendo a dilação do
616 tempo para que a Total possa estar prestando devidos esclarecimentos. Partindo dessa
617 premissa eu aqui falo como advogado, mas também como técnico da área de
618 engenharia florestal que eu sou. Gostaria de tratar o professor Francisco Braga como
619 colega. O Dr. Mauro da mesma forma. Sabe o respeito que eu nutro por eles e o nosso
620 compactuamento (Ruído) na corrida do dia a dia, indistintamente outros clientes e
621 causas que tivemos e temos em comum, atuando em extremos até diametralmente
622 opostos, mas com respeito extremamente elevado. Gostaria também de dar o
623 testemunho aqui do meu referendo do respeito que luto pelo sistema do Meio Ambiente
624 porque eu sou egresso desse sistema. Já com poucos fios de cabelo na cabeça e a barba
625 branca. Conheço um pouco da história desse sistema e sei o quanto esses servidores se
626 empenham para elaborarem os seus pareceres tendo muito (Ruído) de vida e dentro da
627 competência que lhes é própria e particular. A todo esse conselho onde eu milito há
628 bastante tempo. Por uma questão até de encaminhamento mesmo da proposta, sem
629 querer delongar aqui em muitos detalhes, eu gostaria de sugerir que no caminho da
630 convergência em cima daquilo que foi proposto pelo Dr. Mauro, que nós percebemos
631 que há um sentimento em todo esse conselho, que nós votemos ou o parecer da
632 SUPRAM da forma que está, porque nós estamos falando de um empreendimento que
633 busca sua regularidade plena para a safra de 2012. A safra de 2012 inicia-se em abril e
634 encerra-se em outubro. Vou reiterar o pedido formulado (Ruídos) do qual a todos os
635 senhores conselheiros, técnicos da SUPRAM, demais pessoas aqui que participam
636 dessa discussão a visitarem o empreendimento, a conhecerem in loco para perceberem
637 que muitas vezes o fato de nós desconhecermos não quer dizer que aquela situação não
638 exista. Apenas reforçando aqui, gostaria de deixar claro aos senhores que agora no
639 mês de julho deste ano, a Total foi agraciada com a obtenção do selo de compromisso
640 nacional para aperfeiçoar as condições do trabalho da cana de açúcar tendo esse
641 criado em 2009 e entre as 390 usinas de açúcar existentes nesse país. 13 empresas de
642 Minas (Ruído) foram agraciadas com esse prêmio nesse período e a Total é uma delas.
643 Prêmio entregue esse ano ao Dr. Paulo pela Presidente Dilma Rousseff. Gostaria que a
644 título de encaminhamento que nós votássemos o parecer da SUPRAM e essas questões
645 colocadas, muito bem colocadas pelo professor Francisco, nós estívéssemos estar
646 pontuando, apresentando aquilo que já é feito que em sua grande maioria é cumprido
647 na plenitude dentro dos RCA's e PCA's já elaborados para o EIA/RIMA global e os
648 senhores conferirem in loco. A retórica muitas vezes dispensa a eloquência e nos
649 possibilita dentro da capacidade de síntese trazer a luz da razão (Ruído) estamos aqui
650 às ordens para o que mais se fizer necessário." – Mauro da Fonseca Ellovitch –
651 Representante Ministério Público – Solicitou posição dos técnicos da SUPRAM: "Nós
652 faríamos a proposta disso aqui como condicionante nesse ou se ele apresentaria isso
653 naquele outro que ele foi condicionando ao EIA/RIMA global. Daí já fica ciente que já
654 constar em ata (Ruído) aqui que nós vamos avaliar todos os quesitos que o senhor
655 colocou no seu parecer quando da votação da LO daquele outro LIC. Vocês fariam
656 essa complementação daquele que ficou do EIA/RIMA global, faria a complementação
657 dessas informações que o professor Francisco pediu e nós vamos avaliar isso como
658 cumprimento de condicionante naquela LIC." – Anaximandro – Representante PUC
659 Minas – Concordou com a sugestão do conselheiro Mauro. "Já que está sendo feita uma
660 EIA/RIMA global, esse RIMA contemplaria a totalidade das medidas já tomadas nos
661 respectivos PCA's e RCA's apresentados com eventuais propostas de melhoria a partir



662 do que foi apresentado pelo parecer do professor Francisco.” – Mauro da Fonseca
663 Ellovitch – Representante Ministério Público – Esclareceu: “Quando eu fiz a proposta
664 não era para incluir nenhuma condicionante naquele outro. Era porque no meu
665 entendimento de Lei, até o professor Francisco foi muito feliz em explicar essa diferente
666 do EIA e do PCA, mas essas informações que ele colocou eu esperava do EIA. Quando
667 eu fosse ver o EIA como cumprimento de condicionante daquele outro eu ia entender
668 que ele estava incompleto. O professor Francisco explicou que isso pode ser feito via
669 PCA e tal. Fica o conselho. Ou nós condicionamos. Se for condicionar, com certeza
670 senhor presidente, concordo plenamente. Se for condicionar tem que ser nesse. Ou nós
671 analisamos como cumprimento de condicionante do outro. A empresa já ficaria ciente
672 que eles teriam que complementar e nós consideramos ou pelo menos que só posso
673 falar por mim. Eu considero esse EIA/RIMA incompleto para as finalidades para não
674 ser simplesmente cartorária (Ruído) as finalidades é querer trazer essas informações
675 para que nós pudéssemos estar cumprindo aquela condicionante. Fica do conselho. São
676 as duas sugestões.” – Anaximandro – Representante PUC Minas – Retificou a fala dele:
677 “Eu acho mais interessante mesmo nós colocarmos aqui até por uma questão de
678 segurança jurídica. Já tem a licença aprovada e tudo. Para que não causemos nenhum
679 tipo de celeuma e possa ser questionado em colocar uma condicionante nesse
680 processo.” – Túlio – Representante FIEMG – Solicitou alteração na condicionante nº 1:
681 “No adendo do processo queria pedir alteração do prazo de 30 dias para 90 dias igual
682 fiz o pedido protocolado pela Gerência de Compensação Ambiental do IEF. Igual fez
683 no outro empreendimento de 30 para 90 dias.” – Amilton Serri Vasconcelos -
684 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após as discussões colocou em
685 votação o item 5.1 e foi **APROVADO**. Em seguida colocou em votação a inclusão da
686 condicionante elaborada pelo representante da ABES. – Francisco de Assis Braga –
687 Representante ABES – Apresentou a proposta: “Apresentar Plano de Controle
688 Ambiental Global do empreendimento contemplando as atividades industrial e
689 agrícola.” - Amilton Serri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
690 Francisco – Colocou em votação a inclusão da condicionante e foi **APROVADA** por
691 unanimidade. Em seguida colocou a proposta de condicionante da SUPRAM-ASF:
692 “Apresentar programa de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas
693 conforme estabelecido na DN 164/2011. (Ruído) prazo 60 dias, porque é para ele já
694 começar a executar esse programa de monitoramento no período das águas porque é
695 conforme a DN lá. Observações. Esse programa deverá ser iniciado no próximo
696 período das águas. Os relatórios deverão ser apresentados no início de cada fase
697 conforme estabelecido nessa DN.” - Amilton Serri Vasconcelos - Presidente Suplente
698 da URC Alto São Francisco – Colocou em votação a inclusão de condicionante e foi
699 **APROVADA**. Colocou em votação a condicionante da compensação ambiental
700 proposta pelo conselheiro Túlio, representante da FIEMG, alteração de 30 para 90 dias
701 no prazo e foi **APROVADA**. Esclareceu que houve uma solicitação de inversão na
702 pauta e que seria apresentado o item 8.2 – Mineração Corcovado e depois passaria para
703 o item 6.1, que era do mesmo empreendedor sendo uma licença prévia concomitante
704 com instalação. – **Item 8.2 Mineração Corcovado de Minas Ltda. - Lavra a céu**
705 **aberto sem tratamento ou com tratamento a seco rochas ornamentais e de**
706 **revestimento (extração de granito ornamental) - Candeias /MG - PA/Nº**
707 **00062/1993/009/2011 - DNPM 832.343/2000 - Classe 3. Apresentação: Supram Sul**
708 **de Minas. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Túlio Pereira de Sá**
709 **representante da FIEMG e Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ. –**



710 Não identificou – Apresentou o parecer. “*Trata-se de um pedido de revalidação de*
711 *Licença de Operação pelo empreendimento Mineração Corcovado de Minas,*
712 *localizado no município de Candeias, para a atividade de lavra a céu aberto sem*
713 *tratamento ou com tratamento a seco rochas ornamentais e de revestimento. O*
714 *empreendimento não gera efluentes industriais, apenas sanitários que são tratados em*
715 *sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio antes da disposição final por sumidouro. As*
716 *emissões atmosféricas são apenas pelas descargas da combustão dos motores das*
717 *máquinas e equipamentos utilizados. Sendo o trabalho executando em área aberta*
718 *ajudando na dispersão dos gases. Resíduos perigosos, filtros de óleo e estopas*
719 *contaminadas são destinados para empresa licenciada. Outro rejeito gerado (Ruído)*
720 *mina, que é constituído por fragmentos de rochas. Houve investimento no processo,*
721 *equipamentos proporcionando melhor aproveitamento dos recursos e*
722 *consequentemente diminuindo alguns impactos ambientais como utilização de água,*
723 *geração de emissões atmosféricas entre outros. O empreendimento cumpriu com as*
724 *condicionantes propostas, porém com atraso na entrega dos relatórios, que somente*
725 *foram protocolados a partir de 2008 no caso da condicionante 3 e 2009 para a*
726 *condicionante 1. Já a condicionante 2 referente ao PRAD, só foi apresentado quando*
727 *da formalização do Processo de LP mais LI de ampliação em 23/01/2012. As medidas*
728 *de controle ambiental como construção de fossa séptica e filtro anaeróbio, contenção*
729 *de sedimentos, revegetação de taludes, muros de contenção foram implantadas. Foi*
730 *lavrado Auto de Infração para o empreendimento por descumprir condicionantes*
731 *aprovadas na Licença de Operação, se constatada a existência de poluição ou*
732 *degradação ambiental e o mesmo se encontra em análise jurídica e serão enviados*
733 *após finalização do controle de legalidade. Após a análise de todas as informações do*
734 *RADA, a SUPRAM avaliou o desempenho ambiental (Ruído) satisfatório, embora as*
735 *condicionantes tenham sido cumpridas fora dos prazos. Tendo em vista que a*
736 *concessão de uma Renovação de Licença Ambiental tem como requisito a*
737 *comprovação, através do RADA, do desempenho ambiental do empreendimento, o que*
738 *foi devidamente constatado pela equipe interdisciplinar da SUPRAM, somos favoráveis*
739 *ao deferimento da referida licença. Conclusão. Diante de todo o exposto, somos pelo*
740 *deferimento da Revalidação da Licença de Operação, nos termos do Parecer Único nº.*
741 *0521118/2012, elaborado pela equipe interdisciplinar da SUPRAM.” – Mauro da*
742 *Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público* – Apresentou o parecer. “*O*
743 *presente procedimento trata-se da Revalidação da Licença de Operação do*
744 *empreendimento Mineração Corcovado de Minas Ltda, localizado na zona rural do*
745 *Município de Candeias/MG, no local conhecido como Fazenda Lençóis, no que tange à*
746 *atividade de lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco de rochas*
747 *ornamentais e de revestimento. Mármore (Ruído). A Requerente é titular do*
748 *Certificado de Licença de Operação 772/2005. Com validade de 06 anos.*
749 *Considerando que o prazo de validade do Certificado de Licença em questão se*
750 *expiraria em 05.12.2011, a Mineração Corcovado de Minas Ltda deu início ao*
751 *processo de revalidação de sua LO objetivando regularizar a situação ambiental do*
752 *empreendimento. Assim, em 29/11/2011 o empreendimento em foco formalizou seu*
753 *processo de revalidação de Licença de Operação. Objetivando complementar os dados*
754 *técnicos oferecidos no estudo Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental, o*
755 *órgão ambiental responsável pelo licenciamento realizou, no local onde se encontra*
756 *instalado o empreendimento, fiscalização com a finalidade de subsidiar os trabalhos*
757 *relacionados à concessão da revalidação da LO. Em decorrência desta fiscalização foi*



758 lavrado, em 04/11/2011, o Relatório de Vistoria 258/2011, que se encontra à folha
759 (Ruído) autos. Durante esta fiscalização foram constatadas algumas irregularidades
760 ambientais no empreendimento, tais como. Fossa séptica funcionando
761 inadequadamente e área onde se encontra disposta a pilha de estéril necessitando de
762 recuperação de acordo com as previsões do PRAD. Quanto ao desempenho ambiental
763 do empreendimento, merece destaque a análise do cumprimento das condicionantes
764 relativas ao certificado de Licença 772/2005. Compulsando os autos, especialmente o
765 item 3 do Parecer Único da SUPRAM Sul de Minas, folhas 179/181, que trata da
766 revalidação do cumprimento das condicionantes, nota-se que todas as condicionantes
767 impostas foram cumpridas fora do prazo determinado ou de forma apenas parcial.
768 Consideramos oportuno reproduzir as observações feitas pelos técnicos da SUPRAM
769 Sul de Minas quanto ao cumprimento das condicionantes. Vejamos. Condicionante 1.
770 Foram apresentados resultados de análises da caixa (Ruído) fossa séptica, a partir de
771 2009, conforme protocolo R262677. Conforme condicionado, o empreendedor deveria
772 ter apresentado 4 relatórios de monitoramento por ano, a partir da emissão da licença
773 de operação que foi em 05.12.2005. Foram apresentados 2 relatórios nos anos de 2009,
774 2 relatórios em 2010, 2 relatórios em 2011 e 2 relatórios em 2012. Os laudos referentes
775 aos anos de 2012 apresentam parâmetros dentro dos padrões estabelecidos. Já os
776 laudos referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011 apresentaram DBO e detergentes fora
777 dos parâmetros. Os relatórios deveriam ser enviados trimestralmente após a concessão
778 da LO ao órgão ambiental, portanto a condicionante foi cumprida parcialmente. Olha
779 que parcialmente mesmo. Condicionante nº 2. O Plano de Recuperação de Áreas
780 Degradadas foi apresentado (Ruído) do processo de LP + LI de ampliação em 23 de
781 janeiro deste ano, processo 00062/1993/010/2012. Portanto, a condicionante foi
782 cumprida fora do prazo. Só seis anos depois. Condicionante nº 3. Os relatórios técnicos
783 fotográficos contemplando as ações de controle ambiental foram apresentados nos
784 anos de 2008, 2010 e 2011, de acordo com os relatórios enviados, protocolos número
785 tal. Foi possível observar não só pelos relatórios apresentados como também pela
786 vistoria realizada no empreendimento que a empresa se preocupa com o meio ambiente
787 e vem realizando as medidas para o controle na área de intervenção, porém não foram
788 enviados semestralmente conforme a descrição da condicionante, portanto a
789 condicionante foi cumprida parcialmente. Pela simples análise desta avaliação,
790 questiona-se como pode ser considerado regular o desempenho desse empreendimento,
791 tendo em vista o descumprimento de todas as condicionantes impostas, bem como a
792 ausência de comprovação (Ruído) mitigação de suma importância neste tipo de
793 atividade, como no caso da ETE. No que se refere ao automonitoramento dos efluentes
794 líquidos é relevante salientar que a empresa apresentou somente os resultados a partir
795 do ano de 2009, apesar da condicionante da licença remontar ao ano de 2005, ou seja,
796 o empreendimento desconsiderou a obrigação de automonitoramento por 4 anos. Além
797 disso, frise-se que somente os resultados referentes a 2012 ficaram dentro dos
798 parâmetros estabelecidos pelas normas ambientais. Desta feita, não é possível
799 asseverar, de fato, se o sistema implantado atendeu às especificações durante todo o
800 período de validade da licença. Compulsando os autos, não encontramos indicativos
801 concretos de desempenho ambiental. Não há estudos ou laudos que atendam as normas
802 técnicas pertinentes e demonstrem como foi a gestão de rejeitos, se alguma área foi
803 efetivamente recuperada e com qual técnica, se há estabilidade e drenagem adequada
804 (Ruído) desde quando o sistema de tratamento de efluentes é eficiente, etc. O
805 monitoramento do desempenho ambiental pode ser considerado o coração do



806 licenciamento, onde se avalia as medidas vitais para uma operação saudável. Como um
807 empreendimento que não realizou o controle dos seus fatores de maior impacto pode
808 ter seu desempenho tido como razoável? Pode ter ocorrido até um impacto gravíssimo
809 nos anos entre 2005 a 2008, por exemplo, e não ficaríamos sabendo por falta de
810 responsabilidade no monitoramento. É assim que pretendemos gerir a operação de
811 empreendimentos minerários, notadamente causadores de significativo impacto
812 ambiental? Averiguou-se ainda que o empreendimento continua operando sem
813 qualquer previsão técnica de recuperação de seu impacto. Nos termos do artigo 1º do
814 Decreto Federal 97.632 de 1989, o Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD)
815 deveria ter sido submetido à aprovação do órgão ambiental competente quando da
816 apresentação de Estudo de Impacto Ambiental, ou seja, na fase de licenciamento do
817 empreendimento. Vejamos. Artigo 1º.(Ruído) destinam à exploração de recursos
818 minerais quando da apresentação do EIA e RIMA, deverão submeter à aprovação do
819 órgão ambiental competente, plano de recuperação de área degradada. Este Decreto
820 Federal nada mais fez do que normatizar uma cautela indispensável para o fiel
821 cumprimento da exigência constitucional do artigo 225, parágrafo 2º da Constituição.
822 Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de
823 uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder
824 Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras
825 gerações. Parágrafo 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a
826 recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo
827 órgão público competente, na forma da lei. Assim, existe instrumento normativo que
828 determina a apresentação de Plano de Recuperação de Área Degradada e, mais
829 recentemente, de Plano de Fechamento de Mina ao órgão ambiental competente, como
830 forma de garantir a possibilidade técnica de recuperação do meio ambiente que será
831 degradado. (Ruído) A obrigação de apresentação do PRAD do empreendimento não
832 pode ser vista como mera formalidade. Com efeito, o órgão ambiental não deveria
833 permitir a operação de uma mineradora sem sequer saber se e como é possível a
834 recuperação do impacto causado. Ainda mais em relação ao instável mercado de
835 exploração de rochas ornamentais, que já conta com inúmeras lavras abandonadas
836 sem recuperação em nossa região. O parecer único da SUPRAM Sul de Minas
837 contraria a sistemática de controle efetivo de condicionantes e de desempenho
838 ambiental como requisito indispensável para revalidação de Licenças de Operação.
839 Como bem ressalta a doutrinadora Eliana Pereira Rodrigues Poveda, mineração é
840 imprescindível para a sociedade. No entanto, a lavra dos recursos minerais implica no
841 acompanhamento de medidas preventivas e corretivas de gerenciamento técnico que se
842 não forem implementadas em todas as etapas do empreendimento mineiro podem
843 provocar sérios impactos ambientais, os quais se refletem em uma (Ruído) da qualidade
844 de vida. Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público do Estado de Minas Gerais
845 pelo indeferimento do pedido de Revalidação da LOC, de LO.” – Camilo de Lélis
846 André Melo – Representante FEDERAMINAS – Comentou: “Quando em outra
847 reunião nós votamos vários processos da sua URC do Sul de Minas eu pedi ao plenário
848 que esses processos antes de virem em votação fossem analisados pelos nossos
849 técnicos. Redimi e não tinha a necessidade. O que o Dr. Mauro fez? Exatamente o
850 serviço que nossos técnicos com certeza iriam fazer, porque? Porque até hoje não foi
851 votado nenhum processo em que as condicionantes não tenham sido totalmente
852 cumpridas. (Ruído) questão de coerência. Eu acompanho o parecer do Dr. Mauro.” –
853 Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Ressaltou ainda:



854 “Nós pedimos vista porque era feito como estava lá. Não tem nenhum tipo de indicativo
855 técnico de desempenho. O que consta ali como bom desempenho foi uma vistoria in
856 loco feita pela SUPRAM, mas não tem como demonstrar em números. O
857 descumprimento de condicionante aqui tido como cumprida fora do prazo. Poxa,
858 condicionante de monitoramento de efluente líquido foi cumprido parcialmente nos
859 últimos 4 anos. 3 com desempenho ruim. Sinceramente, eu não vejo nenhuma condição
860 de revalidar o empreendimento com esse tipo de cumprimento, de monitoramento.” –
861 Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Solicitou informações: “Eu gostaria
862 de saber se o empreendedor tem (Ruído) dado pelo descumprimento dos prazos das
863 condicionantes. Notadamente em relação ao PRAD. Haja vista aqui que o PRAD tinha
864 que ter sido apresentado antes do período chuvoso para realmente mitigar os possíveis
865 impactos decorrentes das chuvas naquela época. Estava específico no parecer. Só
866 apresentaram 6 anos depois. Provavelmente não foi feito nada no sentido de controlar
867 os possíveis problemas ambientais que estavam instalados lá.” – Túlio – Representante
868 FIEMG – Solicitou informações aos técnicos da SUPRAM Sul de Minas. “Gostaria de
869 saber o porquê do parecer favorável. Outro questionamento, pode não ser o caso aqui,
870 mas uma coisa que o Roberto está batendo naquela questão é a questão do
871 indeferimento de revalidação que infelizmente quem cumpre as condicionantes fora do
872 prazo. Concordo que tem que ter análise do desempenho ambiental do empreendimento
873 em cima das condicionantes. Nós vamos estar seguindo o cumprimento dessas
874 condicionantes, mas vamos uma situação seguinte. (Ruído) ele cumpriu fora do prazo
875 as condicionantes sugeridas, mas fez os investimentos na área ambiental. Nós temos
876 também que dimensionar isso, porque vou indeferir a revalidação. Ambientalmente
877 dizendo, qual vai ser a vantagem para o Meio Ambiente ao indeferir a revalidação
878 sendo que ele cumpriu essas condicionantes? Falta análise, mas farei esse
879 levantamento aqui. A única URC hoje que indefere os processos de revalidação com
880 indeferimento que descumpriu o prazo, mas continuou cumprindo é a URC aqui. Tanto
881 que o parecer do Sul de Minas é pelo deferimento. Lá eles seguem essa questão. Eu
882 acho que nós realmente temos que ver essa situação, porque o empreendimento
883 cumpriu. Cumpriu fora do prazo e continuou cumprindo. Vai ser indeferido. Vai gerar e
884 vai ter mais condicionantes. Claro, a punição dele foi o que? A autuação ou multa.
885 Igual colocou. Foi licenciado em 2005. (Ruído) na revalidação vamos ver que os
886 parâmetros fora do prazo, ou seja, os parâmetros fora dos pedidos. Isso também falta
887 da questão. Realmente, nós sabemos da dificuldade do Estado, mas falta fiscalização.
888 Se chegar lá e estiver em 2006 e não cumpriu tal condicionante o que tem que fazer?
889 Multar, embargar e começar enquanto não cumprir. Está acabando que estamos
890 esperando chegar nesse processo todo final para depois virar para o empreendedor. Se
891 não vai cumprir, claro, ele tem a responsabilidade dele. Tinha que estar acompanhando
892 essa questão, mas a questão dos empreendimentos que começaram a cumprir fora do
893 prazo mas estão cumprindo, eu acho que nós temos que consultar e não acho correto
894 estar indeferindo esses processos. Eu queria escutar da SUPRAM Sul de Minas o
895 porque desse parecer favorável. Queria escutar o empreendedor também a situação
896 que está para nós podermos estar votando isso.” – Josiane – SUPRAM Sul de Minas –
897 Respondeu: “Referente à autuação conselheiro, o empreendimento foi autuado por
898 descumprir condicionante com degradação devido ao fato de lançar efluentes fora dos
899 padrões determinados na legislação. Com relação ao parecer. Eu vou falar assim. Não
900 sei como é avaliado aqui pelos técnicos. Como que é feito na SUPRAM Sul de Minas.
901 Nós avaliamos tanto o desempenho ambiental no cumprimento de condicionante quanto



902 na evolução do empreendimento. Nós fazemos as duas coisas, porque nós identificamos
903 dois viés. Identifica-se empreendimento. Entra um processo de revalidação que não tem
904 desempenho ambiental em que sentido? Não cumpriu nada e não tem medida
905 mitigadora. O impacto maior dessa atividade de mineração é com relação a rejeitos,
906 drenagem fluvial e não somente tão focada, é lógico que é um impacto, mas não é o
907 mais significativo da atividade. No caso, do esgoto sanitário. Com relação ao prazo. O
908 empreendimento (Ruído) de não protocolar no órgão ambiental o seu cumprimento,
909 mas durante a evolução do empreendimento verificou que ele acompanha o
910 desempenho. Ele faz as recuperações da área, a recuperação de pilha, revegetação de
911 talude. É claro que conforme o conselheiro da Promotoria falou necessitava de
912 algumas adequações naquela ocasião, mas pelos relatórios, pelas fotos e por tudo que
913 nós vimos não só conselheiro, mas ele também tem o processo de revalidação. Nós
914 recorremos também ao processo antigo para poder comparar os dois. O que é o
915 empreendimento hoje e o que era o empreendimento antes. Nós fizemos uma análise da
916 evolução do empreendimento. Por isso o parecer da SUPRAM foi favorável mesmo
917 descumprindo condicionante fora do prazo e por lançar esgoto sanitário fora dos
918 padrões. O maior impacto do empreendimento era mitigado.” - Roberto Soares
919 Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –
920 Comentou: “Como nós estamos aqui no Alto São Francisco, nós temos que ser
921 isonômicos, nós não podemos tratar empresas diferentemente dentro dos princípios que
922 esse conselho tem. Eu tenho que reconhecer que o relatório do Dr. Mauro tem razão de
923 ser. Inclusive, eu defendi na reunião passada que o relatório de vocês me induziu ao
924 erro. Pelo fato de vocês terem colocado que o desempenho foi razoável eu proporia
925 tranquilamente redução de prazo. Nós já pedimos aqui para que o jurídico analisasse,
926 porque o CONAMA 327 permite para isso não só para aquele item de multa previsto de
927 infração previsto na DN 17, mas permite para todas as avaliações dos desempenhos da
928 empresa se faça (Ruído) em vez de indeferir. Realmente o relatório do Dr. Mauro nos
929 coloca numa posição que não dá para defender isso, porque monitoramento aqui não
930 feito é pecado. Esse conselho tem votado seguidamente pelo indeferimento. Eu acho até
931 para o caso desses dois processos tanto o de revalidação quanto o de ampliação, nós
932 devíamos acatar uma sugestão que virá no próximo relatório de vistas do Ministério
933 Público que diz o seguinte, eu acho que a melhor solução aqui seria uma análise pela
934 SUPRAM ASF de uma licença de operação corretiva que englobaria, quer dizer
935 mataria o problema revalidação que vai ser provavelmente indeferido aqui pelos
936 conselheiros, pelo histórico desse conselho e resolveria o problema da ampliação da
937 empresa.” - Josiane – SUPRAM Sul de Minas – Esclareceu: “Quanto da análise do
938 processo de licença de ação corretiva, ele vai ser analisado aqui pelos técnicos da
939 SUPRAM Sul, Alto São Francisco, desculpa, porque o município agora pertence a essa
940 superintendência. Nós vamos ter ainda alguns outros processos que estão sendo
941 finalizados na SUPRAM Sul de Minas para votar aqui, mas os próximos licenciamentos
942 vão ser feitos todos pela SUPRAM Alto São Francisco.” - Mauro da Fonseca Ellovitch
943 – Representante Ministério Público – Comentou sobre a situação do processo: “Vamos
944 falar que o negócio do efluente líquido fosse um impacto menor comparado com o
945 impacto da mineração. Ele não tem nenhum indicativo técnico do maior impacto que é
946 o que? recuperação de área da mineração. Você falou que tem a revegetação do talude,
947 ele acompanhou. Cadê isso? Ele acompanhou de uma maneira empírica? Ele plantou o
948 que ele quis lá (Ruído) teve algum profissional técnico que deu um parecer? Olha você
949 vai fazer essa recuperação assim para ter efetividade? Eu perguntei isso para o



950 *empreendedor quando esteve lá. Ele não tem nada técnico para demonstrar.*
951 *Sinceramente, eu fiquei muito preocupado de falar como é que foi avaliado esse*
952 *desempenho ambiental. Para falar os principais impactos foram mitigáveis? Foi uma*
953 *vistoria que vocês fizeram em um ou dois dias, porque um acompanhamento de 6 anos*
954 *de desempenho do empreendimento que não é documentado em absolutamente nada,*
955 *fica muito difícil. Como é que nós vamos vir aqui atestar um desempenho ambiental*
956 *razoável de um empreendimento que não tem qualquer levantamento técnico científico*
957 *das medidas que ele fez para recuperar ou mitigar os impactos? Sinceramente, não é só*
958 *questão do monitoramento que já uma baita de uma irresponsabilidade. Uma*
959 *condicionante de 6 anos ser cumprida no último ano porque já era ano de revalidar já*
960 *seria uma baita de uma irresponsabilidade e desrespeito com esse conselho. Tirando*
961 *isso, o principal impacto do empreendimento não é monitorar de maneira alguma*
962 *(Ruído) de forma científica. Sinceramente, eu não vejo condição nenhuma de revalidar*
963 *isso aqui.” Estava inscrito o representante da empresa e fez uso da palavra. – Maurício*
964 *Vieira – Consultor da empresa – “Nós tivemos uma reunião segunda-feira com o Dr.*
965 *Mauro e Dr. Túlio onde foi solicitado para que a empresa apresentasse dados*
966 *concretos da questão do desempenho ambiental de 2005 até a presente data. Estou*
967 *trazendo alguns dados aqui. Já se encontram no processo de revalidação da licença e*
968 *os dados novos que eu vou citar aqui. Com relação a preservação ambiental. Foi*
969 *(Ruído) rural constituída de mata nativa localizada no município de São Francisco de*
970 *Paula distante cerca de 10 km da Fazenda Lençóis com área de 77 hectares com fins de*
971 *preservação ambiental. Única e exclusivamente preservação ambiental. Investimento*
972 *de 30 mil reais em 2002. Avaliado hoje em 350 mil reais. 2. Área totalmente*
973 *recuperada objeto da condicionante número 2 da licença de operação. O PRAD não foi*
974 *apresentado dentro do prazo estipulado na condicionante, mas a recuperação foi*
975 *efetivamente realizada em 2006, conforme documentação fotográfica que se encontra*
976 *em anexo. Investimento de 15 mil reais em 2006 correspondente a compra e*
977 *manutenção de 10 mil mudas de espécies nativas. 3. O principal impacto ambiental da*
978 *lavra de rocha ornamental é a formação de pilhas de rejeito. Nesse sentido, (Ruído)*
979 *promove a fabricação de paralelepípedos usados em calçamento de ruas aproveitando*
980 *hoje 30% do rejeito gerado na lavra devendo atingir a meta de 50% de aproveitamento*
981 *até o fim de 2013, empregando cerca de 45 funcionários cujos contratos de prestação*
982 *de serviços encontram-se também em anexo. 4. Captação de águas pluviais na área da*
983 *mina armazenada em dois tanques com capacidade total para 1 milhão de litros de*
984 *armazenamento. Investimento de 20 mil reais em materiais e mão de obra em 2011*
985 *conforme fotografias e notas fiscais de compra em anexo também. São 1 milhão de*
986 *litros de água que deixam de ser captados de drenagem naturais ou do lençol freático.*
987 *5. Implantação do sistema de supressão de água em vias internas da mina além da*
988 *utilização de caminhão pipa. (Ruído) 14 mil reais em 2011 e 2002 conforme a*
989 *documentação fotográfica e notas fiscais de compras em anexo. 6. Tendo em vista os*
990 *últimos resultados do monitoramento do efluente da ETE sanitária a Mineração*
991 *Corcovado substituiu o sistema. Investimento de 6 mil e 200 reais em 2002. Fotografias*
992 *da nova ETE em anexo também aqui. 7. Recuperação final de talude das pilhas de*
993 *rejeito. A medida que a pilha de rejeito atinge o seu pite final a Mineração Corcovado*
994 *promove a recuperação ambiental dos taludes com a implantação da vegetação*
995 *arbustiva conforme documentação fotográfica também aqui em anexo. Investimento*
996 *anual de 50 mil reais. 8. Construção de linha de transmissão de energia elétrica*
997 *visando substituição dos equipamentos movidos a óleo diesel por equipamentos*



998 elétricos. Investimento de 93 mil e 200 reais em 2000 (Ruído) conforme contrato
999 também em anexo. 9. Substituição de equipamentos antigos por equipamentos mais
1000 modernos e menos poluentes incluindo a troca de equipamentos movidos a óleo diesel
1001 por equipamentos elétricos. Investimento de 1 milhão e 570 mil no período de 2008 a
1002 2012. Nós colocamos aqui algumas ações desenvolvidas com a comunidade do entorno
1003 da mina. 1. A Mineração Corcovado patrocinou o projeto Meio Ambiente e
1004 Sustentabilidade em parceria com todas as escolas de ensino fundamental e médio da
1005 cidade de Candeias ocorrida em 2010. Houve encontros palestras manifestação
1006 ambiental em ruas, doação de livros, plantio sobre espécies nativas em nascentes de
1007 rios que a abastecem a cidade de Candeias e viagem de alunos para Vitória. Tudo está
1008 documentado em DVD e encontra-se também em anexo.” Foram permitidos mais cinco
1009 minutos para explanação. “2. A Mineração Corcovado participou do primeiro festival
1010 Candeias de Vídeo e Reportagens com a doação de filmadoras para cada escola de
1011 Candeias e oficinas de vídeo cujo tema foi Meio Ambiente, Desenvolvimento
1012 Sustentável no município de Candeias. Ocorrido em outubro de 2011. 3. Participação
1013 de evento de plantio de 500 mudas de árvores com Escola Estadual Presidente Kennedy
1014 em 2008. 4. (Ruído) 2007 com o tema Reflorestamento da Mata Ciliar da Nascente do
1015 Ribeirão Congo Choco com a participação da COPASA, Câmara Municipal de
1016 Candeias, EMATER e escolas. 5. Doações para diversas entidades. Doação mensal
1017 para APAE de Candeias, doação mensal para Associação de Amparo a Pacientes com
1018 Câncer e doações diversas. Vou citar aqui algumas entidades. Associação Comunitária
1019 Conjunto Habitacional João Paulo II, Mitra Diocesana de Oliveira, Conselho
1020 Comunitário de Segurança Pública, Escola Municipal Erasmo de Barros, Escola
1021 Estadual Padre José Américo, Fundação Comunitária de Saúde de Candeias, Escola
1022 Estadual Presidente Kennedy, Paróquia São Sebastião de Campo Belo, Prefeitura
1023 Municipal de Candeias, Polícia Civil de Candeias, Polícia Militar Ambiental de
1024 Lavras, entre outras. 6. Parceria da Mineração Corcovado com a Superintendência
1025 Regional de Ensino de Campo Belo e a Escola Estadual Padre Américo (Ruído) Loucos
1026 por Conhecimento. Integrante do programa Minas presente na escola do governo do
1027 Estado de Minas Gerais. Parceria esta firmada nesse mês de agosto. Gostaria de tecer
1028 alguns comentários a respeito do parecer do Dr. Mauro que fala que usa a falta de
1029 monitoramento de efluente seria de suma importância para a atividade. Não que não
1030 seja. Isso já foi falado aqui, mas o principal impacto na geração, na atividade rocha
1031 ornamental é a disposição inadequada de rejeitos. Isso não vem sendo feito pela
1032 Mineração Corcovado. Ela realmente tem controle técnico para a disposição dos
1033 rejeitos. Isso pode ser demonstrado in loco e também na documentação fotográfica
1034 (Ruído) do RADA. Não encontramos indicativos concretos do desempenho ambiental.
1035 Dr. Mauro, eu discordo. Haja vista, simplesmente, só uma análise técnica dessa
1036 documentação fotográfica que se encontra nos autos já é um indicativo concreto da
1037 responsabilidade do desempenho ambiental da empresa. Quando o senhor fala que não
1038 tem formas técnicas o projeto. Nós estamos seguindo exatamente a disposição das
1039 pilhas de rejeito e esse projeto se encontra no Plano de Controle Ambiental lá no
1040 processo de LI em 2004. O projeto técnico vem sendo implantado de acordo com o
1041 projeto que está em processo de LI em 2004. A questão aqui (Ruído) a empresa
1042 realmente é uma falha do sistema. Em 2003 quando foi apresentado o EIA/RIMA não
1043 foi solicitado a empresa o PRAD. Esse PRAD só foi apresentado agora nesse processo
1044 de ampliação da atividade, mas mesmo não tendo o PRAD a empresa vem fazendo a
1045 recomposição florestal de áreas já degradadas cumprindo exatamente a metodologia



1046 *de trabalho da empresa. Com relação a questão de adequação das pilhas de rejeito.*
1047 *Isso é um detalhe técnico de um ponto da estrada nós avistamos o bota fora. Os*
1048 *técnicos da SUPRAM Sul de Minas pediram que nós apresentássemos um PRAD para*
1049 *diminuir o impacto visual da estrada justamente (Ruído) das pilhas de rejeito. Esse*
1050 *PRAD contempla o que está no processo de LP + LI, contempla a recuperação total da*
1051 *área, inclusive seguindo a metodologia da condicionante 2 que foi cumprida em 2006.*
1052 *Todos esses documentos estão aqui à disposição dos senhores.” – Mauro da Fonseca*
1053 *Ellovitch – Representante Ministério Público – Parabenizou a empresa pelos*
1054 *investimentos na área social. “Eu acho importante mesmo. Toda empresa tem que ter*
1055 *essa consciência social de colaborar dentre esses projetos, mas isso não retira o fato de*
1056 *que tudo o que o senhor apresentou aqui. Primeiro, nós reconhecemos aqui várias*
1057 *vezes a falha de descumprimento de condicionante ou de questões técnicas a serem*
1058 *revistas na revalidação. Realmente, tem a questão (Ruído) de um tempo atrás e talvez*
1059 *seja feita essa adequação antes. O fato é o seguinte. Nós não temos nenhuma*
1060 *comprovação até o momento. Eu vejo que há uma contradição muito grande. O senhor*
1061 *falar, nós recuperamos em 2006 e apresentou um projeto em 2009 ou 2012. Para que*
1062 *serve esse projeto? Esse projeto deveria ser apresentado na AAF e executado. Sabe, é*
1063 *fazer pouco da questão da condicionante mesmo. Não adianta o senhor apresentar*
1064 *informalmente. Era para ter sido apresentada e executada conforme o projeto. O que*
1065 *eu vejo é uma falha muito grande nesse empreendimento e até violam um dispositivo*
1066 *constitucional é que esse impacto de mineração especificamente. A constituição dá um*
1067 *tratamento diferenciado é o empreendimento minerário. Empreendimento minerário o*
1068 *impacto vem sendo recuperado gradativamente durante o desenvolvimento da atividade*
1069 *conforme solução técnica. O que falta? Nós não temos nenhum. Você fala. Não a*
1070 *empresa faz (Ruído) pilha de rejeito conforme metodologia dela. Qual que é essa*
1071 *metodologia dela? Nós não temos acompanhamento. Nós não temos um documento do*
1072 *empreendimento do senhor que. Eu vou concluir aqui. Você falou levantamento*
1073 *fotográfico. Quem disse que esse levantamento fotográfico, com esse levantamento*
1074 *fotográfico que foram recuperadas as funções que poderiam ser recuperadas? Não teve*
1075 *esse acompanhamento técnico científico. Realmente, não dá para nós tocar*
1076 *principalmente mineração na base do empirismo. Mineração para atender os*
1077 *mandamentos da constituição tem que ser tecnicamente com acompanhamento técnico*
1078 *e indicadores concretos de desempenho. Infelizmente foi o que faltou no seu*
1079 *empreendimento. Também ressaltando aqui. Sinceramente, nós não podemos tirar uma*
1080 *natureza jurídica com base no entendimento de, olha nós tivemos um bom desempenho.*
1081 *Você (Ruído) tem como atestar um desempenho ambiental correto. Tecnicamente,*
1082 *cientificamente eu não vejo condições de nós revalidarmos essa licença. Já deixando*
1083 *bem claro que eu não vejo a não revalidação como o fim do mundo. O senhor falou*
1084 *mesmo que vai, que já vem desenvolvendo várias técnicas. O senhor vai conseguir*
1085 *formular uma licença de operação corretiva. Ao contrário do que o senhor disse e já*
1086 *dito outras vezes, não é a mesma coisa. Não penaliza, não vai inviabilizar a sua*
1087 *atividade, mas tem a natureza técnica e pedagógica. Eu acho que nós não podemos*
1088 *ficar aprovando revalidação a rodo. Permita-me discordar. Eu acho que se o*
1089 *empreendimento não apresentou o desempenho não pode ser revalidado. Nós não*
1090 *podemos falar que maçã é laranja e deixar ele buscar uma readequação do*
1091 *procedimento próprio. Eu acho que o maior exemplo que isso funciona, e estava até*
1092 *conversando com o conselheiro Roberto, é o caso da Tecnocal, hoje que foi a feita a*
1093 *licença de operação corretiva (Ruído) teve a revalidação dele deferida por essa URC.*



1094 *Se vocês pegarem para comparar o relatório único da SUPRAM da época da*
1095 *revalidação da LOC, para você ver como era o desempenho dele e ver como foi o*
1096 *desempenho dele depois que ele teve que passar por esse novo procedimento é outra*
1097 *coisa completamente diferente. Cumprir o efeito pedagógico, cumprir o efeito técnico.*
1098 *Eu acho que não tem nada que dê mais efetividade para a empresa se adequar do que*
1099 *se não teve um desempenho, não revalidar e não passar por uma LOC. A Tecnocal aqui*
1100 *é um exemplo perfeito disso. Pega para comparar o relatório de como era a gestão*
1101 *ambiental do empreendimento antes e como que está hoje quando veio para a LOC.*
1102 *Você vai ver que é uma outra realidade.” – Francisco de Assis Braga – Representante*
1103 *ABES – Questionou se informações prestadas pelo representante da empresa constavam*
1104 *no processo e se faziam parte do RADA. Diante da negativa argumentou: “Pois então. É*
1105 *mais ou menos, só queria fazer a comparação com a questão da Total Agroindústria.*
1106 *Às vezes, as coisas são feitas e não são documentadas ou informadas. Não, a*
1107 *informação também é importante. Prestar atenção nos prazos. Uma das coisas que nós*
1108 *temos solicitado aqui é que toda empresa tem um responsável técnico. Isso não é a toa.*
1109 *Como tem um responsável técnico é obrigação ambiental dele, entre outras, manter a*
1110 *atividade ambientalmente adequada, cumprindo prazos informando e fazendo a coisa*
1111 *como deve ser feita. Às vezes, por uma pequena falha de prazo ou de informação nós*
1112 *podemos deixar chegar numa situação vigente da empresa nesse momento aqui e tem*
1113 *que fazer, de uma certa maneira, os conselheiros não têm como (Ruído) adivinhar ou*
1114 *saber que as coisas foram feitas e como foram feitas. Talvez como o Dr. Mauro falou de*
1115 *certa forma pedagógica, educativo a não concessão da revalidação da licença, que de*
1116 *certa forma na próxima vez com certeza, o empreendedor e outros que aqui se fazem*
1117 *presentes vão ter cuidado quando estiver de posse de sua licença. Sem querer dar aula*
1118 *para ninguém. Não é o nosso objetivo aqui. Eu recebo uma licença, eu preciso observar*
1119 *o que ela contém. O que está previsto, quais são os prazos e o que eu tenho que*
1120 *apresentar, senão depois o conselho não tem condições de votar favorável porque as*
1121 *coisas não aconteceram a contento.” – Maurício Vieira – Consultor da empresa –*
1122 *Concordou com o conselheiro. “Esse procedimento educativo que o senhor está*
1123 *falando, e pedagógico pode ser perfeitamente incluído no segundo procedimento*
1124 *administrativo que teria a licença prévia concomitante com a licença (Ruído) para a*
1125 *ampliação das atividades. Logo depois dessa licença prévia concomitante com a*
1126 *instalação tem a licença de operação. Nessa nova licença isso pode ser perfeitamente*
1127 *adequado.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –*
1128 *Esclareceu ao representante do empreendimento: “Quando nós falamos pedagógico, o*
1129 *professor foi feliz. Não é que nós estamos querendo dar lição em ninguém, mas é um*
1130 *fator de prevenção geral e prevenção especial. Isso na verdade são , inclusive legais.*
1131 *Quando fala em efeito pedagógico é efeito de prevenção geral que faz parte da nossa*
1132 *função aqui. Nós temos que tomar uma postura que sirva para todos os procedimentos*
1133 *tratados isonomicamente e até por uma questão da própria função do órgão ambiental.*
1134 *Não compensa nada nós ficarmos horas discutindo uma condicionante como foi no*
1135 *caso da (Ruído) daqui 6 anos ele ter descumprido e falar, olha nós cumprimos. Eu*
1136 *garanto que nós cumprimos. Está aqui as fotos que nós cumprimos as condicionantes*
1137 *não qualquer comprovação científica. Quando nós falamos prevenção, quando falamos*
1138 *pedagógica é nesse sentido. Não é educar o senhor, mas é cumprir a função desse*
1139 *órgão ambiental. É uma função de prevenção. Sinceramente, o empreendimento tinha*
1140 *só 3 condicionantes e um plano de, um EIA/RIMA para cumprir. Não cumpriu qualquer*
1141 *uma das 3 de maneira eficiente. Não fez documentação técnica de indicadores de*



1142 *desempenho daquele EIA/RIMA. Sinceramente fica muito complicado. Nós não temos*
1143 *como, pelo menos no meu entendimento votar para uma revalidação nesse caso.” –*
1144 *Amilton Serri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após*
1145 *as discussões e esclarecimentos colocou em votação o Item 8.2 Mineração Corcovado*
1146 *de Minas Ltda. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco rochas*
1147 *ornamentais e de revestimento (extração de granito ornamental) - Candeias /MG -*
1148 *PA/Nº 00062/1993/009/2011 - DNPM 832.343/2000 - Classe 3. Apresentação:*
1149 *SUPRAM Sul de Minas, referente ao retorno de vistas e foi **APROVADO** o*
1150 *indeferimento com 13 votos a três. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante*
1151 *Ministério Público – Justificou: “*Eu reitero os motivos constantes no parecer.*” –*
1152 *Amilton Serri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – **Item 6.***
1153 ***Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a***
1154 ***Licença de Instalação - “Ampliação”: 6.1 Mineração Corcovado de Minas Ltda. -***
1155 ***Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco, rochas ornamentais***
1156 ***e de revestimento (extração de granito ornamental) - Candeias /MG - PA/Nº***
1157 ***00062/1993/010/2012 - DNPM 832.343/2000 - Classe 5. Apresentação: Supram Sul***
1158 ***de Minas. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Túlio Pereira de Sá***
1159 ***representante da FIEMG e Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ. –***
1160 *Isabela – SUPRAM ASF - Fez um esclarecimento sobre o parecer do conselheiro*
1161 *representante do Ministério Público. “*O Dr. Mauro tinha colocado talvez a**
1162 **possibilidade de fazer uma LOC do empreendimento todo, no entanto, isso não seria**
1163 **possível porque a LOC vai tratar dos impactos da operação do empreendimento e a**
1164 **licença para ampliação vai tratar dos impactos da implantação do empreendimento.**
1165 **Nós entendemos que o procedimento teria que ser primeiro a atividade principal**
1166 **licenciada, que já existe. Para depois poder ampliar essa atividade. É até uma questão**
1167 **lógica.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Diante das*
1168 *dúvidas dos conselheiros informou que iria acionar a Promotoria Jurídica. “*Como ele é**
1169 **um acessório até na nossa sistemática jurídica (ruído) principal. Nós ficamos até sem**
1170 **ter como votar isso. Eu não sei se a opção é o indeferimento ou se tem alguma**
1171 **prejudicialidade que pode, não sei como funcionaria isso no Estado.” – Camilo de Lélis*
1172 *André Melo – Representante FEDERAMINAS – Sugeriu baixar o processo em*
1173 *diligência para voltar com o parecer jurídico formalizado. – Edélcio Ferreira –*
1174 *Representante FAEMG – Comentou: “*esse processo está totalmente prejudicado. Não**
1175 **pode ser votado. Se você não tem a principal como é que nós vamos votar acessório?**
1176 **Acessório não tem como ser votado. Esse processo tem que ser sobrestado, depois**
1177 **talvez quando o outro processo vier refaz esse parecer (Ruído) encampa em função do**
1178 **novo processo a e a revalidação da licença corretiva dele.” – Roberto Soares Nogueira*
1179 *– Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Também*
1180 *observou: “*Eu vou insistir na proposta que foi feita no relatório do Dr. Mauro,**
1181 **representante do Ministério Público. Nós não temos como votar essa ampliação. Não**
1182 **há possibilidade nenhuma jurídica de votar essa ampliação. Nada impede que a**
1183 **empresa entre com a licença operacional corretiva já prevendo a nova situação, porque**
1184 **o que está lá é o que está lá. A proposta de ampliação aqui não implica em**
1185 **modificações do principal não. É simplesmente melhor utilização dos recursos. Eu acho**
1186 **que nós não temos como votar e se nós tirarmos isso de pauta (Ruído) prejudicando o**
1187 **empreendedor que vai ficar sem condição de operação. Dê a ele o famoso prazo de 10**
1188 **dias para a LOC e pronto. Apresentando a LOC com a ampliação.” - Não identificou –*
1189 *Concordou baixar o processo em diligência: “*Até é a sugestão que eu estava vendo******



1190 aqui. Talvez, como surgiu uma situação nova de ser baixado em diligência, a SUPRAM
1191 fazer um adendo ao parecer dela tendo em vista a situação nova e já vem a nós com o
1192 indeferimento.” – Isabela – SUPRAM ASF – Também concordou com a baixa do
1193 processo: “Eu sugiro que seja retirado hoje o processo que seja baixado em diligência.
1194 A SUPRAM faz uma manifestação no sentido da (Ruído) prejudicado esse processo. Até
1195 porque seria manifestação nossa, caso houvesse antes da decisão do conselho, a forma
1196 como o parecer da SUPRAM Sul de Minas está realmente como a Sônia disse, está
1197 impossível de julgar hoje, porque está pelo deferimento de uma ampliação de um
1198 processo, ampliação de uma licença que não existe mais. Nós podemos retirar. Como
1199 eu entendo que se ficar sobrestado vai ficar eternamente em aberto. O que seria mais
1200 correto mesmo seria finalizado, mas por questões até de auditoria interna não seria
1201 aceito depois. Por essas questões nós teremos que dar um fim no processo. Então,
1202 retornaremos com ele falando simplesmente a questão desse caso ter ficado
1203 prejudicado em razão da não obtenção da licença principal do empreendimento.” –
1204 Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Sugeriu votarem pelo
1205 indeferimento. “Nós votamos o principal pelo indeferimento, nós podemos também
1206 votar esse. Para que voltar semana que vem para continuar com essa discussão que
1207 não vai levar a nada. Então, ponha o processo em votação e que nós votemos pelo
1208 indeferimento nele.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do
1209 Entorno da Represa de Três Marias – Insistiu na posição dele. “Nós estamos fazendo
1210 uma coisa totalmente contra os princípios do conselho. Ele pode retirar, ele tem o
1211 direito de retirar esse pedido de ampliação. A empresa pode fazer isso amanhã. Ele
1212 retirando esse princípio, esse processo de ampliação ele pode perfeitamente dentro
1213 daqueles 10 dias de prazo que é um padrão aqui entrar FCEI novo de licença de
1214 operação corretiva e acaba o problema jurídico. Pronto. Eu não sei o porque. Se nós
1215 retirarmos de pauta, se for para diligência o empreendedor vai ser punido sem ter
1216 culpa no cartório. Ele vai ser punido. Não estou dizendo que é por ele não ter
1217 apresentado monitoramento, não é por isso não, porque nós já votamos e já foi
1218 indeferida a revalidação. Ele seria (Ruído) para operar nesse período todo. Isso mata a
1219 empresa. Eu acho que o correto seria a retirada desse pedido de ampliação e
1220 imediatamente preparar um processo de licença de operação corretiva. Para a empresa
1221 inclusive, para nós aqui e para a SUPRAM.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –
1222 Representante Ministério Público – Sugeriu uma solução: “Eu acho que as pessoas
1223 queriam uma definição por escrita de como agir diante dessa situação de
1224 indeferimento, acessório e principal. Eu acho que seria interessante esse procedimento
1225 sobrestado hoje, a SUPRAM apresentar um adendo já com a posição referente ao fato
1226 dele ter perdido a LOC e nós conversamos sobre isso na próxima reunião. Bem
1227 formalizado. Tem o adendo. Já vai (Ruído) perder o principal. Já vai explicar que isso
1228 aqui é um acessório. Já vai manifestar diante dessa nova situação. Eu acho que seria
1229 interessante esse pedido de baixa para a SUPRAM fazer um adendo diante dessa
1230 situação. Não é um adendo de vamos começar de novo e tal. É um adendo diante dessa
1231 situação que o acessório seria o principal.” - Amilton Serri Vasconcelos - Presidente
1232 Suplente da URC Alto São Francisco – Diante de várias dúvidas e na falta de uma
1233 definição e consenso entre os conselheiros, o presidente decidiu **BAIXAR O**
1234 **PROCESSO EM DILIGÊNCIA.** - **Item 7. Processo Administrativo para exame da**
1235 **Licença de Operação Corretiva: 7.1 Nelson de Melo Franco / Parque Residencial**
1236 **Dona Flor 2ª Etapa - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou**
1237 **predominantemente residenciais - Pará de Minas/MG - PANº**



1238 **02151/2008/001/2010 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**
1239 **VISTAS pelos conselheiros Francisco de Assis Braga representante da ABES e**
1240 **Camilo de Lelis André Melo representante da FEDERAMINAS. – Francisco de**
1241 **Assis Braga – Representante ABES – Argumentou: “Eu solicitei vistas a esse processo**
1242 **por duas razões. Eu tinha muitas dúvidas ao ler o parecer único e elas só seriam**
1243 **sanadas se eu fosse ao local e conhecesse a sua realidade. Dentro da questão que me**
1244 **motivou são 2 pontos. Primeiro. Tratar-se de Mata Atlântica que é um ecossistema**
1245 **ameaçado de extinção e protegido por uma legislação especial e específica. O segundo**
1246 **ponto é a regularização ambiental de loteamentos. Nós já trabalhamos um pouco com**
1247 **isso em Itaúna. Dr. Roberto sabe disso. Tem tudo lá. Lagoa (Ruído) é um processo de**
1248 **certa forma complexo fazer a regularização ambiental de loteamento. Esse loteamento**
1249 **foi solicitada regularização ambiental dele a partir de um inquérito civil que foi**
1250 **pautado pelo promotor de justiça de Pará de Minas. A partir de um problema que**
1251 **houve lá de desmatamento para o loteamento. Identificaram que esse desmatamento**
1252 **não poderia ocorrer. O promotor de justiça de Pará de Minas solicitou que o**
1253 **empreendimento fosse encaminhado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, FEAM**
1254 **para que fosse feito a sua regularização ambiental. Assim foi feito. Assim está sendo**
1255 **feito desde 2006. Pois bem. Nós fizemos uma visita lá. A visita foi acompanhada. Eu, o**
1256 **Camilo, o empreendedor, o consultor técnico, o representante da SUPRAM. Quais**
1257 **foram as questões que eu levantei? (Ruído) Tem a projeção. Não sei se vocês estão**
1258 **vendo. Eu vou direto as conclusões porque eu acredito que todos tenham lido e eu**
1259 **tenho lá nesse parecer é uma argumentação. Vou direto a conclusão que está na página**
1260 **8. Na minha opinião é imprescindível que a infraestrutura prevista no loteamento**
1261 **esteja totalmente concluída e devidamente vistoriada e aprovada pela equipe técnica,**
1262 **antes da inclusão do empreendimento na pauta de exame de pedido da licença de**
1263 **operação, haja vista que o empreendimento não será objeto de revalidação da**
1264 **licença de operação. Uma vez batido um martelo aqui somente uma fiscalização**
1265 **poderá, eventualmente, ocorrer, mas não haverá renovação de licença de operação**
1266 **tendo em vista a característica do empreendimento (Ruído) ou nós aprovamos agora ou**
1267 **cale-se para sempre em princípio. Pensando nisso, algumas coisas que estão previstas**
1268 **nas condicionantes eu coloco que elas precisam ser cumpridas antes que nós possamos**
1269 **votar esse processo aqui. Essas condicionantes seriam as de número 3, 4, 6 e 7 que**
1270 **fazem parte da infraestrutura. Dentre elas chamar a atenção da questão da drenagem**
1271 **pluvial. Está previsto que tem que ter uma drenagem pluvial. Ela não foi instalada. O**
1272 **projeto não foi aprovado pelos técnicos da SUPRAM. Nós não podemos aceitar o**
1273 **loteamento sem que a sua infraestrutura esteja implantada e prevista na Lei 6.766.**
1274 **Uma das infraestruturas essenciais é a drenagem. Até a título de ilustração eu coloquei**
1275 **uma imagem de satélite de um (Ruído) em anexo no meu parecer para ver as possíveis**
1276 **consequências de um loteamento implantado sem drenagem pluvial adequada e sem**
1277 **pavimentação de ruas. Só para mostrar onde podemos chegar. Esse é o primeiro ponto.**
1278 **Primeiro item. Minha proposta. Precisamos cumprir as condicionantes 3,4, 5 e 6 para**
1279 **que esse projeto seja pautado aqui. Segundo ponto. Pela análise da legislação federal**
1280 **que trata da aprovação de loteamentos no seu Art. 3º, Inciso 3º diz o seguinte: Terrenos**
1281 **com declividade igual ou superior a 30% não são parceláveis. No processo aqui de**
1282 **regularização ambiental do empreendimento foi considerado somente a restrição de 45º**
1283 **ou 100% que são as APP`s de (Ruído) e também as APP`s de topo de morro, mas essa**
1284 **parte dos 30%, ou seja terrenos mais íngremes são considerados pela legislação como**
1285 **áreas que não são adequadas ao parcelamento. Quem conhece Pará de Minas sabe**



1286 que tem uma topografia, uma área mais acidentada próxima a serra que é este caso
1287 aqui e uma área cerrado, uma área mais plana. Na parte de Florestal ali você tem uma
1288 parte mais plana que essa parte é a parte que tem vocação para parcelamento de solo.
1289 Em outras áreas mais íngremes talvez não tenha uma vocação natural para o
1290 parcelamento do solo. Na nossa análise ficou faltando contemplar a exclusão para que
1291 o loteamento seja aprovado adequadamente, a exclusão da área com declividade acima
1292 de 30%. Esses lotes, a parte loteável (Ruído) avaliada, excluindo-se também as glebas
1293 com declividade maior ou igual a 30%. Finalmente, caso o loteamento seja aprovado,
1294 venha a ser aprovado. Tendo em vista as condições topográficas do local, na minha
1295 opinião, para que nós realmente aprovemos com responsabilidade nós temos que
1296 solicitar que seja feita a pavimentação das ruas. Tendo em vista que nós temos ruas lá
1297 com declividades extremamente elevadas. O Camilo foi lá. Os técnicos aqui não me
1298 deixam negar. Para nós aprovarmos com responsabilidade é preciso que as ruas sejam
1299 pavimentadas e que tenham pelo menos um meio fio complementando a drenagem
1300 pluvial. Esses são os 3 pontos. Que eu chamo a atenção. Separar as áreas com
1301 declividades igual ou superior a 30%. Instalar a infraestrutura necessária. Drenagem
1302 pluvial mais outro ponto que estão (Ruído) e incluir a pavimentação das ruas e a
1303 instalação de meio fio.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias
1304 do Entorno da Represa de Três Marias – Afirmou ter duas dúvidas sobre o relatório.
1305 “No seu relatório, muito bem feito por sinal insiste que pelo fato de não ter validação o
1306 processo se nós não aprovarmos isso aqui hoje não serão cumpridas as condicionantes.
1307 Eu acho que todas as condicionantes tem prazo de cumprimento. Estão sujeitas a
1308 fiscalização independente de ter revalidação ou não a fiscalização pode ocorrer e elas
1309 serão cumpridas. Se elas estão previstas no relatório, elas vão ser cumpridas ou o
1310 então o empreendedor vai ficar sujeito a fiscalização e autuação. Essa é a primeira
1311 dúvida minha. (Ruído) seguinte. Quando você cita a Lei 6.766 naquele parágrafo único
1312 do artigo 3º inciso 3, tem um complemento que você não faz questão dizê-lo. Eu acho
1313 que o empreendedor pode se descuidar. Em terreno com declividade igual ou inferior a
1314 30% salvo se atendida as exigências específicas pelas autoridades competentes. Quer
1315 dizer, se atendidas as exigências específicas e as autoridades podem fazer isso esse
1316 aspecto aqui fica em segundo plano pelo fato de ser 30%.” – Mauro da Fonseca
1317 Ellovitch – Representante Ministério Público – Concordou com o conselheiro
1318 Francisco. “O professor Francisco tem razão pelo fato de que só incide a ressalva se
1319 existirem exigências das autoridades competentes mesmo para mitigar isso. Não é uma
1320 carta branca. Ninguém falou nada e você pode. Pelo contrário. Você pode desde que
1321 você implante medidas para conter. Você tem (Ruído) no sentido de que não precisa ser
1322 Lei ou Decreto, pode ser pelo órgão ambiental competente ou até pela autoridade
1323 municipal. Eu vou te dar o habite-se se você tiver tal, mas é o meio termo dos dois. Tem
1324 que ter a necessidade de alguma exigência para mitigar essa declividade. O que eu
1325 queria primeiro de tudo era ouvir a equipe técnica se foram exigidas, porque pelo que o
1326 professor. Eu não peguei vista no procedimento. Eu queria saber da equipe técnica
1327 quais foram as medidas que foram pedidas para minimizar esse impacto da declividade
1328 superior a 30%? Até para nós vermos talvez a elaboração de alguma condicionante.” –
1329 Silvestre – SUPRAM ASF – Respondeu ao conselheiro: “Essa questão dos loteamentos
1330 nós ficamos um pouco meio amarrados com ele, porque existe um embargo judicial.
1331 Nós não sabíamos até que ponto nós poderíamos exigir sem ferir a Lei. Primeira coisa
1332 que nós percebemos foi que quando ele entrou no órgão ambiental a questão que estava
1333 tendo o lote de declividade acima de 45°, ele foi readequado para atender a legislação.



1334 *Para os 45° a área foi toda readequada. Foi criado um corredor ecológico. Nós temos*
1335 *um Decreto de criação mesmo do município que essa questão de 30° nós não... Eu acho*
1336 *que quem tem responder esses autos seria o empreendedor do que nós. Porque nós*
1337 *ficamos nessa questão do embargo. Nós estamos (Ruído) por causa do embargo. Só*
1338 *essa questão da drenagem pluvial. Foi exigida a adequação do projeto pelo Daniel e o*
1339 *Patrick quando foram lá. A implantação o empreendedor não estava implantando,*
1340 *porque ele não podia mexer em nada. Tanto é que a área. Nós fomos lá. Está tendo*
1341 *depósito de lixo muito depósito, pelo fato do empreendedor não poder mexer. Com*
1342 *relação ao Decreto, eu acho que quem poderia responder melhor seria o*
1343 *empreendedor.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –*
1344 *Solicitou informações sobre algumas medidas adotadas para minimizar o impacto da*
1345 *declividade. “Tem alguma condicionante técnica, alguma questão técnica que foi*
1346 *implantada no empreendimento para minimizar esse impacto? Você me passa o que*
1347 *you constatou e depois nós ouvimos o empreendedor para ele complementar.” –*
1348 *Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Onde está a parte com maior declividade foi*
1349 *incidida a compensação ambiental. A área que ficou liberada para construção são as*
1350 *áreas mais planas. As áreas em que começa a subida da declividade foi incidida a*
1351 *compensação ambiental nos lotes que já estão vendidos. Com relação aos lotes que já*
1352 *foram vendidos nós já observamos que já tem uma, na área que nós não pudemos*
1353 *entrar porque já foram vendidos. Já tem proprietários que estão construindo. Grama.*
1354 *Já tem toda uma (Ruído) de grama, de proteção. Agora, com relação a implantação de*
1355 *sistema de drenagem pluvial depois que for aprovado o loteamento sim. Vai mitigar os*
1356 *impactos.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS –*
1357 *Manifestou sobre o processo: “O processo foi solicitado vista em conjunto. O professor*
1358 *Francisco falou que ia me convidar para ir na vistoria junto com ele. Razão dele não*
1359 *ter me passado o processo. Eu fiquei aguardando o convite do professor Francisco. Ele*
1360 *não me convidou, mas as meninas da SUPRAM avisaram que ia (Ruído) eu fui a*
1361 *vistoria em atendimento e atenção a elas. Até porque fui de carona e o senhor pode*
1362 *andar sem medo nenhum com elas. Agora, o que eu vou relatar para vocês é o seguinte.*
1363 *No dia da vistoria, eu estava junto com o professor Francisco e ele, professor, nós*
1364 *estamos fazendo a vistoria em conjunto, nossos pontos de vistas parecem os mesmos, o*
1365 *senhor faz a vistoria em conjunto igual nós fizemos com o Roberto aqui. Ele falou o*
1366 *seguinte. Não, eu estou fazendo a vistoria, você me dá seu email e eu te mando a cópia*
1367 *da vistoria. Ele não me mandou essa cópia da vistoria e nem me avisou que estava*
1368 *fazendo a vistoria sozinho. Fazendo o relatório. Eu esperei até segunda-feira. Não*
1369 *achei no site. Não tinha ainda entrado. Eu perguntei outro conselheiro, o Dr. Roberto*
1370 *até comentou que não tinha entrado. A razão de eu não apresentar (Ruído) agora.*
1371 *Checamos o empreendimento. O que eu pude notar foi o seguinte. Essa questão dessas*
1372 *águas. Toda a estrada tem vigote. Aquela saída lateral e o espaço pequeno. Ela está*
1373 *sendo mitigada. Até porque essa enxurrada num pequeno espaço de terra que está*
1374 *passando está sendo jogada aonde já tem vegetação. Não vai ter problema de*
1375 *saneamento. A parte do loteamento que já está construída os proprietários estão*
1376 *fazendo o revestimento de parte da rua com o campo. Está ficando até bonito, mas não*
1377 *vai ter erosão. Agora, o Marcos questionou mais cedo do corredor ecológico. Lá dentro*
1378 *desse loteamento todas as áreas dele estão interligadas. Naquele loteamento as áreas*
1379 *verdes eu acho que está correto. Outro detalhe. Eu pude notar nos mapas. Acredito que*
1380 *o mapa que foi apresentado pelo consultor (Ruído) esteja dentro do processo. Eu tive a*
1381 *oportunidade de ver o processo. O loteamento diminuiu mais da metade do loteamento.*



1382 *Ele passou para a área verde. Achei lá muito bem adequado. O empreendedor agora*
1383 *está realmente preocupado com o Meio Ambiente. A consultoria me parece que foi*
1384 *dinâmica. Apesar de ela ter entrado com a carruagem andando no meio do caminho.*
1385 *Parece-me também o seguinte. Esse loteamento não precisaria dessa licença nossa,*
1386 *mas em atenção ao Termo de Ajustamento de Conduta que foi assinado com o*
1387 *Ministério Público é que eles estão fazendo esse licenciamento. Eu acredito que lá*
1388 *esteja sendo acompanhado pela comarca de lá. O promotor de lá é competente. Eu não*
1389 *faço diferença entre promotor não. Eu acho que o órgão, o Ministério Público está*
1390 *atuando lá. Parabéns ao Ministério Público. Agora, falar (Ruído) aqui o seguinte.*
1391 *Independente do processo estar judicial ou não, não impede de fazer as exigências que*
1392 *ele achar necessário para preservar o Meio Ambiente, porque eu acredito que não vai*
1393 *ter nenhum juiz que vai dar uma sentença contrária ao Meio Ambiente. Na minha*
1394 *opinião, acho que os conselheiros podem votar tranquilamente com o parecer dos*
1395 *técnicos da SUPRAM. Está tudo certo. Está tudo legal. Esse é o mesmo sentimento. Até*
1396 *porque agora o outro inverso. Quando o professor Francisco fala em gerar, primeiro*
1397 *cumprir as condicionantes e depois fazer o licenciamento. Eu particularmente acho que*
1398 *teria que ser feito em todo processo. Tem a condicionante. Está 100%? traz para votar.*
1399 *Condicionante tem mais importância, mas infelizmente a sistemática que faz as*
1400 *condicionantes. Eu não acredito que o empreendedor ao cumprir o Termo de*
1401 *Ajustamento de Conduta com o Ministério Público vai ousar ou deixar de cumprir*
1402 *alguma (Ruído) eu acho que na minha opinião pode ser votado sim. É brilhante a*
1403 *conclusão do nosso técnico. Agora, gostaria de pedir também o seguinte. Quando*
1404 *viesse o parecer de algum conselheiro citando Lei o jurídico já viesse com a contra*
1405 *apresentação se é passível ou não, porque eu entendo, a minha opinião é junto com a*
1406 *do Edécio e quanto a opinião dos senhores que pode ser até porque esse loteamento já*
1407 *foi aprovado há vários anos. Isso é o resumo do meu parecer.” – Mauro da Fonseca*
1408 *Ellovitch – Representante Ministério Público – Esclareceu: “Realmente quanto a*
1409 *questão do fato de não ter a revalidação não significa que não pode ter essa licença*
1410 *cassada. Eu até entendo a preocupação do professor Francisco. Essa é a lógica da*
1411 *LOC certo ou errado ali. A apresentação de condicionantes e se ele não cumprir tem a*
1412 *licença cassada e as outras consequências. (Ruído) a única coisa que eu fiquei ofendido*
1413 *foi esse negócio de SUPRAM fazer tutela de parecer que tenha manifestação jurídica. É*
1414 *a mesma coisa que eu pedir para o técnico meu para avaliar a análise da SUPRAM*
1415 *toda vez que tiver uma análise técnica. Eu vou ter o meu posicionamento jurídico. O*
1416 *professor Francisco colocou o dele. Se algum conselheiro estiver contra, eles vêm aqui*
1417 *e apresentam. Eu considere meio ofensivo esse negócio do pessoal ficar fazendo*
1418 *análise do meu trabalho jurídico. Isso é uma coisa que eu não concordo, porque se eu*
1419 *tiver alguma coisa que eu não concorde da parte técnica pela SUPRAM eu peço a*
1420 *minha análise e apresento aqui, mas não vou ficar refém de toda a parte técnica deles,*
1421 *como não gostaria que eu tivesse tutela de toda a manifestação jurídica minha. Até*
1422 *porque não tem prevalência. Nós vamos discutir aqui no conselho. Agora, em relação a*
1423 *essa questão eu queria ver. Realmente, assim eu não vejo (Ruído) de todos casos a 30º*
1424 *se não estiver, desde que tenha alguma medida para conter o impacto. Minha dúvida é*
1425 *essa. Quero saber quais são as medidas para a conter esse impacto dela e se numa*
1426 *análise técnica são consideradas suficientes pelas autoridades ambientais que seriam*
1427 *no caso aqui esse conselho. Minha principal dúvida é essa e no resto nesse sentido o do*
1428 *meu posicionamento.” – Regina Greco – Representante da empresa – Apresentou*
1429 *argumentação: “Eu assumi o processo de licenciamento em julho de 2010. Muitas*



1430 coisas que estão no parecer do professor Francisco são naquelas páginas são
1431 anteriores. Início do processo teve como aprovação do loteamento pela Prefeitura de
1432 Pará de Minas onde as ressalvas referentes a esse 30% existem dentro da aprovação e
1433 da análise técnica dos técnicos de Pará de Minas. Onde tem o Decreto 2721/97 onde
1434 também o registro dos imóveis já está dentro do cartório desde 17 de setembro de 1997.
1435 Quando aconteceu em 27 de setembro de 2006 aconteceu o pedido do promotor público
1436 o processo deu entrada. Nessa parte inicial ele realmente não fala nem da flora. O que
1437 eu quero mostrar aqui é de que as dívidas assumidas de infraestrutura consta dentro
1438 do plano de (Ruído) dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo e de Parcelamento do
1439 Solo do município de Pará de Minas, ele já faz as suas restrições. Ele já tem a sua
1440 medida. No entanto ele pede lá para poder ter o calçamento da área. Em 2006 até
1441 agora não pode ser implantado o sistema de água pluvial. Não pode ser feito esse
1442 processo porque paralisou tudo, o promotor e pediu que paralisasse tudo. Todo ano são
1443 feitos os bigodes nas ruas abertas das chácaras. As áreas são 6 mil metros, 5 mil
1444 metros. Estão todas abertas as ruas. Nesse período temos os bigodes e o loteamento
1445 está muito bem conservado em parte arbórea. Houve um ganho muito grande disso.
1446 Estou dizendo agora porque um loteamento que começou como classe 3 com 93.36
1447 hectares onde dessa área, 40.2 hectares foram reajustados com reserva legal, com APP
1448 nascente, APP mata ciliar, com APP 45° e ainda teve nas áreas onde está o mapa de
1449 declividade onde pode ser visto esses detalhes. Mesmo antes dos técnicos da SUPRAM
1450 solicitarem o mapa de declividade, nós da equipe técnica trabalhamos em 20 de
1451 setembro de 2010, nós fizemos o primeiro estudo com a declividade. Com essa
1452 declividade na hora que formatou de novo o processo, porque o projeto já aprovado, já
1453 registrado no cartório com Lei Municipal e Decreto todo acertado, nós dizemos que as
1454 ressalvas que tem que ser feitas de 30% elas estão lá descritas dentro do Plano Diretor,
1455 dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo e dentro da Lei de Parcelamento do Solo do
1456 Município que é autoridade competente. A autoridade competente nesse caso é o
1457 município. O município tem Secretaria de Planejamento, Secretaria de Meio Ambiente
1458 e vem acompanhando lá todo dia. De vez em quando o secretário de planejamento
1459 chama o pessoal da empresa para isso. Nisso daí, nós utilizamos dentro de cada área
1460 de chacara, nessa parte onde ela ficava em transição e as áreas mais íngremes. A área
1461 de compensação ambiental que pegou essa área de 30% e ainda tenho a dizer ao Dr.
1462 Mauro que ele gostaria muito de saber essas medidas para conter os impactos. A
1463 primeira medida para conter o impacto foi ter a continuidade na hora que foi colocada
1464 as áreas de compensação ambiental, nós tivemos a responsabilidade dos técnicos em
1465 colocar a área de (Ruído) junto com a área de APP. A área de compensação também
1466 segurando. Você não vê erosão. Você não vê erosão nas áreas laterais do loteamento
1467 igual o professor pôs uma foto. Não vê erosão dentro das áreas internas das chácaras.
1468 Esse cuidado está lá de 2006, de setembro de 2006 até agora em agosto de 2012. Ou
1469 seja, tem 6 anos que está tudo parado. Essa área que traz as medidas de contenção dos
1470 impactos foi realmente contemplada. O projeto não (Ruído) o projeto de águas pluviais
1471 está aprovado sim pela SUPRAM. Ele está aprovado. Tem diversos ofícios da
1472 consultoria dentro do processo. O técnico, o Daniel Arruda fala que o processo está
1473 incompleto, mas na verdade o processo não está incompleto. O técnico não disse o
1474 porque de estar incompleto. Não pôs isso. O professor Francisco não deve ter
1475 encontrado isso como nenhum de nós técnicos encontramos isso dentro do processo. O
1476 processo está completo. O Daniel Arruda, desculpe-me pela ausência, mas ele não
1477 colocou o que ele gostaria de saber dentro do processo incompleto. A área dela de



1478 *pluvial e drenagem, ela sim está sendo mitigada com as ações que nós tomamos e que*
1479 *está lá no local. Isso o próprio Camilo que esteve lá e os técnicos da SUPRAM podem*
1480 *(ruído) nenhuma área de chácaras está com processo erosivo. Não existe isso lá dentro.*
1481 *Não tem. As medidas que nós estamos tomando e desse intervalo que ele ficou parado*
1482 *se tivesse algum processo erosivo já tinha acontecido e já estava manifestado. Um*
1483 *loteamento de 1997, nós estamos em 2012 já manifestou de erosão o tanto que pudesse*
1484 *ter acontecido com essas chuvas torrenciais nossas. Obrigada e estou à disposição*
1485 *para mais algum esclarecimento. Inclusive o mapa de declividade está aqui. Se algum*
1486 *conselheiro quiser verificar melhor essa questão.” - Amilton Serri Vasconcelos -*
1487 *Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Informou que estava inscrito para*
1488 *fazer uso da palavra Pablo Lucas Greco. – Não identificou – “Boa tarde! Na hora que o*
1489 *professor Francisco só vou questionar na parte técnica do projeto de drenagem meu.*
1490 *Na hora que questiona o mesmo artigo 3, citada na 6.766 ele fala: Não será permitido*
1491 *o vazão de análise de solo. Quando o questionamento é de 30 para 40 é muito simples.*
1492 *Só é parcelável onde é parcelado. O resto não pode entrar no mérito da análise da*
1493 *Prefeitura. O detalhe que é importante e não está no mérito. A 6.766 é uma Lei falha*
1494 *cheia de lei antiga. Na cidade de Pará de Minas tem uma Lei melhor que define, mais*
1495 *refletida, mais arrumada. Para você ter uma ideia o loteamento daquela cidade só pode*
1496 *ser feito, ter o lote vendido, claro que com LOC aprovada. A Prefeitura (Ruído) se*
1497 *todos os projetos foram aprovados. Isso tem que ir lá para isso. Não é que é outro*
1498 *mundo não, mas é lá que vai ter a situação. O projeto, como o loteamento está*
1499 *aprovado sendo redundante o inciso 3º do artigo 13 da Lei 6.766 nós trazemos para*
1500 *discutir. Outra coisa que questiona no parecer do professor Francisco é que a*
1501 *SUPRAM questiona o projeto. Projeto de drenagem pluvial deve ser detalhado de*
1502 *coleta, tal, tal, tal. É a prancha 2, 3, 4 e 5 projetos apresentado. Todo o projeto de*
1503 *drenagem pluvial está criteriosamente em feito conforme a norma. Foi feito conforme a*
1504 *norma e tem prova para isso. Na hora que (Ruído) loteamento tem um detalhe*
1505 *importante que o loteamento começou, faz a drenagem, faz a água nos casos que tem*
1506 *esgoto, faz o esgoto, faz a pavimentação junto com o meio fio e o loteamento está feito.*
1507 *Essa é a sequência executiva de um loteamento. Não é o caso desse município que*
1508 *estamos, mas é a sequência executiva de um loteamento. O que vai acontecer? Ele vai*
1509 *executar a drenagem pluvial. Vai fazer a água e os outros complementos. Luz, etc. Vai*
1510 *fazer o calçamento e vai finalizar tudo. Esse período curto, por 6 meses ou mais.*
1511 *Depende do tempo. Estamos em agosto. Esse que é o processo. Na legislação, nessa*
1512 *mesma 6.766 ele tem 24 meses após aprovação, mais 24 para execução. (Ruído) na*
1513 *legislação do Pará não tem isso. Tem que pegar ela e na verdade tem muito pouco para*
1514 *nós copiarmos. Outro detalhe importante é que como tem plano diretor na cidade e eles*
1515 *vão fiscalizar essa situação porque eles estão preocupados e isso é verdade. Vamos*
1516 *falar a verdade. Eles estão preocupados. Eles querem que tenham resolvido. O Delano*
1517 *que é o promotor de lá, está em cima também. É muito bom mesmo. Os itens. O*
1518 *Professor Francisco fez três itens da sua conclusão. A primeira tem a ver com a*
1519 *execução. Ela faz parte do jogo que a Prefeitura vai cobrar. O item 2 da conclusão dele*
1520 *já foi esclarecido. O item 3 é redundante ao primeiro. É complementar ao primeiro. A*
1521 *intenção. Se vocês pensarem em ganho ambiental. O loteamento. Em Divinópolis*
1522 *estamos tendo mais de 50%, quase 50% do loteamento. Claro que na APP, na*
1523 *compensação. A área legal lá eu fui lá. Vai ficar legal por causa da legislação do*
1524 *município. Se fosse em Divinópolis eu ficaria preocupado.” – Edécio Ferreira –*
1525 *Representante FAEMG – Solicitou constar na ata: “Só fazer um recorte aqui. O Dr.*



1526 Mauro na última fala se referiu ao Edécio. Ele queria dizer Camilo.” – Francisco de
1527 Assis Braga – Representante ABES – Complementou: “Primeiro. Com relação a
1528 vistoria o que aconteceu para se entender. Eu sai daqui na última reunião. Combinei
1529 com o Silvestre e com a Estela que eles me passariam um email com a data ou com
1530 possíveis datas para irmos lá. Isso não aconteceu. O tempo foi passando. Eu estava
1531 com o processo da Total olhando, então eu deixei. Depois eu tomei a iniciativa. Agora,
1532 estamos chegando próximo não dá mais. Encaminhei um email para o Silvestre. A
1533 Estela não estava em Divinópolis. Eu sugeri a data de 14 que foi terça-feira. A Estela
1534 me respondeu, eu falei com ela. Encaminhe para o Camilo avisando que iremos lá.
1535 Verdade ou não? (Ruído) Pois bem. Foi feito. O Camilo recebeu os avisos, porque eu
1536 pedi que fosse avisado. Depois eu digo o seguinte. Fernanda está ali. Eu encaminhei
1537 sexta-feira o meu parecer de vistas para a Fernanda. Telefonei. Confirmei se ela
1538 recebeu. Eu tenho o email aqui no meu computador que foi encaminhado com cópia
1539 para o Camilo na sexta-feira ou quinta. Está aqui. O mesmo email que eu mandei para
1540 ela. Se abrir e verificar o dela tem com cópia. Faz o favor. Verifique se foi
1541 encaminhado com cópia ou se não foi. Eu encaminhei com cópia e foi até antes de sair
1542 lá. Antes de ser posto foi colocado. Feitos esses dois esclarecimentos, podemos ir para
1543 o restante. Vejam bem. Como eu disse, revalidar ambientalmente readequando
1544 ambientalmente licenciamento é completo. Conforme a Regina falou bem (Ruído) de 97
1545 a 98 e lá dentro eu chamei a atenção para uma série de coisas que foram declaradas e
1546 não foram feitas. Existem vários pontos lá dizendo. Sistema de drenagem pluvial foi
1547 implantado. Na verdade não foi até hoje, mas tem declaração lá de PCA, RCA que foi,
1548 que atenderam todas as exigências da Lei 6.766 e não foram. Não foram. Até porque o
1549 seguinte. Se tivesse sido atendidas na época de aprovação do loteamento, por isso que
1550 aprovado não quer dizer que está legal, essa é a minha opinião, pode ser questionado.
1551 Está aprovado, mas não quer dizer que atendeu a legislação. Recebeu um carimbo e
1552 uma assinatura não significa que atendeu as exigências legais. Tanto é que quando foi
1553 avaliado e está escrito aqui pelos técnicos da SUPRAM esse (Ruído) ofício 649/2011, 2
1554 de março de 2011. A partir da visita que foi feita em 15/02, pelo Patrick engenheiro
1555 florestal e pelo Daniel, civil, que são os dois técnicos que inicialmente acompanhavam
1556 esse processo e hoje não estão mais na SUPRAM. Daí eu acho que houve uma
1557 descontinuidade do que estava sendo pedido, exigido e cobrado. Eles pediram assim.
1558 Item 2. Apresentar mapa planialtimétrico escalado 2000 caracterizando e
1559 estratificando o relevo local por classes de topobatimétrico de 0 a 15, 15 a 30, 30 a 45
1560 e acima de 45 graus. Porque eles pediram esses? Para ver áreas passíveis de
1561 parcelamento ou não. Só que eles não deram sequência no processo. Eles saíram, mas
1562 foi pedido esse mapa para fazer o que? Montar lá no processo e deixar lá? Você
1563 completa. Destaca-se em (Ruído) áreas com declividade muito acidentada que não
1564 forem identificadas como APP na planta. A Prefeitura aprovou sem considerar as
1565 APP`s. Está aprovado? Está, mas ilegal e irregular. Não sei. Pois bem, mas está
1566 aprovado. Como é que consertou depois? De quando é Lei do código florestal? Lei
1567 4771/1965. Depois. Continuando. O item 8 em relação ao projeto de drenagem. Por
1568 isso que eu disse que ele não estava aprovado e não está pela SUPRAM. Na minha
1569 opinião. Destaca-se que o item 2 do ofício da SUPRAM 164/2010 que trata do controle
1570 de águas superficiais foi considerado insatisfatório pela equipe (Ruído) diante disso,
1571 reapresentar o item citado. Eu tenho isso aqui na mão. Não tenho mais nada. Eu não
1572 faço análise de processo. Não sou consultor técnico. Estou baseando no que está dentro
1573 do processo. Os dois itens estão aí para avaliar. Diante disso, eu coloquei aquelas



1574 *questões do precisar aprovar projeto de drenagem que, a meu ver, não está aprovado.*
1575 *Eu sugeri que fosse aprovado por um engenheiro civil. Apresenta o projeto. Pega o*
1576 *engenheiro civil para avaliar. Está aprovado? Está. Vamos implantar. Nós vamos*
1577 *aceitar implantar depois? Isso fica a critério de vocês. Eu sugeri antes. Quer aprovar*
1578 *depois? Quer dar prazo? Que façamos, mas é preciso implantar a drenagem pluvial.*
1579 *Acrescentei que além da drenagem em função da declividade e para ter segurança das*
1580 *pessoas, nós temos que ter o terreno calçado. Aí cabe (Ruído) na Total eu acho que nós*
1581 *não precisamos visitar não, mas vocês querem ir lá visitar esse empreendimento?*
1582 *Suspendam ele e vamos lá. Se todos aqui não chegarem e não falarem assim. Concordo.*
1583 *Se não fizer calçamento não tem jeito de urbanizar isso daqui. Não tem jeito de passar*
1584 *aqui em época da chuva. É questão de risco e segurança. Agora, se não quiserem a*
1585 *prova é quem acredita no que estou dizendo. Com relação aos 30%, volto a dizer.*
1586 *Parece que os técnicos estão sinalizando. Precisamos avaliar melhor quais são os*
1587 *terrenos parcelados. O processo parou no meio. Os técnicos saíram, foi mudada a*
1588 *equipe técnica e no meio das exigências. Volto a dizer. Ressalvo. Precisamos, na minha*
1589 *opinião, condicionar o que seja implantado meio fio e calçamento. Aprovação, depois*
1590 *implantação do projeto de drenagem pluvial. Aprovar o projeto, implantar e receber*
1591 *esse projeto. Receber (Ruído) não foi feito nada ainda. O projeto não está aprovado.*
1592 *Na minha opinião, esse parcelamento ainda tem áreas muito inclinadas que põem em*
1593 *risco. Não aconteceu o risco agora, porque? Não mexeu na área. Ninguém desmatou.*
1594 *Ninguém faz nada, está lá no meio do mato. Mas na hora que você começa a intervir,*
1595 *que começa a querer intervir, começa a alterar o terreno de filtração de água, parte de*
1596 *esgoto, os problemas poderão se manifestar.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –*
1597 *Representante Ministério Público – Concordou com o conselheiro Francisco: “Até*
1598 *concordo plenamente com a questão do professor Francisco de prestar declaração*
1599 *falsa em procedimento é extremamente grave. Tem o parecer único da SUPRAM. Tem o*
1600 *resultado da vistoria. É claro que sistema não está completamente implantado e*
1601 *declarado como implantado. É um fato muito grave. Agora, diante dessas propostas do*
1602 *professor eu concordo. Eu acho que, eu vi com certa reserva o negócio (Ruído) acho*
1603 *até como prevenção seria interessante, mas não vejo instrumento legal para nós*
1604 *exigirmos isso. Eu concordo com a manutenção dessas condicionantes de apresentar o*
1605 *projeto e de aprovar perfeitamente. Eu concordo com a ideia de apresentar o projeto de*
1606 *calçamento também e pavimentação e executá-los conforme aprovados. Eu gostaria de*
1607 *sugerir em relação a esse termo. Eu concordo com a sua preocupação. Não exclusão*
1608 *porque não teria nem como fazer. Nem teria instrumento para poder aprovar. Eles*
1609 *apresentarem num prazo, até queria ouvir o corpo técnico qual o prazo que todos*
1610 *consideram razoável, um projeto para mitigação com os efeitos de declividade dos*
1611 *locais superiores a 30% e executá-lo conforme aprovado pela SUPRAM. Aí sim seria*
1612 *executar e ser excluído, mas eu acho que (Ruído) e a autoridade competente no caso é a*
1613 *SUPRAM ver como razoável essas medidas de mitigação, perfeito.” – Estela –*
1614 *SUPRAM ASF – Informou que o melhor prazo seria de 60 dias para apresentação das*
1615 *medidas nas áreas com declividade superior a 30 graus. – Marcos Veloso –*
1616 *Representante CREA – Esclareceu: “Essa questão do loteamento, hoje existe uma*
1617 *legislação federal que não permite mais as prefeituras aprovarem loteamentos sem*
1618 *água, luz, esgoto e drenagem pluvial. A empreendedora pode até vender o loteamento,*
1619 *mas não pode permitir a construção até que a aprovação aconteça na Prefeitura*
1620 *(Ruído) no caso, por exemplo, da Prefeitura de Arcos vem acontecendo há cerca de 5*
1621 *anos. Todo o loteamento tem feito 4, 5 ou 6 nessas condições. Não é mais permitido.*



1622 *Agora, antigamente acontecia isso. Abria a rua, vendia e a Prefeitura se virava lá para*
1623 *poder arrumar. Isso não acontece mais. É lei. Não é mais permitido.” – Flávio –*
1624 *Consultor da empresa – Esclareceu: “O loteamento, a parte de drenagem e erosão, a*
1625 *parte que está na rua foi contemplada através da drenagem pluvial. É um loteamento. A*
1626 *pessoa vai comprar um lote. Como nós vamos condicionar a construção que tem. A*
1627 *pessoa comprou o lote, ela vai vender. Ela comprou o lote, ela vai construir, ela vai*
1628 *comprovar essa construção na Prefeitura. Para construir 3 andares, 2, 1. Grande,*
1629 *pequena. Nesse caso o loteamento mais (Ruído) como é que nós vamos condicionar a*
1630 *drenagem no lote? Nesse caso dos 30%. Nós vamos, no projeto, no caso, temos que*
1631 *contemplar a drenagem do lote? A sua já tem.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –*
1632 *Representante Ministério Público – Sugeriu acrescentar condicionante de número três:*
1633 *“Implantar o sistema de drenagem pluvial conforme projeto apresentado nos estudos.*
1634 *Poderia ser conforme projeto apresentado e aprovado pela SUPRAM.” - Amilton Serri*
1635 *Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os*
1636 *esclarecimentos colocou em votação o item 7.1 da pauta e o processo foi APROVADO*
1637 *de acordo com o parecer único da SUPRAM. Em seguida colocou em votação a*
1638 *alteração da condicionante 3: **Implantar o sistema de drenagem pluvial conforme***
1639 *projeto apresentado nos estudos após aprovação da SUPRAM ASF” e foi*
1640 *APROVADA a alteração. Após, solicitou que fosse apresentada sugestão de inclusão*
1641 *de condicionante relatada pelo conselheiro representante da ABES: “Apresentar projeto*
1642 *de meio fio e pavimentação das ruas uma vez aprovado pela equipe técnica da*
1643 *SUPRAM seja implantado. Prazo de 90 dias. 90 dias apresenta o projeto. Aprovado,*
1644 *tem o cronograma de execução.” Colocou em votação a inclusão da condicionante e foi*
1645 *APROVADA. Em seguida colocou em votação a proposta de inclusão de nova*
1646 *condicionante relatada pelo conselheiro representante do Ministério Público:*
1647 *“Apresentação das medidas para mitigação dos efeitos adversos nas áreas com*
1648 *declividade superior a 30%. Prazo 60 dias.” Foi APROVADA a inclusão da*
1649 *condicionante. - **Item 8. Processos Administrativos para exame de Revalidação da***
1650 ***Licença de Operação: 8.1 Calcinação Nossa Senhora da Guia Ltda. - Fabricação***
1651 ***de cal virgem, hidratada ou extinta - Arcos/MG - PA/Nº 00197/2000/005/2009 -***
1652 ***Classe 3. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros***
1653 ***Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ, Túlio Pereira de Sá***
1654 ***representante da FIEMG, Camilo de Lélis André Melo representante da***
1655 ***FEDERAMINAS e Edécio José Cançado representante da FAEMG. – Túlio –***
1656 ***Representante FIEMG** – Informou que o relatório de vistas da FIEMG estava em*
1657 *conjunto com FEDERAMINAS e FAEMG. Apresentou o relatório: “*Trata-se de pedido**
1658 *de Revalidação da Licença de Operação pelo empreendimento Calcinação Nossa*
1659 *Senhora da Guia localizado no município de Arcos, para a atividade de fabricação de*
1660 *cal virgem hidratada ou extinta. Classe 3. Em visita ao local onde encontra-se*
1661 *instalado o empreendimento em tela, juntamente com os conselheiros Camilo de Lélis,*
1662 *FEDERAMINAS, Edécio Cançado, FAEMG e Marcos Veloso, CREA-Arcos,*
1663 *constatamos que o depósito de cal a céu aberto está como afiançado pelos técnicos*
1664 *responsáveis pela elaboração do parecer. Tivemos oportunidade de verificar que a*
1665 *construção de canaletas para captação de águas pluviais encontra-se em fase final de*
1666 *construção conforme imagens abaixo. Em reunião com a direção da empresa e com os*
1667 *consultores, foi passado a informação que será construído no local um galpão*
1668 *totalmente fechado, para armazenamento da cal hoje depositada a céu aberto.*
1669 *Verificamos que os empreendedores estão buscando solucionar os problemas*



1670 detectados pelos técnicos da SUPRAM, como já afirmado, no dia de nossa visita. Ainda
1671 estava presente além do representante da Ecosystem, consultora do empreendimento
1672 (Ruído) despoejamento Renato Damião, da empresa ATMO Ambiental. Observamos,
1673 que o empreendimento agora está buscando sua adequação as normas ambientais,
1674 fixadas pelo Estado de Minas Gerais, porém, durante a vigência da licença seu
1675 desempenho ficou aquém do esperado. Face exposto, conforme parecer único da
1676 SUPRAM, nos manifestamos favoráveis a não concessão da Revalidação da Licença de
1677 Operação do empreendimento.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante
1678 Ministério Público – Informou que o parecer dele era de acordo com o da SUPRAM,
1679 pelo indeferimento. – Marcos Vilela – Representante Grupo AR – Pediu licença para se
1680 ausentar da reunião. – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS –
1681 Comentou sobre o empreendimento: *Nós fizemos a vista em conjunto. Tudo certinho.*
1682 *Tudo tranquilo. Uma das razões de eu querer ir ao empreendimento. Vai ser indeferida*
1683 *não tem jeito. Ele vai pedir a correção agora. A finalidade de nós irmos lá foi para ver*
1684 *se ela tinha condições de pedir, de entrar com esse novo licenciamento. Infelizmente*
1685 *tem. Os empresários são sérios. No dia já estava lá uma firma de São Paulo fazendo o*
1686 *levantamento da firma para tirar toda poeira. Ela já apresentou a proposta dela. Eles*
1687 *já aceitaram. O ideal é fazer um novo licenciamento, com certeza esses novos itens que*
1688 *faltaram serão sanados.”* – Edécio Ferreira – Representante FAEMG –
1689 Complementou: *“Surpreendeu-me positivamente, porque esperava como a maior parte*
1690 *do serviço que nós fazemos é encontrar uma certa resistência. Aquele achismo que eu*
1691 *estou fazendo a coisa certa. Ao contrário (Ruído) durante a licença ficou muito aquém*
1692 *do desejado e estão tomando providências efetivas para corrigir os problemas. Tenho*
1693 *certeza que nesse novo licenciamento que eles vão propor que eles vão adequar*
1694 *corretamente e nós vamos ter prazer de visitar o empreendimento de novo em uma nova*
1695 *condição ambiental favorável.”* – Marcos Veloso – Representante CREA – Informou
1696 que participou da visita e constatou que existem intenções e ações por parte do
1697 empreendedor em regularizar e melhorar as condições ambientais. – Roberto Soares
1698 Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –
1699 Solicitou que cobrasse a indicação do responsável técnico que não constava no
1700 processo. – Jorge – SUPRAM ASF – Esclareceu ao conselheiro Roberto que, quando a
1701 empresa entrasse com o processo de LOC seria solicitado o responsável técnico. –
1702 Cleber – Representante empresa – Argumentou: *“Eu já fui da (Ruído) CREA. Em*
1703 *reuniões passadas com a questão da responsabilidade técnica que tem sido cobrada.*
1704 *Eu, há tempos atrás, alguns anos, já tinha feito uma consulta inclusive a Câmara de*
1705 *Minas e Geologia do CREA-MG a respeito da questão da responsabilidade técnica.*
1706 *Como que ela se trata. Parece que em outras oportunidades, por isso já foi levantado*
1707 *em reuniões passadas estão pedindo a responsabilidade técnica em duas situações.*
1708 *Uma é quando o profissional tem uma ART e desempenha de cargo e função, ou seja,*
1709 *ele além da empresa ser obrigada a dar o registro no CREA e ele estar no escopo da*
1710 *empresa como responsável (Ruído) pelo desempenho do cargo e função que ele*
1711 *representa aqui. Ou sendo funcionário da empresa ou tendo um contrato de prestação*
1712 *de serviço na área a qual ele tenha especialidade e tenha a legalidade da atividade da*
1713 *sua profissão. A segunda é uma ART de obra e serviços. Matriz obra e serviço que ela*
1714 *tem início e fim, ou seja, quando você emite uma ART matriz obra e serviço que seja de*
1715 *prestação de serviço, tem no campo lá prestação de serviço. Tipo do contrato.*
1716 *Prestação de serviço. Tem início do contrato. Tem fim do contrato. Quando se fala em*
1717 *licenciamento ambiental você é contratado para fazer um EIA, fazer um RIMA, fazer*



1718 um PCA, para fazer um RCA (Ruído) um PRAD, ou seja, todos os estudos que estão
1719 dentro de um processo de licenciamento. Tem se usado ART de matriz obras e serviços.
1720 Como disse anteriormente. Início e fim. Isso não vai caracterizar a responsabilidade
1721 técnica daquela ART que você tá tirando. Não é uma responsabilidade da função como
1722 tem se pensado aqui nessa Câmara. Para essa função teria que ser ART de desempenho
1723 de cargo e função. Vou alertar mais. Existe uma, se não me engano, não lembro se é
1724 portaria ou se é lei do CONFEA inclusive que só permite que os profissionais assinem
1725 para três empresas. Isso é um absurdo dos mais absurdos possíveis. Onde já se viu? É
1726 como vocês dizerem ao dentista (Ruído) dizer ao contador que ele só pode ter três
1727 empresas a qual ele faz a contabilidade. Isso, inclusive tem sido contestado. Estamos
1728 preparando alguma coisa nesse sentido junto ao nosso inspetor, José Luiz Monteiro,
1729 inspetor chefe da diretoria do CREA de Arcos. Nós entendemos que isso não é cabível
1730 no mundo de hoje. Eu estou usando essa oportunidade aqui para explicar que isso eu
1731 acredito que, não se o conselho poderia fazer uma consulta ao CREA ou a SEMAD.
1732 Não sei como que nós vamos tratar esse assunto, conselheiro Roberto, porque se for
1733 exigir essa responsabilidade técnica, nós temos que avaliar dentro da Lei do CONFEA.
1734 Aqui o documento que vai ser pedido. Eu vou ser honesto, se for exigir (Ruído) ART de
1735 desempenho de cargo e função pouquíssimos profissionais vão poder estar disponível
1736 ou as empresas não terão funcionários suficientes para fazer isso. Eu acho que se você
1737 pede ART do profissional responsável por aquele projeto, é uma ART matriz de obra e
1738 serviço. Agora, a outra como responsável técnico ambiental pela empresa, isso no meu
1739 entendimento teria que ser a outra ART para de cargo e função. A função como
1740 responsável técnico ambiental. É isso que eu queria dizer. O meu prazo está esgotando,
1741 mas, se possível, eu poderia dar um outro exemplo.” – Marcos Veloso – Representante
1742 CREA – Esclareceu sobre a fala do representante da empresa. “Realmente ocorre isso.
1743 O CREA, a ART já é um contrato. Para a execução de um contrato de responsabilidade
1744 técnica para uma empresa, ou seja, pelo funcionamento da empresa exige-se que o
1745 profissional disponha de algum tempo naquela empresa. Baseado nisso, a ART foi feita
1746 da seguinte forma. No caso de empresa de engenharia e se estendeu para as demais
1747 funções que o responsável técnico teria que dispor de pelo menos 4 horas semanais em
1748 cada empresa. Ele tendo uma empresa e sendo responsável pelos outros essas 4 horas
1749 semanais ele não conseguia ser responsável técnico para atender esse prazo na
1750 empresa e ele é remunerado (Ruído) por isso pela empresa para que faça em mais de 4
1751 empresas. A dele e mais 3 ou 4, ele não tendo uma. A tentativa de modificação disso,
1752 alteração disso nós tentamos várias vezes, mas o jurídico do CREA em várias
1753 oportunidades nos deu assim. É impossível. A pessoa não vai trabalhar depois das 6, ou
1754 antes, das 8 da manhã. Não tem como a pessoa trabalhar lá para ter o tempo
1755 necessário. É um impasse bravo. Como isso foi estendido às demais áreas de atividades
1756 que no caso, por exemplo, da responsabilidade do acompanhamento ambiental de uma
1757 empresa por um engenheiro na área florestal e ambiental se necessitaria de todo esse
1758 tempo. Às vezes a pessoa podia ir lá, por exemplo, quatro por um mês. Nós
1759 conseguiríamos ter um número de profissional maior. Aliás, um profissional poderia
1760 atender um número maior de empresas. Isso é uma coisa que teria que ser discutida,
1761 brigada lá no CREA. Nós já tivemos dificuldade de ver isso. Por que? Se ele ocorrer
1762 como ocorre com as empresas de engenharia e outras (Ruído) acompanhamento mais
1763 próximo, o que vai ocorrer é que não vai ter profissional para atender as empresas. Ou
1764 então, a empresa vai ter que pagar o preço de ouro para conseguir um profissional
1765 para trabalhar para ela. É a questão da oferta e procura do mercado. Realmente esse



1766 *impasse existe, mas precisa ser resolvido. Aqui dentro do conselho precisaria, às vezes,*
1767 *que houvesse alguma aproximação maior entre o conselho e o CREA para que essas*
1768 *dúvidas fossem dirimidas para que nós pudéssemos solicitar as regularizações em cima*
1769 *daquilo que as legislações permitem. “A ART pode ser dada pelo desempenho de cargo*
1770 *ou para o registro de um contrato. No caso do que o Camilo está fazendo na área de*
1771 *construção civil, o CREA não permite isso porque acha que é uma forma de ludibriar*
1772 *ao CREA no sentido de dar assistência necessária. No caso ambiental eu acredito que*
1773 *isso poderia acontecer. É como eu disse. Depende de um diálogo maior entre o CREA e*
1774 *as entidades inclusive ambientais para que se conseguisse uma solução nesse*
1775 *problema. Na área de construção civil isso é tido como uma ludibriação (Ruído) no*
1776 *CREA. Você pega um conselheiro para dar assistência registra o contrato do*
1777 *conselheiro como ART e considera como se você estivesse fazendo seu CREA em cima*
1778 *disso para a área de construção civil. Empresa de construção civil. Na área ambiental*
1779 *poderia ser outra situação que seria a solução para o problema. Acredito que seria,*
1780 *mas não é permitido hoje.” - Amilton Serri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC*
1781 *Alto São Francisco – Informou que havia mais inscrito: Francisco de Assis dos Santos.*
1782 *– Não identificou – “Uma boa tarde a todos. Senhores conselheiros, demais*
1783 *componentes da mesa. De fato nós já estamos, conforme foi dito, bastante adiantado em*
1784 *cumprimento as condicionantes que nós pecamos. Bem adiantados. Nós também*
1785 *queremos citar e consta no processo que nós cumprimos várias condicionantes.*
1786 *Pecamos também em não informar alguma coisa que nós fizemos. Nós queremos rogar*
1787 *a esse conselho que nos conceda, após o nosso julgamento, que nós possamos firmar*
1788 *um TAC (Ruído) estamos fazendo e das nossas propostas para que possamos*
1789 *regularizar no menor tempo possível.” - Amilton Serri Vasconcelos - Presidente*
1790 *Suplente da URC Alto São Francisco – Após as discussões colocou em votação o item*
1791 *8.2 da pauta, pelo indeferimento e foi **APROVADO** de acordo com o parecer único da*
1792 *SUPRAM. - **Item 9. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia: 9.1***
1793 ***Ministério da Pesca e Aquicultura / Parques Aquícolas de Três Marias -***
1794 ***Piscicultura em tanque rede - Morada Nova de Minas e Três Marias/MG - PA/Nº***
1795 ***17450/2010/001/2010 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE***
1796 ***BAIXA EM DILIGÊNCIA.** – Isabela – SUPRAM ASF – Informou que seria*
1797 *concedido, pela SEMAD, um prazo para os representantes do Ministério da Pesca*
1798 *fazerem uma apresentação sobre a atividade de aquicultura demonstrando o que são os*
1799 *parques aquícolas conforme foi solicitado. – Edécio Ferreira – Representante FAEMG*
1800 *– Solicitou licença para se retirar. “Senhor presidente, não é muito do meu feitio não,*
1801 *mas eu vou ter que abandonar a sessão nesse momento em face um compromisso que eu*
1802 *tenho em Bom Despacho a partir das 15 horas. Esse atraso no início nos prejudicou*
1803 *bastante mesmo. Boa tarde a todos e muito obrigado!”– Capitão Rodrigo –*
1804 *Representante Polícia de Meio Ambiente – Pediu desculpas aos conselheiros e solicitou*
1805 *ao presidente licença para se retirar. - Lucas Carneiro – Representante Ministério da*
1806 *Pesca e da Aquicultura – Cumprimentou os presentes e apresentou o consultor Marco*
1807 *Túlio, representante da FAO no Ministério. - Não identificou – “Boa tarde a todos! Boa*
1808 *tarde ao conselho. Boa tarde ao pessoal do auditório. Primeiramente o tópico que nós*
1809 *vamos mostrar aqui hoje é um tópico muito amplo. (Áudio muito baixo.) Conversando*
1810 *com o Lucas nós precisaríamos pelo menos estender esses 40 minutos que nos foi*
1811 *permitido para ter uma visão para tentar esclarecer um pouco ao conselho justamente*
1812 *algumas informações sobre aquicultura. (Ruído) são informações muito gerais que tem*
1813 *em todo projeto. De repente os conselheiros não tem uma noção da aquicultura em si*



1814 *como atividade econômica. Não apenas uma atividade de piscicultura. Vou tentar*
1815 *passar um pouquinho a visão dos conselheiros, a visão da aquacultura como realmente*
1816 *o negócio, como um gerador de emprego e rendas no mundo. O tema é muito amplo.*
1817 *Nós poderíamos, eu professor e tenho uma cadeira na PUC. Nós fazemos isso em um*
1818 *semestre ou em uma palestra ou em até um curso de aquacultura que tem na UFMG*
1819 *que aborda esse tema durante 5 anos. A priori nós colocamos à disposição para*
1820 *dúvidas que tiverem em relação a aquacultura em si. Espero que com essa ação nós*
1821 *possamos deixar um pouco mais claro aos conselheiros para ter o subsídio técnico de*
1822 *conhecimento em si para (Ruído) o projeto dos parques aquícolas. Vou passar bastante*
1823 *rápido. Coloquei bastante gráfico em relação a produção nacional e mundial. Nós*
1824 *vemos que a produção mundial, nós vemos o crescimento a ascensão que teve depois da*
1825 *década de 80. O fundamento todo da produção de peixe no mundo nós temos que ter um*
1826 *crescimento muito grande. Acima de 10% dependendo do local. O crescimento vem de*
1827 *forma bem acentuada em todo o mundo. Não é só o Brasil não. O mundo inteiro teve*
1828 *esse crescimento vertiginoso da atividade de produção de peixes. Para nós termos uma*
1829 *noção dos focos produtores de peixes. Nós colocamos como foco que o principal foco*
1830 *aqui dos parques aquícolas. Tem a China como maior produtor. Os países, nós*
1831 *pegamos aqui no próximo gráfico de 2 milhões e 600 mil toneladas em 2007. Vamos ver*
1832 *que (Ruído) a China em relação ao mundo. Nós vemos a China na produção de 2008,*
1833 *2009 tem a produção de 81% da produção de peixes e pescados do mundo. Realmente*
1834 *está alimentando a maior população do mundo tem que ter uma grande produção e não*
1835 *só a produção interna para consumo interno, mas também para exportação. A China*
1836 *também é um grande exportador de tilápia, por exemplo. Principalmente no mercado*
1837 *americano. A produção mundial segundo a FAO, produção de pescados de trilhões de*
1838 *toneladas. A produção de pescados para consumo humano 117 mil, milhões de*
1839 *toneladas justamente essa diferença porque parte da produção é usada como fonte de*
1840 *proteína animal também. Aquacultura mundial que movimentou cerca de 55 milhões de*
1841 *toneladas em relação ao pescado. (Ruído) aumentando essa produção e diminuindo a*
1842 *diferença entre a produção e a pesca. Tem uma informação que vai ficar mais claro*
1843 *isso. O consumo mundial de pescado em 2008 é foi o maior da história 17.2 kg*
1844 *habitantes/ano. De acordo com os estudos que nós temos, por exemplo, em Belo*
1845 *Horizonte o consumo chega a 4.5 kg de pescado por ano. Tirando alguns estados do*
1846 *Brasil igual tem a região norte que tem culturalmente o consumo maior que chega e*
1847 *equivale até o Japão chega até 80 kg de consumo de pescado ao ano. O recomendado,*
1848 *isso aqui é a média 17.2 e a FAO recomenda pelo menos 14 kg de pescado anualmente*
1849 *por habitante para manter uma boa qualidade de proteína, saúde, aspectos*
1850 *relacionados a isso. Os países (Ruído) países produtores e exportadores devem*
1851 *aumentar a venda a partir de 2010 modificando as tendências negativas no mercado*
1852 *internacional. Mesmo depois da crise de 2008, 2009. Mesmo com a crise o consumo e a*
1853 *exportação de pescado não acompanharam depois da crise de 2008 e continua de*
1854 *forma ascendente. A exportação da China aumentou 27%. Tailândia, Noruega cerca de*
1855 *10%. Sendo que a China também está frente e a Noruega também está na frente. A*
1856 *importação ao mesmo tempo, em alguns países aumentou, mesmo depois da crise de*
1857 *2008. Aumentando a demanda de fonte de proteína de melhor qualidade. Mesmo nos*
1858 *países em desenvolvimento, por exemplo, a China, México e Índia que também tiveram*
1859 *também o aumento da importação do pescado. (Ruído) uma coisa também que segundo*
1860 *a FAO em particular a demanda de camarões, salmão e tilápias vindo da aquacultura*
1861 *está aumentando cada vez mais. Sendo que as principais espécies de produção aquícola*



1862 e se condensam em poucas espécies na fase de produção. Os peixes oriundos de
1863 aquacultura aumentou essa exportação somente na China, Noruega, Tailândia e
1864 Vietnã. A demanda do mercado é emergente. Geralmente é maior nos mercados
1865 nacionais. Isso é o reflexo do que vem acontecendo pelo grau de desenvolvimento dos
1866 países. Um deles, o Brasil, por exemplo, o consumo de pescados vem aumentado cada
1867 vez mais. O Ministério mesmo uma dos objetivos da pesca no Ministério foi criado
1868 antes da época da Secretaria em si. A grande diferença da balança comercial (Ruído)
1869 mostra no país. O Brasil foi sempre um país que importou muito pescado sendo que ele
1870 tem características ambientais. Nós somos grandes produtores de grãos. Temos
1871 condições ambientais água para ter uma produção sustentável. Não justifica ter uma
1872 balança comercial negativa importando pescado. Tem uma forte demanda mundial de
1873 peixe tropical somente de tilápia e pangás. Também citar uma coisa para nós não
1874 delongar muito. Pangá é um peixe, um bagre que está entrando no mercado. Não só
1875 mundial, mas é um peixe produzido no Cong. No Vietnã tem uma produção grande.
1876 Esse pangá chega aqui no Brasil, chega em todos os supermercados com essa
1877 demanda. A tilápia apresenta, nós vamos ver isso mais especificamente no estudo,
1878 porque é um peixe que vive em função sobre os projetos aqui (Ruído) vários gostaria
1879 que tivesse uma opinião vamos colocar uma opinião favorável dentre os pontos que
1880 melhoram a opinião. Justamente porque a tilápia é vista como vilã. Para mostrar que
1881 esse é o peixe. Nós vemos uma forte demanda em dois peixes de clima tropical. Pangá e
1882 a tilápia. Justamente esse gráfico está mostrando a produção, a captura de peixes. Ela
1883 aumentou, aumentou, mas depois na década de 80 e 90 ela estabilizou. A demanda de
1884 proteína de peixes aumenta, mas a pesca não aumenta. Ela foi estabilizada com a
1885 tendência a declínio. Especialmente a pesca em alto mar. Com isso a aquacultura vem
1886 aumentando de forma vertiginosa para suprir a demanda que está aumentando no
1887 mundo. Coloca no mundo a demanda aumenta, mas no Brasil muito mais (Ruído) quem
1888 está suprindo essa demanda não é a pesca, mas sim a produção aquícola. Essa que é a
1889 chave para um futuro próximo. Quem vai suprir essa demanda crescente de pescados é
1890 a aquacultura. Só para ter uma noção sobre a situação do agronegócio. O valor do
1891 mercado produtivo mundial em milhões dos pescados é 92 bilhões dentro do
1892 agronegócio. Bovinos tem 23 bilhões e aves 12 bilhões. No mundo a fonte de proteína e
1893 o que circula como fonte de proteína realmente é o pescado. É um critério, uma questão
1894 cultural, principalmente na América do Sul, mais Brasil e Argentina, a principal fonte
1895 de proteína é a bovina. Nos últimos 20 anos mudou para ave. Tem um grande aumento
1896 nas aves, mas no mundo a principal fonte de proteína é peixe. (Ruído) esse local.
1897 Lógico a globalização e as informações são mais difundidas. Na Europa peixes.
1898 Estados Unidos já não é. Tanto que o maior importador de tilápia ou peixes são os
1899 Estados Unidos por questão de saúde, por questão de fonte de proteína mesmo. Não
1900 tem o que falar. Realmente sua fonte de proteína do mundo é peixe. Ao contrário do que
1901 o brasileiro pensa que é bovina. Vou começar a falar alguma coisa de Brasil em si.
1902 Segundo o Ministério com dados de 2009 a produção de pescado no Brasil era de 1
1903 milhão, 240 toneladas. Sendo que a produção aquícola 415 mil toneladas, ou seja, 35,
1904 33% do pescado nacional. A produção brasileira de aquacultura é continental, ou seja,
1905 o que é produzido nos continentes, nas (Ruído) 367 mil toneladas, ou seja, 81% da
1906 produção aquícola no Brasil. A produção aquícola marinha 78 mil toneladas que seria
1907 18,84%, ou seja, grande parte do crescimento que sustenta hoje a aquacultura nacional
1908 e vai crescer de acordo com a demanda é realmente a aquacultura continental. A
1909 produção apresentada de pescados. Vamos a pesca. Vai ver justamente desde a década



1910 *de 50. Foi aumentando anualmente com o aumento da tecnologia, barcos, pescueiros.*
1911 *Em relação a pesca em si. Foi aumentando, aumentando até no pique que normalmente*
1912 *com a tecnologia para fazer esse processo de captura de peixes. Depois disso o que*
1913 *acontece (Ruído) pesca. Um excesso de pesca ali. Outra coisa interessante que*
1914 *começamos a analisar e ver outros fatores. O Brasil na década de 50 para cá foram*
1915 *criados vários reservatórios. A fonte de energia são as usinas hidrelétricas que foram*
1916 *criados vários reservatórios no Brasil. Automaticamente, quando nós pegamos os*
1917 *estudos de biologia, os estudos de sistemas com esse aumento do reservatório de água.*
1918 *Foram criados aqui em Minas, Sul, em Três Marias e os outros vários reservatórios*
1919 *que nós temos. De acordo com o Ministério, se eu não estiver errado, são 70*
1920 *reservatórios de água para produção de peixe. É um número. 70 no Brasil. Hoje tem 5*
1921 *destaques aqui, não é isso? Já em processo mais adiantado. Seriam esses três,*
1922 *Castanhão (Ruído) perfeito. (fala fora do microfone) O que acontece. Tem esse*
1923 *potencial, mas os estudos hidrológicos comprovam. Depois desse barramento, no caso*
1924 *de Minas, os estudos de hidrologia mostram que o volume de biomassa produzido por*
1925 *esse reservatório não aumentou em relação ao número de água. Na verdade tem esse*
1926 *sobre peça, depois tem o declínio. Nós vamos entender um pouquinho mais aqui.*
1927 *Depois disso temos o declínio, depois uma estabilização que continua. É estabilizar ou*
1928 *diminuir. Tudo é fato. Ao mesmo tempo nós vemos quem está suprindo isso. Nós vimos*
1929 *que a pesca está estabilizada, mas a demanda do consumo está (Ruído) de*
1930 *crescimento. Naquelas 500 mil toneladas, chegou em 2010, justamente esse crescimento*
1931 *que teve quando começou a faltar o peixe aumentando a demanda de pescados. Tem*
1932 *suprimido é a aquacultura. No mundo o que faz suprir é justamente a aquacultura. O*
1933 *produto de pescado nacional por região. Nós temos uma noção. A região nordeste é a*
1934 *maior produtora principal do camarão produto de camarão e a pesca pelo litoral.*
1935 *Região Sul no setor de pesca. Região norte faz também pelo lado continental a pesca na*
1936 *Região Amazônica. Ainda é um grande fornecedor de pescados para o Brasil, mas nós*
1937 *vemos claramente que as empresas que trabalham com a distribuição (Ruído) que vem*
1938 *do norte vê claramente o estoque de terceiros diminuindo e a falta de matéria prima*
1939 *para que as empresas coloquem no mercado nacional. Isso é claro. Isso é bem evidente.*
1940 *Depois a Região Sudeste e a Região Centro-oeste. Depois vem a produção total por*
1941 *aquacultura e pesca. Nós vemos que Minas Gerais está em 11°. Nós vemos Santa*
1942 *Catarina, dos outros estados, se nós formos pegar em relação ao tamanho do Estado, a*
1943 *quantidade de água que tem, reservatório que tem. Minas Gerais está em 11° realmente*
1944 *é uma situação que não tem como discutir. Nós vemos a demanda crescente de*
1945 *pescados. Nós temos o ambiente propício com estudos avaliados (Ruído) que nos*
1946 *permite aumentar a produção. Nós temos que aumentar essa produção. Pesca*
1947 *continental por estado. Quer dizer que mesmo Minas tendo grandes reservatórios que é*
1948 *chamada de caixa d'água do Brasil, aquele negócio todo. É grande a pesca? Não. Isso*
1949 *não comprova, ou seja, a produção natural de peixes no reservatório não corresponde*
1950 *ao volume que nós temos de água. Por questões biológicas. Seria muita informação ao*
1951 *mesmo tempo. Próximo. Cultura continental por estado. Ver Minas Gerais em relação a*
1952 *aquacultura continental, como São Paula, Santa Catarina dos estados em produção.*
1953 *Minas Gerais com grande potencial disso ainda (Ruído) consegue alavancar na*
1954 *produção de pescados. Pois não? (Ruído) (fala fora do microfone) Vamos focar. Eu*
1955 *acho legal isso, porque pode ficar mais claro e mais objetivo. Bem pertinente. Vamos*
1956 *lá. Já colhi alguma coisa. Vou me adiantando e de repente nós podemos abrir alguma*
1957 *coisa. Nós podemos discutir em relação a projetos já instalados. Como que é feito isso.*



1958 *Para tentar tirar dúvidas. Parei aqui um pouquinho para as desvantagens para não*
1959 *falar que é só vantagem, vantagem, vantagem. Nos slide anterior tinha as vantagens. As*
1960 *desvantagens. O que é por exemplo? Cidades pouco preparadas para a produção de*
1961 *peixes nas gaiolas. É preciso ter uma área consolidada por uma situação adequada.*
1962 *Você não tem visto ocorrência porque eles estão confinados ali dentro. Temos que*
1963 *correr menos riscos por estar todo no custo. (Ruído) determinações superficiais. O*
1964 *peixe já não fica igual ao da natureza, ele precisa ter o aporte de nutrientes de ração.*
1965 *Rompimento de telas nos tanques. Acontece. Nós vamos ver depois. Tem as medidas*
1966 *obrigatórias para isso. Ao mesmo tempo nós vamos falar um pouquinho mais de efeito,*
1967 *mas falar sobre o ecossistema em si em relação ao peixe. O risco de perda por*
1968 *predadores, em relação a fuga e os riscos em relação a perda de qualidade de água. O*
1969 *que acontece? Lógico que toda ação antrópica você vai ter um impacto ambiental. A*
1970 *produção de peixes. Ah, ele não causou nenhum impacto. Causa, mas dentre as*
1971 *características que vem da nossa qualidade de água. Hoje tem aberto o caminho. Teve*
1972 *alguns levantamentos de qualidade de água que foi contratado pela (Ruído) UFMG fez*
1973 *o trabalho de levantamento para saber esses impactos. Vamos colocar assim. No*
1974 *relatório acredito que em relação aos impactos de fósforo, nitrogênio, clorofila A, toda*
1975 *ação de nutrientes que vão entrar no ecossistema foi feita uma avaliação em tudo*
1976 *sabendo de uma capacidade que suporta. O que seria essa capacidade suporte? Só*
1977 *adiantando alguns pontos. Parques aquícolas para uma solução, uma solução ou uma*
1978 *alternativa para otimização da produção. Por exemplo, no mundo. Eu acompanhei e*
1979 *trabalhei na China, na Ásia esse ordenamento não tem lá. Quando nós falamos no*
1980 *tratamento do pangás produzido no Vietnã é totalmente desordenado. As casas ficam*
1981 *por cima, não corresponde, não produz. É um peixe que tem metal pesado, que tem isso*
1982 *e aquilo (Ruído) esse peixe que nós encontramos lá. Ao mesmo tempo eles nunca*
1983 *ficaram preocupados com o Meio Ambiente. Hoje eles estão preocupados sim. A China*
1984 *investe milhões e milhões em relação ao Meio Ambiente. O que eu vejo a diferença com*
1985 *o Brasil. Entendo que o interessante da posição, porque sabem a importância disso,*
1986 *mas tem que introduzir com responsabilidade. A alternativa do parque aquícola é*
1987 *justamente para não acontecer como aconteceu na época em que começou a produzir*
1988 *com a maior produção mundial eles conseguem suprir vários mercados no país, no*
1989 *mundo, mas ao mesmo tempo o país não tem mais o controle. É uma bomba relógio que*
1990 *ele tem ao mesmo tempo. Tem que continuar crescendo. Instalar o projeto como*
1991 *responsável. Pode mudar. O primeiro ponto é o seguinte. Dentro do meio aquático*
1992 *(Ruído) de qualidade de água em primeiro do próprio. No momento em que isso*
1993 *acontecer, por exemplo, tem vários casos no Brasil e no mundo de mortalidade de*
1994 *peixe, porque? Com uma pequena alteração não morre um peixe nativo lá fora. Não*
1995 *morre um peixe, mas morrem 10, 20, 30 toneladas de peixes que estavam confinados na*
1996 *gaiola, porque uma pequena alteração da qualidade de água que normalmente pode*
1997 *acontecer no meio da água mesmo. Cai o oxigênio e dentro da gaiola o peixe morre.*
1998 *Quando se discute em relação a qualidade de água o maior interessado são os*
1999 *produtores, porque não existe até houve uma comprovação prática disso. Quais os*
2000 *países do mundo que produzem peixe. No mundo, na Ásia, por exemplo, a China não*
2001 *tem condições, porque não existe uma condição (Ruído) que permita a produção do*
2002 *peixe. Já está poluído. Pois não? Pois não. (fala fora do microfone) Quando eu falo.*
2003 *Esses casos não aconteceram no reservatório. Aconteceu em lagoas pequenas, em*
2004 *tanques pequenos. Por isso quando adota uma tecnologia tem um poço de água, uma*
2005 *capacidade suporte tal e que permita isso. Por exemplo, pequenas propriedades. Não*



2006 ouvi falar qual negócio coloca lá dentro e não faz estudo da capacidade suporte está
2007 atrasado. Em reservatório de grande volume, por exemplo, eu não conheço nenhum
2008 caso para colocar aqui (Ruído) voltando lá. Os produtores do mundo. Depois tirando
2009 isso nós temos Costa Rica, Honduras que tem um estudo pré-instalado que hoje é o
2010 maior produtor de peixes individuais em lagos do mundo. Em Honduras que tem uma
2011 capacidade suporte adequada, um lago de volume, tirando isso, Brasil. Tudo mundo
2012 não tem. Quando nós falamos tecnologia em si tem um desenvolvimento. O Brasil tem
2013 uma tecnologia de ser pioneiro em relação a essa produção aquícola. Quando nós
2014 falamos que o Brasil esse ano ele vai ter a maior produção de grãos pode ser de
2015 pescados também. Essa que é a meta do Ministério. Pensa em melhorar com
2016 responsabilidade. A produção em tanque de rio não suporta erros. No momento em que
2017 contratou o tanque, o trabalho para avaliação (Ruído) responsabilidade para que não
2018 dê um tiro no pé. Isso é uma premissa clara, mas em relação aos dados técnicos
2019 ofertados pelos consultores, empresas e todos os trabalhos que nos passaram, está
2020 provado tecnicamente. Se tiver alguma dúvida, sei que o tempo não permite isso, mas
2021 em relação a saliência do meio aquático. Tudo já foi feito. Provando que tendo uma
2022 capacidade de suporte adequada com o manejo adequado você não causa impacto
2023 ambiental para chegar no nível catastrófico. Perfeito. Só para citar aqui. O certo é ter
2024 qualidade da água (Ruído) densidade de estocagem, tamanho ideal da gaiola,
2025 qualidade da ração. São os fatores que vão determinar o sucesso do empreendimento
2026 ali naquele corpo de água. Coloquei em primeiro lugar aqui a qualidade da água. Sim,
2027 o sistema leva um (inaudível) de água, primeira coisa que vai é acontecer é ter que
2028 tirar ela de lá. Isso é complicado. Todo mundo quer ter uma visão em só em uma
2029 gaiola. Na verdade a gaiola utiliza o corpo de água. O peixe fica confinado como se
2030 estivesse num ambiente aquático completo. Ao invés de pegar a biomassa que está
2031 dentro daquela gaiola, no reservatório condensa ela. Esse é o conceito do desempenho
2032 junto a gaiola. Uma biomassa dentro do reservatório é muito grande, mas no momento
2033 que está no reservatório o que acontece? Acontece o (Ruído) Três Marias. O
2034 reservatório fica preso, é um lago pobre em nutrientes. Em nível antrópico. O que
2035 acontece? Como barrou o rio diminuiu a produção primária que é a base dele.
2036 Consequentemente a produção desses ativos, da biomassa, a capacidade de produção
2037 do reservatório caiu e continua caindo. Tem vários reservatórios com esses estudos e
2038 cada dia mais vai diminuindo os peixes nativos, porque a água não tem nutrientes que é
2039 a base da cadeia. Gaiolas que nós estamos usando aqui na verdade é o corpo de água
2040 como um todo e concentrando os peixes em relação a biomassa. Se for pegar todo um
2041 volume de água e pegar os peixes que estão soltos a produção de peixes é pequena. O
2042 que está armazenado ali dentro. Pronto. Tem vários (Ruído) nós começamos a
2043 visualizar isso. Por exemplo, tem uma estrutura que tem passarela, mas tem um
2044 depósito de ração aqui no meio. O depósito de ração, dependendo do projeto precisa de
2045 um apoio em terra, mas ao mesmo tempo ele também pode ter o depósito de ração perto
2046 da gaiola. Quando nós falamos em sistema de produção aquícola, um subsistema off
2047 shore, seria a produção de salmão por exemplo tudo numa água, ou no mar. Não
2048 necessariamente tem que ter um investimento tão grande para você ter toda estrutura
2049 em água. Realmente fica mais caro, mas com o sistema de armazenamento, de just in
2050 time ração não precisa armazenar muita coisa tem que ter uma área de apoio em terra.
2051 Nesse ponto seria necessário, mas dentro de APP, reserva tem que respeitar as vias de
2052 acesso, mas não necessariamente um problema de impacto diretamente (Ruído) na
2053 vegetação perto dos reservatórios. Esse é o grande. Até outros pensadores, analistas



2054 *econômicos do mundo falam que estão relacionados a isso. Estamos produzindo*
2055 *proteínas na água que é diferente de impactos em gado e outras culturas que você usa*
2056 *uma área muito grande em relação a produção de biomassa naquele m² de água. (fala*
2057 *fora do microfone) Pois não. Classe 1 e classe 5. Vai depender de que? Quanto de*
2058 *nutrientes você coloca na ração, que tem na ração na fórmula e automaticamente*
2059 *depende do efeito que vai ocorrer. Isso que é o fundamento do parque aquícola e ele*
2060 *tem um estudo. Ele sabendo qual a capacidade (Ruído) daquele braço daquele*
2061 *reservatório. Esse é o primeiro passo. Segundo passo, dentro daquela capacidade*
2062 *suporte eu tenho tantos peixes por m² ou m³ dentro da gaiola que vai consumir tanto de*
2063 *ração. É o que eu falei. A ração, a bomba de nitrogênio e fósforo que vão entrar na*
2064 *água. Como se fosse um efluente que estaria ali dentro. Ele vai ter uma classificação*
2065 *em relação ao número de gaiolas que tem que ficar estabelecido a quantidade de peixes*
2066 *que tem em cada gaiola. Automaticamente a quantidade de ração que você vai aportar*
2067 *ao Meio Ambiente, que seria o efluente. De acordo com a quantidade de gaiolas, de*
2068 *peixes produzidos é classificado de classe 1 a classe 5. Dentro do parque aquícola*
2069 *classe 5, porque já está estabelecido que o volume de produção máximo que vai chegar.*
2070 *Já vem com os conformes deles e a classe 5, mas os parques estão incipientes. A*
2071 *produção está muito pequena, mas (Ruído) já vai para a classe 5 não quer dizer que o*
2072 *parque aquícola está pronto aqui e já está poluindo classe 5. Na verdade ele vai*
2073 *crescendo e o limite máximo dele vai chegar na classe 5. Pois não. Perfeito. (Falas fora*
2074 *do microfone) (Ruído) Um minutinho só para eu concluir aqui, pode? Um minutinho.*
2075 *Realmente tem muita coisa para falar. Eu considero aqui como técnico uma questão de*
2076 *paradigma. Essa questão agora tem um impacto. Uma faixa de terra na APP para você*
2077 *chegar a água, vamos colocar 5 metros, 3 metros para ter acesso. 3 metros para poder*
2078 *chegar. 3 metros de uma estrada para você se locomover. Nós vamos produzir um*
2079 *grande volume de proteína (Ruído) usando uma área que não está sendo utilizada*
2080 *anteriormente com um impacto muito menor. Dentro da Universidade são poucas as*
2081 *pessoas que trabalham com peixe. Uma pessoa que trabalha lá são veterinários,*
2082 *colegas que trabalham com bovino. O bovino gasta de área por metro quadrado de*
2083 *consumo de água que é o rebaixo de água, o gasto de água ou pegada hídrica. É um*
2084 *absurdo. A ave. O peixe não gasta, ele utiliza o corpo que está subutilizado. São*
2085 *quebras de paradigmas. O que vai determinar da sustentabilidade ambiental e outra*
2086 *questão que eu vejo como biólogo, nós queremos conservar espécies nativas. Diminua a*
2087 *pesca e vamos produzir peixe. Quando nós produzimos peixes nós aumentamos o*
2088 *estoque de peixe nativo. Tem vários exemplos. Uma das maneiras. Produzindo.*
2089 *Produzindo para a pesca. O surubim vai voltar, as outras espécies (Ruído) tem anos*
2090 *que trabalha com isso. Essa é a minha opinião mas é uma quebra de paradigmas.*
2091 *(Falas fora do microfone) (Ruído) se não ficou claro, vamos fazer direito. Serve de*
2092 *base, mas... (Muitas pessoas falando ao mesmo tempo).” – Francisco de Assis Braga –*
2093 *Representante ABES – Solicitou informações sobre a estrutura do empreendimento. “O*
2094 *peixe está na água. Como que nós vamos fazer para tirar esse peixe? Vai ter uma*
2095 *estrutura de abate desses peixes. Onde que essa estrutura vai ficar? O que será feito*
2096 *quando eu tirar o peixe de lá? Por exemplo. Tem uma estrutura, onde que ela vai ficar?*
2097 *Tem um abatedouro principal que vai receber esse peixe? Faz parte um projeto maior.*
2098 *Entendeu? Onde vai ficar? É assim que funciona? Qual a capacidade do abate?*
2099 *(Ruído) dos parques que estamos prevendo ou tem que criar outras unidades? (Muitas*
2100 *pessoas falam ao mesmo tempo).” – Lucas Carneiro – Representante Ministério da*
2101 *Pesca – Respondeu: “Existe uma unidade de abate na cidade de Morada Nova de Minas*



2102 com o SIF que foi construído pela CODERVASF e está em funcionamento através da
2103 COOPEIXE que é a Cooperativa dos Produtores de Peixes de Morada Nova de Minas.
2104 Para o senhor ter uma ideia os parques aquícolas de Furnas e Três Marias somam algo
2105 em torno de 132 mil toneladas de peixes. Hoje você tem uma grande unidade em Minas
2106 Gerais com o abate de 10 toneladas/dia que é em Nova Ponte. Para abater essa
2107 quantidade de peixe nós íamos precisar de no mínimo 80 novas unidades de abate de
2108 suporte em toda a Minas Gerais. Certamente próxima aos reservatórios para estar
2109 processando esse pescado. É uma cadeia que em 5 anos vai mudar todo o perfil que é
2110 hoje. O perfil que é hoje daqui a 5 anos vai ser um perfil que é sacrificado. Até porque
2111 o volume de produção aumenta muito. Vai haver mecanização, etc. Vai haver também
2112 um (Ruído) industrial ao entorno desses reservatórios muito intensos devido a essas
2113 outras cadeias que virão. Seria ração, tanque rede, arame, processamento, maquinário.
2114 Tudo isso vai vir ao reboque. Um empreendimento desse que aqui em Minas Gerais
2115 está em torno de, Furnas e Três Marias cerca de 132 mil toneladas, ele só vai se dar
2116 com 15 anos, porque da noite para o dia isso não acontece.” – Mauro da Fonseca
2117 Ellovitch – Representante Ministério Público – Esclareceu: “Da outra vez, pelo nível de
2118 generalidade que veio era inviável para nós formarmos uma opinião. Nós não tínhamos
2119 qualquer previsão concreta de acesso. Nós não tínhamos. Se a fase de LP na
2120 viabilidade ambiental do empreendimento não tinha como nós sabermos. O
2121 empreendimento é ambientalmente viável? Com quantos acessos mínimos ele precisa
2122 para poder funcionar? Eu fiquei satisfeito com a questão do adendo que pelo menos
2123 algumas alternativas de acesso por vias públicas vocês já previram como dentro do
2124 impacto. Se nada mais der certo, pelo menos nós temos algumas vias de acesso
2125 razoáveis ao empreendimento (Ruído) eu achei que já foi um grande avanço. Um outro
2126 avanço foi aquela dúvida em relação ao impacto da ração. Nós também não podíamos
2127 chegar até pelos princípios de direito ambiental, princípio da precaução, da prevenção,
2128 nós não poderíamos formar uma opinião sendo que pelo parecer e pelo que constava
2129 aqui existia um grande risco de impacto pelo emprego da ração. Essa questão também
2130 eu acho que já foi bem equacionada. Minha última preocupação com relação, ainda
2131 dentro dessa mesma perspectiva da integração das próprias áreas de APP’s, vias de
2132 acesso do empreendimento como um todo. Não só dentro d’água, mas fora dela, seria
2133 mensurar e dar algum tipo de garantia a esses outros acessos que vão ser feitos, como
2134 vocês falaram, pontualmente. O produtor vai lá, vai entrar com o seu pedido de
2135 regularização e etc. Nós temos que ver essa questão de uma maneira global por causa
2136 (Ruído) sinérgico. Eu falei ali fora do microfone. Uma viazinha de acesso de 3 metros
2137 dá um impacto suportável e permitido na legislação. 618 acessos aleatórios próximos
2138 um do outro você acaba com a função ambiental do marco de preservação permanente.
2139 Eu tenho uma preocupação em relação a isso. Como nós estamos em fase de licença
2140 prévia dá para ter um empreendimento como viável com esses acessos públicos eu vou
2141 propor uma condicionante de que vocês apresentem uma avaliação ambiental para a
2142 equipe multidisciplinar do número máximo de acessos e intervenções em APP
2143 suportáveis na área de influência direta do empreendimento que não prejudiquem as
2144 funções ambientais e ecossistêmicas. Depois gostaria de ouvir sobre isso, mas foi a
2145 maneira que eu consegui vislumbrar. Até aceito opinião de outros conselheiros, se
2146 tiverem alguma outra sugestão (Ruído) equalizar a isso. Eu acho que nós temos que ter
2147 um estudo de impacto sinérgico. Nós temos que ver quantos acessos a APP em torno do
2148 lago é capaz de suportar sem nós acabarmos com a APP. Gostaria de ouvir.” –
2149 Anaximandro – Representante PUC Minas – Solicitou licença para se retirar: “Senhor



2150 *presidente, eu vou pedir licença aos colegas, infelizmente queria participar da reunião*
2151 *dessa discussão que considero importante, mas tenho outros compromissos e eu tenho*
2152 *que me ausentar. Boa tarde a todos!” – Roberto Soares Nogueira – Representante*
2153 *Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou mais informações.*
2154 *“Houve uma alteração no teor de fósforo das rações três vezes. Alteração bastante que*
2155 *chama atenção. Eu queria saber o seguinte. A exigência do 0,5% era da portaria*
2156 *(Ruído) ou é de trabalho científico ou é do órgão ambiental. Quem é que exigia que*
2157 *fosse no máximo 0,5% de fósforo?” - Daniela – SUPRAM ASF – Respondeu: “São duas*
2158 *situações. Era, tanto os instrutores da capacidade de suporte em cima de 0.5%, porque*
2159 *teve uma resolução. As outorgas são em formas de resolução permitindo a quantidade*
2160 *de fósforo em 0.5%. A ANA apresentou outro documento autorizando que pudesse*
2161 *aumentar que não haveria prejuízo. Só queria lembrar que durante a alteração dos*
2162 *parques aquícolas vai ter um monitoramento da água e essa taxa, essa capacidade de*
2163 *suporte pode ser diminuída a qualquer momento se nós vemos que está ocorrendo*
2164 *algum prejuízo.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do*
2165 *Entorno da Represa de Três Marias – Acrescentou: “Trocando em miúdos houve uma*
2166 *retificação da portaria de outorga. Dentro do que o Mauro falou aqui e realmente ele*
2167 *tem razão. Nós sabemos que a quantidade de peixe que é colocada num tanque rede ele*
2168 *tem que obedecer, isso eu estou achando, não sou pescador não, mas nós vemos dessa*
2169 *forma que você tem um tanque rede você não pode colocar todos eles próximos uns aos*
2170 *outros. Você tem uma distância em relação ao volume de água para que você coloque*
2171 *aqueles tanques rede separados uns dos outros. Existe uma distância mínima, eu*
2172 *acredito não sei através de estudos, o que é, mas gostaria também que vocês na hora*
2173 *que falassem essa distância mínima entre um tanque e outro, média que se usa ou se já*
2174 *levantou esses dados em Furnas e Três Marias.” – Lucas Carneiro – Representante*
2175 *Ministério da Pesca e da Aquicultura – Comentou: “Foi falado aqui algumas (Ruído)*
2176 *que nós precisamos esclarecer. A questão da água da União, água domínio da União*
2177 *está bem regulamentada. Nos instrumentos gerais dentro do Decreto Presidencial de*
2178 *2003 até a última instrução normativa, quer dizer, você só pode usar 1% do espelho da*
2179 *água para aquicultura e a diluição é 1 para 10. Se eu tenho um tanque rede de 4 m² eu*
2180 *tenho que ter 40 m² de água livre para que ele possa ser implementado. Com relação a*
2181 *proposta do conselheiro Mauro. Eu não entendi. Você está indicando que o Ministério*
2182 *da Pesca e da Aquicultura faça um estudo?” – Mauro da Fonseca Ellovitch –*
2183 *Representante Ministério Público – Respondeu que sim. – Não identificou – Esclareceu*
2184 *ao conselheiro: “Dr. Mauro eu acho que isso não seria competência nossa, acho que*
2185 *seria competência ou do PACUERA ou da Secretaria de Estado (Ruído) porque eu tive*
2186 *recentemente na represa. Você anda lá a quantidade de boi que tem dentro d’água.*
2187 *Existe muita intervenção de APP que talvez seja por área já antropizadas ou por*
2188 *picadas abertas na vegetação ou possível desmatamento da vegetação. Tem outorga em*
2189 *acesso para irrigação. Tem outorga em acesso para carreadores. São muitas*
2190 *intervensões em APP. Eu acho que esse estudo global, total e sinérgico deveria ser feito*
2191 *por um órgão competente que no meu ver é o PACUERA, que no meu ver a Secretaria*
2192 *de Estado do Meio Ambiente poderia fazer. Porque daí sim, sai nós teríamos um*
2193 *sinergismo de todas essas. Nós não sabemos. Nós não sabemos quanto. Na área que*
2194 *tem o parque aquícola quantas APP’s já tem lá quantas intervenções de APP. Nós não*
2195 *temos a relação de APP (Ruído)” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante*
2196 *Ministério Público – Esclareceu: “Quando eu falo em avaliação ambiental por equipe*
2197 *interdisciplinar do número máximo de intervenções decorrentes do empreendimento de*



2198 *vocês, quanto mais vocês podem impactar o local, não estou falando todos para que se*
2199 *calcule dentro de todo o lago o quanto de intervenções é permitido. Quero que calcule*
2200 *quantas intervenções decorrentes das atividades de vocês de quantas propriedades vão*
2201 *precisar de acesso ao parque aquícola, e quanto aquela região é capaz de suportar.” –*
2202 *Daniela – SUPRAM ASF – Esclareceu: “No meu parecer estou falando aqui que os*
2203 *tanques poderão ser instalados em linhas perpendiculares de corrente predominante de*
2204 *maneira que a água de menor qualidade que sai do tanque rede não entre em outro*
2205 *logo em seguida. Respeitando o espaçamento mínimo de 2 metros dos tanques redes e*
2206 *de 10 metros entre linhas.” – Não identificou – Respondeu ao Conselheiro Mauro: “Nós*
2207 *já temos mais ou menos uma noção de quantos acessos haverá. Até porque nós já*
2208 *sabemos quais serão os auxiliares e quais serão os empresariais. Eu acho que a*
2209 *promoção desse estudo de sinergismo nessas áreas, são 5 partes. Ela seria muito*
2210 *onerosa e muito demorada para que seja feita. O Governo Federal tem que abrir uma*
2211 *licitação. Porque nós (Ruído) por um número de acessos máximos por cada conjunto de*
2212 *áreas aquícolas para que nós possamos definir isso. No caso, se por acaso vier a*
2213 *superar esse número, aí sim haveria um estudo mais detalhado para quantas outras*
2214 *novas poderiam ser abertas. Na realidade já existe bastante coisa ali.” – Mauro da*
2215 *Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Concordou com os*
2216 *esclarecimentos e sugeriu nova redação da condicionante: “Eu acho que se você já tem*
2217 *uma perspectiva nós temos uma garantia de que o Estado vai avaliar essa proposta de*
2218 *vocês para ver se é viável ou não esse número de acesso. Não vejo como problema. Nós*
2219 *poderíamos mudar a redação. Apresentar proposta de número máximo de acessos na*
2220 *área de preservação permanente a serem abrangidas pelo empreendimento para*
2221 *avaliação e aprovação. Depois executar conforme aprovação da SUPRAM (Ruído)*
2222 *apresentariam a SUPRAM olharia se é razoável ou não. Vocês fariam esses números de*
2223 *acesso. Não seria feito fragmentado todos. Seria qualquer licenciamento vai tomar por*
2224 *base esse número máximo de acessos. Eu acho razoável. Vamos ver com a equipe*
2225 *técnica da SUPRAM se vocês acham.” – Daniela – SUPRAM ASF – Concordou com a*
2226 *sugestão e sugeriu que o prazo seria na formalização da LI. - Amilton Serri Vasconcelos*
2227 *- Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os esclarecimentos colocou*
2228 *em votação o Item 9.1. - Ministério da Pesca e Aquicultura – Parques Aquícolas e*
2229 *Piscicultura em tanque de rede. Morada Nova de Minas/Três Marias, retorno de baixa*
2230 *em diligência e o processo foi **APROVADO** de acordo com o parecer da SUPRAM.*
2231 *Em seguida colocou em votação a inclusão de condicionante elaborada pelo*
2232 *representante do Ministério Público. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante*
2233 *Ministério Público – “Apresentar proposta técnica do número máximo de acessos com*
2234 *intervenção em área de preservação permanente e seu espaçamento de forma a manter*
2235 *as funções ambientais e ecossistêmicas da área de influência direto do*
2236 *empreendimento. Tal proposta será limitante, será limitadora de eventuais novos*
2237 *licenciamentos para o empreendimento.” – Não identificou – Argumentou que a*
2238 *proposta não seria limitante. “Acima desse número é que teria de haver estudos*
2239 *sinérgicos desses novos acessos. A ideia é nós autorizarmos. O Ministério fala xis*
2240 *acessos por parte. Autorizou isso. Se tiver x+1 tem que se fazer um estudo. Essa é a*
2241 *proposta.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Solicitou*
2242 *esclarecimentos: “Você disse que aquela questão dos parâmetros me parece que do*
2243 *fósforo. Se ele for superior a uma determinada porcentagem você pode pedir para*
2244 *baixar. Eles fazem esse estudo periódico e envia para vocês?” – Daniela – SUPRAM*
2245 *ASF – Respondeu que quando da LO vai ter o automonitoramento da água. “Através*



2246 *disso dá para rever a capacidade de suporte.” –Representante do Escritório em Morada*
2247 *Nova de Minas – Esclareceu: “Porque nós já estamos fazendo o estudo de alguns*
2248 *parques aquícolas. Nós estamos com dois parques aquícolas e uma área que não vai ter*
2249 *influência dele. Todo esse espaço não tem peixe ainda. Já estamos fazendo o*
2250 *monitoramento imunológico da água. Estamos fechando um acordo com o convênio*
2251 *com o MPA de Minas Gerais para fazermos em todos os parques aquícolas da região*
2252 *do lago de Três Marias. Antes de começar a ser implantada a piscicultura nos parques*
2253 *aquícolas já vai acontecer os estudos imunológicos da água com os parâmetros que nós*
2254 *vamos demandar que vão ser vistos periodicamente. Talvez 3, 4 vezes, 5 vezes ao ano*
2255 *nós vamos sentar para resolver. Se atingir algum parâmetro fora do que*
2256 *preestabelecido logicamente que haverá um alerta, haverá uma tomada de providências*
2257 *cabíveis para que não ultrapasse o limite máximo preestabelecido.” – Mauro da*
2258 *Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Sugeriu nova redação para a*
2259 *condicionante: “Apresentar proposta técnica do número máximo de acessos com*
2260 *intervenção em áreas de preservação permanente e seu espaçamento de forma a manter*
2261 *as funções ambientais e ecossistêmicas das áreas de influências direto do*
2262 *empreendimento. Tal proposta será limitadora para eventuais licenças relacionadas ao*
2263 *empreendimento, podendo ser revisado pela SUPRAM posteriormente. Prazo até a*
2264 *formalização (Ruído)” - Amilton Serri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto*
2265 *São Francisco – Colocou em votação a inclusão da nova condicionante e foi*
2266 **APROVADA** por unanimidade. – **Item 10. Processos Administrativos para exame**
2267 **da Licença de Operação Corretiva: 10.1 José Otacílio Vilela/ José Vilela Comércio**
2268 **e Indústria Ltda. - EPP. Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos,**
2269 **caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.) - Itaúna/MG - PA/Nº**
2270 **20125/2011/001/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. – Francisco de Assis**
2271 **Braga – Representante ABES – Solicitou esclarecimentos sobre o parecer. “O**
2272 **empreendimento está instalado em área urbana no município de Itaúna. São seus**
2273 **confrontantes imóveis residenciais e um imóvel escolar. Por mais que possa parecer**
2274 **redundante se o parecer único é favorável a revalidação da licença eu pergunto se há**
2275 **compatibilidade realmente entre o local e a atividade, haja vista essa vizinhança. Eu**
2276 **não sei, não conheço o empreendimento, nem onde está instalado e nem quem está em**
2277 **volta dele, mas é um abatedouro de suínos tem uma série de impactos, ruídos, moscas e**
2278 **tudo mais, estação de tratamento de efluentes, mau cheiro, tudo mais que (Ruído) em**
2279 **torno. Dá para funcionar lá nesse lugar?” – Shirley – SUPRAM ASF – Esclareceu:**
2280 **“Professor, a avaliação que nós fizemos in loco o empreendimento está instalado desde**
2281 **1962. Tem o sistema de tratamento de efluentes que funciona de acordo com os**
2282 **parâmetros. Os limites estão de acordo com DN 01 de 2008 e nós pedimos também**
2283 **para minimizar o impacto com uma cortina arbórea nas proximidades dos limites da**
2284 **empresa. Nós levamos para deferimento acreditando que não há inviabilidade da**
2285 **operação do empreendimento no local.” – José Antônio – SUPRAM ASF – Esclareceu**
2286 **também: “Lá é uma área grande dentro do município de Itaúna. Dentro da cidade de**
2287 **Itaúna. É grande. A escola fica afastada. Hoje, o abate de suínos lá começa a meia**
2288 **noite e termina lá pelas 2, 3 horas da manhã. Abate de madrugada. Pela estrutura,**
2289 **pelas condições de trabalho e a preocupação que o empreendedor tem nessa área de**
2290 **não afetar o entorno é muito grande. Eu comentei até com ele, futuramente não pode**
2291 **continuar lá, porque vai agregar mais gente também. Uma área grande ele não vai**
2292 **suportar aquilo também. Da atual (Ruído) futuramente não vai estar.” – Não se**
2293 **identificou – Solicitou esclarecimentos sobre o relatório técnico. “Os valores citados de**



2294 outorga do poço manual que existe lá não estão batendo com o balanço hídrico. Eu
2295 tenho a impressão de que... O empresário eu não sei porque coloca valores de outorga
2296 que são inferiores. Eu acho que a portaria de outorga vai precisar de uma retificação.
2297 Mais do que isso. Como está sendo pedido a colocação de equipamentos de medição
2298 vai parecer claramente os valores da outorga dele e come é uso insignificante porque
2299 ele não vai conseguir chegar aos 86 m³ por dia. Eu não sei porque não pede logo essa
2300 retificação. Podia usar esse próprio processo aqui de licenciamento (Ruído) da
2301 portaria de outorga. Ele está com um consumo muito baixo e não custava nada já
2302 inserir num processo só.” – Jorge – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Consta no processo
2303 que o consumo do empreendimento é complementado pelo SAAE, mas mesmo assim nós
2304 achamos que o volume de água que foi concedido pela portaria é muito baixo
2305 realmente. Com a instalação desse equipamento de medição nós vamos poder aferir
2306 realmente se esse consumo é verdadeiro.” – Roberto Soares Nogueira – Representante
2307 Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Afirmou serem dois
2308 trabalhos e que já poderia ter sido feito. “Agora, ele afirma e dá declaração de que a
2309 água do SAAE é simplesmente para o uso humano e é o consumo mais baixo. 1 metro e
2310 meio diário. Eu (Ruído) aproveita o processo de licenciamento já teve trabalho, já
2311 pagou. A dívida minha é essa. Eu acho que você tem acesso ao empreendedor e sugerir
2312 de já retificar essa portaria. É de uso insignificante. Obrigado. Tem um outro detalhe
2313 aqui. Eu sou meio preciosista para esses negócios técnicos. O consumo de energia está
2314 com 3.200 kwatt/hora não é barra hora, é kwatt hora. Tira essa barra.” – Shirley –
2315 SUPRAM ASF – Informou que iriam fazer as correções. - Amilton Serri Vasconcelos -
2316 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após os esclarecimentos colocou em
2317 votação o item 10.1 da pauta - José Otacílio Vilela/José Vilela Comércio e Indústria
2318 Ltda - PA 20125/2011/001/2012 e foi **APROVADO** de acordo com o parecer da
2319 SUPRAM. - **Item 10.3 Marina Carvalho Indústria e Comércio Ltda. Fabricação de**
2320 **calçados em geral - Nova Serrana/MG - PA/Nº 18483/2010/001/2011 - Classe 3.**
2321 **Apresentação: Supram ASF.** – Francisco de Assis Braga – Representante ABES –
2322 Sugeriu uma condicionante. “Apresentar responsável técnico (Ruído) ambiental do
2323 empreendimento pelo período de vigência da licença de operação.” – Roberto Soares
2324 Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –
2325 Também concordou com a proposta do conselheiro Francisco. “Aqui aparece que a
2326 seguinte afirmativa no relatório técnico. O responsável técnico tem argumento do
2327 empreendimento que a fabricação de calçado não necessita de responsável técnico
2328 para ser executado e que não existe qualquer legislação que obrigue as empresas a
2329 terem responsável técnico para o seu funcionamento. Eu acho que tem que ensinar a
2330 essa empresa o seguinte: este conselho pede o responsável técnico é sobre o aspecto
2331 ambiental. Não estamos nos estudando de nenhuma legislação não. É uma necessidade
2332 para que até a própria empresa de policie e não faça essas bobagens que nós estamos
2333 vendo que impedem (Ruído) depois. Esse responsável técnico, deixa eu explicar melhor,
2334 aqui o porque que vem a ser essa figura. Não é CREA não. Não tem que contratar
2335 engenheiro e pagar fortuna e ficar limitado aquele número de engenheiros no CREA
2336 permite. Para qualquer conselho profissional pode ser o responsável técnico. Ele tem
2337 que ter o conhecimento ambiental para que ele possa orientar os dirigentes, a empresa
2338 de toda necessidade de monitoramento de cumprimento de condicionante no prazo. É
2339 uma necessidade. Não tem esse negócio. Pode ser um técnico de nível médio, desde que
2340 a pessoa dê o nome e se apresente como responsável. Eu não terminei não. Eu vou falar
2341 mais um pouquinho. Quer dizer, não há razão nenhuma e nós não precisamos de Lei



2342 para pedir uma condicionante dessa não. (Ruído) é uma decisão soberana do conselho.
2343 Não está impondo nenhum custo absurdo para a empresa e não vamos fechar empresa
2344 nenhuma por causa disso não. Simplesmente é uma necessidade para o bom
2345 funcionamento da área ambiental aqui na nossa URC. A empresa não vem com esse
2346 tipo de argumento não, porque nós não vamos aceitar e eu estou inteiramente de
2347 acordo com essa condicionante proposta pelo conselheiro Francisco. Outra coisa. Uma
2348 questão de isonomia também. Nós temos que pedir. Nós estamos pedindo para todo
2349 mundo, porque esse empreendimento vai ser diferente? Não venha com essa que esse
2350 empreendimento não tem potencial poluidor porque tem. A fabricação de calçados tem
2351 potencial poluidor. Ele precisa ter alguém lá para responder. Nós estamos facilitando o
2352 trabalho da SUPRAM. Quanto tiver de cobrar da empresa (Ruído) tinha cobrado. Tem
2353 que estar lá a classificação da pessoa. Outra coisa que me chamou a atenção aqui é o
2354 seguinte. Nós estamos fazendo o tratamento desigual dessas empresas. Para essa
2355 empresa está sendo exigida a construção da ETE. Nós aqui desse conselho abrimos
2356 para o pessoal de Nova Serrana a possibilidade de não fazer ETE's aguardando a ETE
2357 da COPASA que o conselheiro Eurípedes aqui informou que estará pronta no ano que
2358 vem. Eu acho que a exigência dessa condicionante. A condicionante número 1. Ela me
2359 parece um tratamento desigual. Nós já fizemos isso com as outras empresas. Inclusive
2360 com prazos para execução." – José Antônio – SUPRAM ASF – Informou que não estão
2361 encontrando profissional para atender a cidade de Nova Serrana. "Hoje Nova Serrana
2362 está com 750 indústrias de fabricação de calçados. O pessoal lá não está conseguindo
2363 achar ninguém para ser responsável. Não tem ninguém. Nem técnico de nível médio
2364 não tem. São 750 indústrias lá hoje. É o consultor que faz esse monitoramento. Eu
2365 também estou de acordo." – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de
2366 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Informou que não precisa ser
2367 engenheiro não. "Um advogado com conhecimento ambiental pode ser o responsável
2368 técnico. Ele vai orientar e vai responder caso haja não cumprimento das coisas." –
2369 Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Discordou do
2370 conselheiro: "Eu tenho que discordar que responsável técnico é alguém que tenha
2371 técnica, tenha conhecimento, estudo na técnica e que possa se responsabilizar. Não
2372 pode ser qualquer um ir lá e assinar. É sim. Tem curso de engenharia ambiental.
2373 Imagina, vai pegar um cara completamente leigo, ele vai propor as medidas da cabeça
2374 dele, assinar a responsabilidade. Isso não tem condição não. A pessoa tem que ter no
2375 mínimo uma formação na área para se responsabilizar. Para ter essa
2376 responsabilização." – Marcos Veloso – Representante CREA – Acrescentou: "Teria
2377 que ter atribuições. Técnicas dadas por um curso com a formação. Poderia tentar se
2378 criar uma outra coisa que fosse responsável para poder cobrar as atividades lá dentro
2379 independente da técnica, mas não como responsável técnico." – Roberto Soares
2380 Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –
2381 "Esse responsável técnico não tem que propor nada não. A proposta está aqui no
2382 relatório técnico. Está aqui no licenciamento. Ele tem é que ser o responsável para que
2383 aquilo ocorra. Ninguém faz o monitoramento. Todo mundo contrata empresa para fazer
2384 as análises. Eu nunca vi a não ser grandes empresas. Ninguém tem laboratório para
2385 ficar fazendo análise não. Isso é contratado e não vai me dizer que as empresas de lá
2386 não tem monitoramento porque a empresa de lá é grande e tem 750. Tem laboratório
2387 no Brasil inteiro. Eu acho que a pessoa que vai responder pelas condicionantes e pelo
2388 monitoramento proposto para a empresa no licenciamento. Tem que ter um
2389 responsável. Se não tiver responsável vai ser esse tsunami que estamos fazendo aqui de



2390 *indeferimentos na revalidação. Vai continuar esse negócio. Nós temos que mudar o*
2391 *ciclo da (Ruído) o rumo das coisas.” – Wellington – Representante SEAPA –*
2392 *Comentou com o conselheiro Roberto: “Eu acho que não entendi muito bem não,*
2393 *porque o responsável por isso é o dono. Ele é o responsável civil tecnicamente é ele.*
2394 *Agora, pelo lado da educação, para evitar erros eu até concordo com você, mas isso é*
2395 *uma iniciativa pura, simplesmente do empreendedor de resolver. Ele pode ter o chefe*
2396 *de qualidade dele, como pode ter o chefe ambiental. O que eu entendo é que se for para*
2397 *ter ART tem que ser um profissional da área, porque senão o Meio Ambiente vai ficar.*
2398 *Ambientalista é uma coisa. Técnico ambiental é outra. Eu acho que cada um tem a sua*
2399 *atribuição. Eu concordo com você. Eu acho que peguei o sentido da coisa. Ter alguém*
2400 *que faça a coisa ambientalmente e que seja responsável. Eu concordo com você. Só que*
2401 *essa decisão eu acho, no meu ponto de vista, essa decisão é do empreendedor.” –*
2402 *Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de*
2403 *Três Marias – Respondeu ao conselheiro Wellington: “Você está coberto de razão. A*
2404 *decisão é do empreendedor. Ele que tem o talão de cheque, ele que tem a chave do*
2405 *cofre. Ele quem vai decidir, mas tem que ter alguém lá para ser o responsável por isso*
2406 *para cobrar desse indivíduo. Quando ele bota o nome que está inscrito como*
2407 *responsável técnico ele vai apertar o empreendedor para resolver ou quem vai resolver*
2408 *na empresa, o dono, o presidente, o diretor. Nós sabemos disso. Deixar sem*
2409 *responsável. A quem a SUPRAM vai cobrar? Ela vai entrar com processo judicial*
2410 *contra o responsável legal? Isso é andar para trás. É perda de tempo. São anos de*
2411 *processo. Nós não vamos ter ambiente resolvido não. Agora, se tiver uma pessoa lá que*
2412 *eu respondo pela área ambiental da empresa, pronto. A SUPRAM já sabe a quem ir e*
2413 *como ir.” – Jorge – SUPRAM ASF – Ressaltou que a SUPRAM acha que o responsável*
2414 *tem que ter conhecimento técnico da área. – Mauro da Fonseca Ellovitch –*
2415 *Representante Ministério Público – Defendeu: “Sinceramente eu vejo indispensável que*
2416 *a pessoa tenha conhecimento técnico. Mesmo que não vai ser ela que vai executar*
2417 *pessoalmente, mas saber quem contratar, saber o que ele vê. Botar lá uma pessoa só*
2418 *para assinar um documento e responder. Pela Lei 9695 de 98 responde o gerente, o*
2419 *diretor ou qualquer pessoa diretamente responsável. Vai todo mundo. Vai o dono e vai*
2420 *o gerente junto. Se a questão é essa, ter alguém para responder judicialmente o gerente*
2421 *responde junto. Eu acho que nesse intuito que você está falando é a função de gerente.*
2422 *Eu acho que seria interessante que cada empresa realmente tivesse um responsável*
2423 *técnico, um cara com formação na área para responder.” – Roberto Soares Nogueira –*
2424 *Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Esclareceu:*
2425 *“Camilo hoje citou um exemplo (Ruído) interessante sobre isso. De uma empresa que*
2426 *contratou um consultor para ir lá uma vez por mês fazer uma verificação se as coisas*
2427 *estão acontecendo. Se esse consultor se recusar, por exemplo, assumir as*
2428 *responsabilidades técnicas essa empresa pode pegar simplesmente o proprietário e*
2429 *colocar como responsável técnico, porque ele está recebendo informações. Ele não*
2430 *precisa ser técnico da área não. Ele está recebendo informações de um consultor. Um*
2431 *consultor por um dia ou por mês eu posso te garantir que até uma microempresa tem*
2432 *condição.” – Jorge – SUPRAM ASF – Argumentou: “Será que se a empresa colocar*
2433 *qualquer um que não tenha conhecimento ele será capaz de acompanhar, por exemplo,*
2434 *um automonitoramento, parâmetros?” – Camilo de Lélis André Melo – Representante*
2435 *FEDERAMINAS – Concordou com o conselheiro Roberto. “Acho que tem que ter*
2436 *técnico. Nós já tivemos empresas aqui que vieram fazer o licenciamento foi solicitado o*
2437 *técnico e nunca mais voltou para fazer o licenciamento. (Ruído) nós solicitamos isso*



2438 como condicionante e morreu o licenciamento na empresa. Infelizmente, acontece isso.
2439 Agora, o que eu acho é o seguinte. Tem de ter esse consultor responsável pela empresa
2440 porque nós estamos cansados de ter problemas. Vocês sabem disso melhor do que nós.
2441 A quantidade de consultor que não sabe nada e que está aprendendo com vocês. Não
2442 está aprendendo direito não, porque eles não têm base, não sabem. Já sugeri e não foi
2443 aprovado. Uma lista dos consultores que tem responsabilidade com o Meio Ambiente,
2444 não é possível fazer isso se tiver isso. Agora quem tem interesse é o responsável técnico
2445 ligado ao Meio Ambiente para fazer essa gestão, isso eu acho que deve ter sim,
2446 independente do proprietário. A condição de proprietário ou o que. Nós evoluímos
2447 tanta coisa aqui dentro, porque não podemos evoluir nessa parte? Eu acho que o dono,
2448 o conhecimento dele é limitado, eu acho que tinha que ter.” – Marcos Veloso –
2449 Representante CREA – Esclareceu sobre a questão da responsabilidade técnica. “Eu
2450 sugeriria para solucionar esse problema (Ruído) não haver a necessidade daquela ART
2451 de desempenho de cargo, porque ela determina tempo e a pessoa só pode assumir a
2452 responsabilidade dentro de um tempo que ele possa dar assistência. As empresas
2453 fizessem um contrato com um responsável técnico que fosse realmente técnico, fizesse
2454 uma ART do contrato. Não fazer ART do desempenho de cada. ART do contrato feito
2455 entre a empresa, eu, profissional, porque o CREA aceita isso. Não tem como não
2456 aceitar essa ART e o profissional poderia dar assistência a mais pessoas desde que não
2457 assinasse que nós temos ART de prestação de serviço e ART de desempenho de cargo. O
2458 desempenho de cargo é aquela em que o profissional precisa de um tempo útil para dar
2459 assistência lá. O CREA não abre mão disso. O jurídico não aceita. Se eu tiver 10 horas
2460 e for 2 horas eu só posso assumir 5 por semana para poder atribuir aquilo ali. Isso não
2461 tem jeito de mudar. Nós já tentamos e não conseguimos. A sugestão seria isso. A
2462 empresa faria (Ruído) responsável técnico realmente técnico para ele dar aquela
2463 assistência lá e fazia uma ART do contrato. Essa o CREA não tem como rejeitar.
2464 Poderia ser uma solução. É uma sugestão. Não sei se politicamente isso teria algum
2465 impasse, mas a princípio é o que se poderia fazer.” – Jorge – SUPRAM ASF – Sugeriu:
2466 “Nós podemos, na questão do responsável técnico, adotar a mesma condicionante
2467 padrão adotada para todas. A questão da ETE como já é um procedimento do
2468 empreendimento, a equipe SUPRAM não vê nenhum problema em manter o mesmo
2469 procedimento para os outros empreendimentos.” – Isabela – SUPRAM ASF –
2470 Esclareceu: “O procedimento que estava sendo adotado para os outros
2471 empreendimentos era firmar o TAC que possibilitava a continuidade das operações até
2472 que fosse construída a ETE. Esse TAC não vem sendo firmado mais. Nós não firmamos
2473 nenhum TAC. Possivelmente até a FIEMG tenha notícias disso. Eu tive uma reunião na
2474 semana passada com (Ruído) em Nova Serrana e os calçadistas de Nova Serrana com a
2475 FIEMG. O que ficou resolvido é que não serão firmados novos TAC’s. Até porque o
2476 TAC tem um prazo de validade e esse prazo não vinha sendo cumprido, porque a ETE
2477 ainda não ficou pronta. Não ficou pronta dentro do prazo da validade do TAC. A
2478 SUPRAM não vai mais firmar novos TAC’s. O empreendedor que quiser se regularizar
2479 vai ter que fazer um tratamento de esgoto sanitário.” – Roberto Soares Nogueira –
2480 Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Fez uma
2481 observação: “Eu me lembro que eu inclusive me posicionei contra essa liberalidade
2482 aqui, está aí nas atas, é só procurar que fui convencido que isso era uma acordo por
2483 causa desse número enorme de empresas e tudo. Essas empresas não fizeram ETE
2484 nenhuma. Pelo que eu tenho notícias não tem nenhuma mesmo. Só ali na parte central
2485 são mais de 400 (Ruído) eu me lembro que nós fizemos pressão sob a Prefeitura que



2486 não queria fazer acordo com a COPASA. Não sei quem estava aqui, mas os
2487 conselheiros mais antigos se lembram muito bem disso. O Prefeito queria fazer média
2488 não sei. Nós fizemos pressão. A FIEMG fez pressão pesada e acabou que o Prefeito
2489 acabou cedendo aos empresários foram lá em cima dele também. A COPASA lutou.
2490 Como é que se faz por exemplo para fazer toda, não há espaço físico para isso, voltar
2491 todos aqueles processos licenciados e exigir deles uma construção de ETE? Eu não
2492 vejo como. Sinceramente.” – Isabela – SUPRAM ASF – Esclareceu ao conselheiro:
2493 “Ficou conversado na SUPRAM que independente de ter ou não espaço (Ruído) iria
2494 acabar pelo seguinte motivo. Chegou num ponto desse TAC que as empresas já estavam
2495 enviando ofícios para a SUPRAM que estavam mudando de endereço e queria um novo
2496 TAC. Isso não vai ser feito mais em hipótese alguma. Nós não vamos mais firmar esse
2497 tipo de TAC até porque a AAF já é um instrumento multiplicado de licenciamento de
2498 regularização ambiental e que presume que o empreendimento esteja operando de
2499 acordo com as normas ambientais. Só será feito dessa forma de agora em diante.
2500 Realmente foram feitos vários TAC’s, muitos TAC’s em Nova Serrana. Nesse sentido de
2501 possibilitar a operação do empreendimento até a construção da ETE da COPASA, mas
2502 nós vimos que não há mais essa possibilidade. Até porque a COPASA não assinou
2503 nenhum TAC com a SUPRAM e (Ruído) a COPASA não tem essa obrigação com a
2504 SUPRAM. A COPASA está fazendo sim um processo de licenciamento ambiental. Já
2505 obteve licença prévia, a licença de instalação para essa ETE, mas ainda tem mais 2
2506 anos de licença pela frente, ou seja, a COPASA ainda tem mais 2 anos só para
2507 construir essa ETE e mais um prazo ainda para colocar em operação. Os TAC’s tem só
2508 um ano de validade. Isso acabava que estava sendo um instrumento ilegal na verdade.
2509 Se nós déssemos continuidade a esse instrumento ele se tornaria ilegal. Por isso a
2510 SUPRAM tomou a decisão de não firmar mais o TAC e de fazer essa exigência. No caso
2511 as empresas que não tem espaço para fazer essa ETE a proposta da SUPRAM foi que
2512 fosse adotada, pelo menos, uma medida paliativa até a construção da ETE.” –
2513 Eurípedes – Representante SEDRU – Fez alguns esclarecimento em nome da COPASA.
2514 “A indústria calçadista de Nova Serrana nós sabemos que a geração de esgoto é
2515 basicamente o esgoto doméstico. A maioria não tem processo úmido na atividade que
2516 fabrica. O que nós podemos verificar e a SUPRAM aqui poderia estar olhando essa
2517 questão é de caracterização de esgoto gerado. O empreendedor faz uma análise do
2518 esgoto, encaminha e nós damos um parecer em cima dessa análise desse esgoto gerado.
2519 É uma coisa muito simples. Não é onerosa. É uma análise de DBO, DQO que
2520 caracteriza que ali não tem esgoto industrial. Sendo só esgoto doméstico resolve esse
2521 problema. Acho que é uma coisa aceita no período até a construção.” – Mauro da
2522 Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Fez alguns esclarecimentos:
2523 “Na verdade não tem nenhuma autorização para o empreendimento licenciar se ele não
2524 tratar o esgoto industrial. Na verdade ele tem que tratar do resíduo (Ruído) a questão,
2525 até Roberto foi bom você ter levantado isso daí. Esses TAC’s que foram feitos na época.
2526 Eu lembro que quando cheguei eu peguei a raspa do tacho, porque eu peguei a última
2527 sessão que se falou isso. Eu lembro muito bem que na época me causou espanto e o que
2528 me falou que havia sido feito e o prazo de 1 ano porque ia ser emergencialmente feito.
2529 Esse prazo venceu. Esse TAC não tem mais validade absolutamente nenhuma. Eu até,
2530 por questão de isonomia, pedir para já registrar em ata que serão convocados todos
2531 eles a cumprir a condicionante. Cumprir a condicionante de instalar a ETE, porque o
2532 TAC suspendeu uma obrigação. Ele era condicional a ETE estar operando e não
2533 aconteceu num prazo de 1 ano. Eu vou pedir para a SUPRAM fazer esse levantamento



2534 e trazer para nós preferencialmente na próxima reunião (Ruído) quais foram os
2535 empreendimentos que foram licenciados com esse TAC e convocar para fazer a ETE.” –
2536 Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Concordou com o
2537 conselheiro Mauro: “Quando foram assinados esses TAC’s naquela época já sabia que
2538 não ia ser concluído. Isso que acho errado. No meio do caminho nesse andamento todo,
2539 muda o jogo? Não. Vamos igualar todo mundo. Chama todo mundo que recebeu o TAC
2540 e vamos ver o que faz. Tem responsabilidade a COPASA, aperta a COPASA. Tem
2541 responsabilidade o município? Aperta o município. Agora, o que não pode acontecer é
2542 isso. Nós estamos numa direção, estamos fazendo um licenciamento, muda para uns e
2543 não muda para outros? Isso que eu não concordo. Você está de parabéns. Eu concordo
2544 plenamente com o senhor.” - Amilton Serri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC
2545 Alto São Francisco – Informou: “Conselheiros, está registrado em ata para a
2546 solicitação do levantamento do TAC. Para esse empreendimento nós vamos manter,
2547 vamos levar em votação como está. Depois a inclusão da condicionante (Ruído) não vai
2548 precisar levar a julgamento a condicionante Vai manter.” Após os esclarecimentos
2549 colocou em votação o item 10.3. Marina Carvalho Indústria e Comércio Ltda e o
2550 processo foi **APROVADO** de acordo com o parecer único da SUPRAM. Em seguida
2551 colocou em votação a inclusão da condicionante padrão pela solicitação de ART pelo
2552 licenciamento e foi **APROVADA** a inclusão de condicionante. – **Item 12. Assuntos**
2553 **Gerais.** - Não identificou – Fez algumas considerações: “Eu pedi ao conselheiro
2554 representante do Grupo AR que permanecesse. Ele está aqui representando o Grupo
2555 AR. Ocupando a cadeira. Tudo bem. Tudo certinho. Só que tem que o Grupo AR não
2556 conseguiu fazer a renovação para concorrer de novo a essa cadeira. Ele não tem
2557 habilitação, não conseguiu a habilitação dele para a próxima gestão. Isso nós não
2558 vamos discutir. O que eu quero ponderar com vocês é o seguinte. Se a ONG dele não
2559 vai poder participar como participou desse processo (Ruído) eu acho que ele devia
2560 participar sem ter ganho da COPA não. Eu acho que o mesmo tratamento que ele veio
2561 sentar na mesa daqui seja dado no mesmo tratamento para integrar a COPA.” – Isabela
2562 – SUPRAM ASF – Esclareceu ao conselheiro que seria assim mesmo. “Foi indicado
2563 quem tinha cadeira no COPAM para fazer essas primeiras reuniões da COPA enquanto
2564 ainda não houve a nomeação. Depois vai ser feita a nomeação.” – **Item 13.**
2565 **Encerramento.** - Amilton Serri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
2566 Francisco – Antes de finalizar esclareceu que havia alguns inscritos, mas não colocaram
2567 o item específico e ficaram sem pronunciar. Após, agradeceu a presença de todos e não
2568 havendo mais nada a tratar encerrou a reunião.

2569
2570
2571
2572

Danilo Vieira Junior
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
e Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco